

Universidade Federal do Pará
UFPA
Programa Pós-Graduação em Ciência Política

Humberto Lopes Cunha

O Sistema Partidário Eleitoral no Pará: Fragmentação e Volatilidade nas regiões de Integração: 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006

Belém – Pará

2010

Humberto Lopes Cunha

O Sistema Partidário Eleitoral no Pará: Fragmentação e Volatilidade nas regiões de Integração: 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado Acadêmico em Ciência Política, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientação:
Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira

Belém – Pará
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Cunha, Humberto Lopes

O sistema partidário eleitoral no Pará: fragmentação e volatilidade nas regiões de integração (1990, 1994, 1998, 2002 e 2006) / Humberto Lopes Cunha; orientador, Edir Veiga Siqueira. - 2010

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belém, 2010.

1. Partidos políticos - Pará. 2. Eleições - Pará. 3. Voto - Pará. I. Título.

CDD - 22. ed. 324.28115

Folha de Aprovação

Candidato: Humberto Lopes Cunha

Dissertação defendida e aprovada em 26/08/2010 pela Banca Examinadora:

Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira — PPGCP — Orientador

Prof. Dr. Roberto Ribeiro Correa — PPGCP

Prof. Dr. Carlos Augusto Silva Souza — PPGCP

Profa. Dra. Luciana Miranda — (FACOM-ILC/UFPA)

Prof. Dr. Celso Vaz

Coordenador (a) do Programa de Pós- Graduação em Ciência Política

A Itabeaith, esposa e companheira nos últimos
17 anos.

Aos meus filhos e amigos: Paulo Arthur, Ney
José, Thiago e Ana Paula.

Agradecimentos

O Edir Veiga, incentivador, amigo e iluminador nos caminhos até a forma final deste texto.

Aos professores e funcionários do PPGCP, sempre prestativos e generosos em dedicar tempo e conhecimento conosco, aprendizes da vida acadêmica.

Aos meus colegas de turma, a turma de 2008, personificados na figura de Juvêncio Arruda, que tendo ao nos deixar de forma precoce aumenta nosso compromisso com a acuidade e o pensamento crítico.

Ao meu primeiro chefe no Governo do Estado do Pará, Charles Alcântara, por seu estímulo a que eu alcançasse esse grau de aperfeiçoamento acadêmico.

Há muito espaço lá embaixo.
Richard Feynman

Sumário

| | |
|---|------|
| Lista de Gráficos | X |
| Lista de Tabelas | XII |
| Lista de Quadros | XIII |
| Resumo | XV |
| Abstract | XVI |
| | |
| I – Introdução | |
| a) Tema | 17 |
| b) Justificativa e objetivos | 19 |
| c) Hipótese inicial | 22 |
| d) Planejamento dos capítulos | 22 |
| | |
| II – Referencial Teórico | |
| a) O sentido da governança eleitoral | 24 |
| b) Concepção de partido | 27 |
| c) Mecanismos de definição do voto | 29 |
| d) As disputas eleitorais | 32 |
| e) Breve revisão da literatura | 34 |
| | |
| III – Metodologia | |
| a) Exposição da metodologia | 36 |
| b) Definição dos dados a serem estudados | 40 |
| | |
| IV – Histórico das eleições | |
| a) 1990: Vitória por um voto | 41 |
| b) 1994: Plano Real e mudança de comando | 42 |
| c) 1998: Reeleição de Almir Gabriel | 44 |
| d) 2002: o fracionamento da União Pelo Pará | 46 |
| e) 2006: mudanças de rumo na política do Pará | 50 |
| f) Conclusões do capítulo | 53 |

V – Comportamento eleitoral geral

| | |
|--|----|
| a) Participação dos partidos nas eleições | 54 |
| b) Desproporcionalidade | 55 |
| c) Volatilidade no período | 57 |
| d) Comparação governo X oposição | 58 |
| e) A distribuição ideológica dos votos entre esquerda, direita e centro | 60 |

VI – Volatilidade regional

| | |
|--|----|
| a) Evolução dos votos válidos em relação aos votos totais do Estado | 63 |
| b) Volatilidade das regiões: geral e selecionados | 64 |
| b.1) Araguaia | 68 |
| b.2) Baixo Amazonas | 70 |
| b.3) Carajás | 72 |
| b.4) Guamá | 74 |
| b.5) Lago Tucuruí | 76 |
| b.6) Marajó | 78 |
| b.7) Metropolitana | 80 |
| b.8) Rio Caetés | 82 |
| b.9) Rio Capim | 84 |
| b.10) Tapajós | 86 |
| b.11) Tocantins | 88 |
| b.12) Xingu | 90 |
| c) Condensando as informações do capítulo | |
| c.1) Volatilidade dos blocos ideológicos | 92 |
| c.2) A volatilidade dos partidos | 93 |
| c.3) A concentração dos votos | 93 |
| c.3) Os partidos efetivos | 95 |

VII – As alterações das votações partidárias nas regiões

| | |
|---|-----|
| a) Representatividade dos partidos estudados | 97 |
| b) Os partidos selecionados | 98 |
| b.1) PP – Partido Progressista | 99 |
| b.2) PDT – Partido Democrático Trabalhista | 100 |
| b.3) PT – Partido dos Trabalhadores | 101 |

| | |
|---|-----|
| b.4) PTB – Partido Trabalhista Brasileiro | 102 |
| b.5) PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro | 103 |
| b.6) PR – Partido da República | 105 |
| b.7) PPS – Partido Popular Socialista | 106 |
| b.8) DEM – Democratas | 107 |
| b.9) PSB – Partido Socialista Brasileiro | 108 |
| b.10) PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira | 110 |
| c) Condensando as informações | 111 |
| | |
| VIII – Conclusão | |
| a) Há, em cada pleito, uma força eleitoral majoritária? | 113 |
| b) Há, em cada pleito, uma coligação eleitoral majoritária? | 113 |
| c) Qual a força eleitoral total dos partidos? | 114 |
| d) Como essa força eleitoral se revela, ao ser analisada por região? | 114 |
| Considerações finais | 110 |
| | |
| IX – Referencias bibliográficas | 119 |
| | |
| Anexo 01 – Volatilidade dos partidos nas regiões de integração | 122 |
| | |
| Anexo 02 – Volatilidade dos partidos nos agregados regionais | 128 |

Avaliação da Defesa de Mestrado em Ciência Política

Belém, 26 de agosto de 2010

Ao Coordenador (a) do Programa Pós-Graduação em Ciência Política

Senhor (a) Coordenador (a),

A **Qualificação de Mestrado** do discente Humberto Lopes Cunha, intitulada **Evolução da votação dos partidos políticos no Pará. Análise Comparativa das eleições ocorridas para a Assembléia Legislativa (período 1990-2006)** na área de concentração **Instituições Políticas e Políticas Públicas** foi analisada no dia 26/08/2010, às 15h00min horas pelos membros da Banca Examinadora, composta pelos

Prof. Dr. Roberto Ribeiro Correa

Prof. Dr. Carlos Augusto Silva Souza

Prof^a. Dr^a. Luciana Miranda Costa

e avaliado como aprovado.

Orientador:

Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira – PPGCP

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Ribeiro Correa — PPGCP

Prof. Dr. Carlos Augusto Silva Souza — PPGCP

Prof^a. Dr^a. Luciana Miranda Costa — (FACOM-ILC/UFPA)

Atenciosamente,

Prof. (a) Dr. (a) Edir Veiga Siqueira

Presidente da Banca Examinadora

Lista de Gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 01 - Volatilidade total e volatilidade apenas com partidos selecionados | 58 |
| Gráfico 02 – Comparação entre governo e oposição geral e apenas com partidos selecionados (em %) | 59 |
| Gráfico 03 - Comparação esquerda X direita geral e apenas com os partidos selecionados (em %) | 61 |
| Gráfico 04 - Evolução da volatilidade eleitoral paraense, a partir das regiões (em %) | 64 |
| Gráfico 05 - Volatilidade geral das eleições, volatilidade média regional e volatilidades com os partidos escolhidos (em %) | 65 |
| Gráfico 06 - Volatilidade média das regiões nas eleições nas eleições para deputado estadual ocorridas no Pará em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará. | 66 |
| Gráfico 06.01 - Volatilidade média das regiões nas eleições nas eleições para deputado estadual ocorridas no Pará em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará, considerando apenas os partidos selecionados. | 67 |
| Gráfico 07 - Evolução da votação dos partidos na região Araguaia | 68 |
| Gráfico 07.01 – Volatilidade por campo ideológico na região do Araguaia | 69 |
| Gráfico 08 - Evolução da votação dos partidos na região do Baixo Amazonas | 70 |
| Gráfico 08.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Baixo Amazonas | 71 |
| Gráfico 09 - Evolução da votação dos partidos na região do Carajás | 72 |
| Gráfico 09.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Carajás | 73 |
| Gráfico 10 - Evolução da votação dos partidos na região do Guamá | 74 |
| Gráfico 10.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Guamá | 75 |
| Gráfico 11 - Evolução da votação dos partidos na região do Lago Tucuruí | 76 |
| Gráfico 11.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Lago Tucuruí | 77 |
| Gráfico 12 - Evolução da votação dos partidos na região do Marajó | 78 |
| Gráfico 12.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Marajó | 79 |
| Gráfico 13 - Evolução da votação dos partidos na região Metropolitana | 80 |
| Gráfico 13.01 - Volatilidade por campo ideológico na região Metropolitana | 81 |
| Gráfico 14 - Evolução da votação dos partidos na região do Rio Caetés | 82 |
| Gráfico 14.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Rio Caetés | 83 |
| Gráfico 15 - Evolução da votação dos partidos na região do Rio Capim | 84 |
| Gráfico 15.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Rio Capim | 85 |
| Gráfico 16 - Evolução da votação dos partidos na região do Tapajós | 86 |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 16.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Tapajós | 87 |
| Gráfico 17 - Evolução da votação dos partidos na região do Tocantins | 88 |
| Gráfico 17.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Tocantins | 89 |
| Gráfico 18 - Evolução da votação dos partidos na região do Xingu | 90 |
| Gráfico 18.01 - Volatilidade por campo ideológico na região do Xingu | 91 |
| Gráfico 19 – Representatividade dos partidos estudados do ponto de vista da votação | 97 |
| Gráfico 20 - Representatividade dos partidos estudados do ponto de vista dos deputados eleitos | 98 |
| Gráfico 21 - Evolução da votação do PP a partir das regiões | 99 |
| Gráfico 22 - Evolução da votação do PDT a partir das regiões | 100 |
| Gráfico 23 - Evolução da votação do PT a partir das regiões | 101 |
| Gráfico 24 - Evolução da votação do PTB a partir das regiões | 102 |
| Gráfico 25 - Evolução da votação do PMDB a partir das regiões | 103 |
| Gráfico 26 - Evolução da votação do PR a partir das regiões | 105 |
| Gráfico 27 - Evolução da votação do PPS a partir das regiões | 106 |
| Gráfico 28 - Evolução da votação do DEM a partir das regiões | 107 |
| Gráfico 29 - Evolução da votação do PSB a partir das regiões | 108 |
| Gráfico 30 - Evolução da votação do PSDB a partir das regiões | 110 |
| Gráfico 31 - Volatilidade do PP nos agregados regionais | 128 |
| Gráfico 32 - Volatilidade do PDT nos agregados regionais | 128 |
| Gráfico 33 - Volatilidade do PT nos agregados regionais | 129 |
| Gráfico 34 - Volatilidade do PTB nos agregados regionais | 129 |
| Gráfico 35 - Volatilidade do PMDB nos agregados regionais | 130 |
| Gráfico 36 - Volatilidade do PR nos agregados regionais | 130 |
| Gráfico 37 - Volatilidade do PPS nos agregados regionais | 131 |
| Gráfico 38 - Volatilidade do DEM nos agregados regionais | 131 |
| Gráfico 39 - Volatilidade do PSB nos agregados regionais | 132 |
| Gráfico 31 - Volatilidade do PSDB nos agregados regionais | 132 |

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 01: Quantidade de partidos que concentram 75% dos votos nas eleições de deputado estadual no Pará | 94 |
| Tabela 02: Partidos efetivos por região, nas eleições ocorridas no Pará para o cargo de deputado estadual | 95 |

Lista de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 01 - Regiões de Integração Regional e os respectivos municípios | 16 |
| Quadro 02 - Diferentes Níveis da Governança Eleitoral | 25 |
| Quadro 03 - Partidos que disputaram as eleições no Pará, para deputado estadual, eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006. | 36 |
| Quadro 04 - Deputados eleitos pelos partidos selecionados, para deputado estadual, eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006. | 37 |
| Quadro 05 - Índices de Fracionalização, Partidos Efetivos e Desproporcionalidade para deputado estadual, eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006. | 38 |
| Quadro 06: Inferência dos Partidos Eleitorais efetivos nas votações de deputado estadual, eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 | 38 |
| Quadro 07 - Candidaturas ao governo e candidaturas efetivas nos pleitos de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará. | 42 |
| Quadro 08 - Partidos Eleitorais, Legislativos, efetivos e desproporcionalidade nas eleições ocorridas para deputado estadual em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará. | 55 |
| Quadro 09 - Partidos Eleitorais, Legislativos, efetivos e de sproporcionalidade nas eleições ocorridas para deputado estadual em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará. | 56 |
| Quadro 10 - Desproporcionalidade nas eleições ocorridas para deputado estadual em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará. | 57 |
| Quadro 11 - Desproporcionalidade e simulação nas eleições ocorridas para deputado estadual em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará. | 58 |
| Quadro 14 - Distribuição ideológica dos partidos políticos brasileiros. | 59 |
| Quadro 13 - Distribuição do eleitorado por região do Pará | 65 |
| Quadro 14 - Volatilidade partidária na região do Araguaia | 70 |
| Quadro 15 - Volatilidade partidária na região do Baixo Amazonas | 72 |
| Quadro 16 - Volatilidade partidária na região do Carajás | 74 |
| Quadro 17 - Volatilidade partidária na região do Rio Guamá | 76 |
| Quadro 18 - Volatilidade partidária na região do Lago Tucuruí | 78 |
| Quadro 19 - Volatilidade partidária na região do Marajó | 80 |
| Quadro 20 - Volatilidade partidária na região Metropolitana | 82 |
| Quadro 21 - Volatilidade partidária na região do Rio Caetés | 84 |
| Quadro 22 - Volatilidade partidária na região do Rio Capim | 86 |
| Quadro 23 - Volatilidade partidária na região do Tapajós | 88 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 24 - Volatilidade partidária na região do Tocantins | 90 |
| Quadro 25 - Volatilidade partidária na região do Xingu | 92 |
| Quadro 26: Volatilidade regional do PP | 123 |
| Quadro 27: Volatilidade regional do PDT | 123 |
| Quadro 28: Volatilidade regional do PT | 124 |
| Quadro 29: Volatilidade regional do PTB | 124 |
| Quadro 30: Volatilidade regional do PMDB | 125 |
| Quadro 31: Volatilidade regional do PR | 125 |
| Quadro 32: Volatilidade regional do PPS | 126 |
| Quadro 33: Volatilidade regional do DEM | 126 |
| Quadro 34: Volatilidade regional do PSB | 127 |
| Quadro 35: Volatilidade regional do PSDB | 127 |

Resumo

O presente trabalho tem por objeto a mensuração da variação da votação regional entre os partidos que disputaram as vagas para deputado estadual nas eleições para a Assembléia Legislativa do Pará, ao longo do período 1990-2006, com isso estabelecendo o nicho de cada um deles. As fontes usadas para análise serão os boletins eleitorais das cinco eleições acontecidas no período coberto, postas a disposição do público através da Justiça Eleitoral.

A análise será em duas etapas. Na primeira o quadro global das votações partidárias. Na segunda etapa, as votações serão decompostas de acordo com as regiões administrativas do Pará. Por regiões administrativas tomaremos como critério a divisão utilizada pela Secretaria Estadual de Orçamento Planejamento e Finanças, em seu programa Planejamento Territorial Participativo.

O período escolhido é justificado pelo fato de ter sido quando o pluripartidarismo se instalou com força no Pará. Nas eleições de 1982, cinco partidos apresentaram candidatos, mas a polarização ARENA X MDB existente até 1978 foi mantida pela via PMDB X PDS. Em 1986 diversas organizações disputaram as eleições, mas além de não estarem presentes todos os partidos brasileiros, foi uma eleição marcada pela predominância peemedebista, então surfando na onda do Plano Cruzado.

Este trabalho se propõe a responder às seguintes perguntas:

- a) Há, em cada pleito, uma força partidária majoritária?
- b) Há, em cada pleito, uma coligação eleitoral majoritária?
- c) Qual a força eleitoral total dos partidos?
- d) Como essa força eleitoral se revela, ao ser analisada por região?

Ao final do trabalho, teremos alcançado dois objetivos. O primeiro é estabelecer uma série histórica que abarque de 1990 a 2006 a variação das votações acumuladas pelos partidos políticos nesse período para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Ao lado da massa bruta de dados, teremos sistematizado a votação absoluta, a votação relativa, os partidos efetivos (votação e cadeiras), a fracionalização (votação e cadeiras), a volatilidade total e a desproporcionalidade (total e entre os partidos selecionados para serem estudados)

O segundo objetivo é identificar a variação regional das votações, com isso estabelecendo o nicho de cada partido. Esse é o núcleo do trabalho: a alteração da força dos partidos a partir dos agregados regionais.

Palavras chaves: volatilidade eleitoral; organização partidária; geografia do voto.

Abstract

This paper focuses on the measurement of regional variation in voting between the parties that competed for the vacant state representative in the elections for the Legislative Assembly of Para, in the period 1990-2006, thus establishing the niche of each. The sources will be used to examine the ballots of the five electoral elections happened in the period covered, put to the public through the Electoral Court.

The analysis will be in two stages. In the first comprehensive picture of the party votes. In the second stage, the votes will be broken down according to the administrative regions of Pará for administrative regions will take the division as a criterion used by the State Ministry of Budget Planning and Finance in its program Participatory Territorial Planning.

The period chosen is justified by the fact that it was when the multiparty system was installed with strength in Para In 1982 elections, five parties put up candidates, but the polarization ARENA X MDB existed until 1978 was maintained through PMDB X PDS. In 1986 several organizations contested the elections, but besides not being present all Brazilian parties, an election was marked by the predominance PMDB, then riding the wave of the Cruzado Plan.

This study aims to answer the following questions:

- a) There is, in each election, a majority party strength?
- b) There is, in each election, a majority electoral coalition?
- c) What is the total electoral strength of parties?
- d) How this electoral strength is revealed to be analyzed by region?

At the end of the work, we achieved two objectives. The first is to establish a time series covering 1990 to 2006 the variation of votes accumulated by political parties during this period to the Legislative Assembly of the State of Pará Beside the gross mass of data, we have systematized the absolute vote, the vote on, the effective parties (voting and chairs), the fractionation (vote and chairs), the total volatility and disproportionality (total and between the parties selected to be studied). The second objective is to identify the regional variation of votes, thereby establishing the niche of each party. This is the core of the work: the change of party strength from the regional clusters.

Keywords: electoral volatility, party organization; geography of the vote.

I – Introdução

a) Tema

O presente trabalho tem por objeto a mensuração da variação da votação regional entre os partidos que disputaram as vagas para deputado estadual nas eleições para a Assembleia Legislativa do Pará¹, ao longo do período 1990-2006, com isso estabelecendo o nicho de cada um deles. As fontes usadas para análise serão os boletins eleitorais das cinco eleições acontecidas no período coberto, postas à disposição do público através da Justiça Eleitoral.

A análise será feita em duas etapas. Na primeira, o quadro global das votações partidárias. Na segunda etapa, as votações serão decompostas de acordo com as regiões administrativas do Pará. Por regiões administrativas tomaremos como critério a divisão utilizada pela Secretaria Estadual de Orçamento Planejamento e Finanças, em seu programa Planejamento Territorial Participativo. Basicamente esse programa dividiu os municípios do Pará de acordo com critérios de proximidade geográfica e seu histórico de relações comerciais, culturais e políticas, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 01: Regiões de Integração Regional e os respectivos municípios

| Região de Integração | Município |
|----------------------|---|
| Araguaia | Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau D' arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xinguara. |
| Baixo Amazonas | Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Santarém, Terra Santa. |
| Caetés | Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua, Vizeu. |
| Capim | Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas, Rondon do Pará, Tomé-Açu, Ulianópolis. |
| Carajás | Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia. |

¹ - Para um breve histórico da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, consultar o endereço <http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/historico.php>.

| | |
|-----------------|--|
| Guamá | Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antonio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São João da Ponta, São Miguel do Guamá, Terra Alta, Vigia. |
| Lago de Tucuruí | Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento, Tucuruí. |
| Marajó | Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure. |
| Metropolitana | Ananindeua, Belém, Benevides, Marituba, Santa Bárbara do Pará. |
| Tapajós | Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Ruropólis, Trairão. |
| Tocantins | Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, Tailândia. |
| Xingu | Altamira, Anapú, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu. |

Fonte: www.sepof.pa.gov.br: PPA 2008/2011 - Acesso em 15/03/2010

A opção do autor em estudar a composição regional dos votos se justifica por uma tendência dos políticos em “distritalizar” o Estado, em consonância com o que foi afirmado por Arleth Borges em 2005:

A importância da delimitação das bases de apoio é afirmada na posição generalizada entre os políticos de, senão respeitar, pelo menos considerar essas fronteiras. Assim, o estado é ‘recortado’ entre representantes regionais que, como diz um dos parlamentares entrevistados por Bezerra, até se melindram ante a idéia de entrar na área do outro. Para este autor, as definições a respeito das bases de cada parlamentar não decorrem, porém, apenas da vontade ou decisão particular; elas são decididas juntamente com as lideranças políticas que, na verdade, “fazem uma espécie de pré-seleção de quem vai participar da política local” (p.134). Neste contexto, prefeitos e vereadores – lideranças locais por excelência - emergem como cabos eleitorais muito importantes e disputados e o critério que legitima a entrada de um representante em determinado município é, além de sua votação, a assistência que oferece ao mesmo (BORGES, 2005, p. 22).

Além do apoio de lideranças locais, muitos dos candidatos já exerceram alguma função institucional, tendo sido prefeitos, vereadores ou lideranças sociais locais. Na atual composição da assembleia, 18 deputados já haviam sido prefeitos, vice-prefeitos ou vereadores antes de se aventurarem na política estadual. Dos 23 restantes, nove passaram por cargos no executivo ou tinham fortes vínculos familiares com a política, local ou regional².

O período escolhido é justificado pelo fato de ter sido quando o pluripartidarismo se instalou com força no Pará. Nas eleições de 1982, cinco partidos apresentaram candidatos,

² - www.alepa.pa.gov.br/deputados.php. Acesso em 03/04/2009. Área do site da Assembleia Legislativa do Estado do Pará que traz um breve histórico da atuação dos deputados.

mas a polarização ARENA X MDB existente até 1978 foi mantida pela via PMDB X PDS³. Em 1986 diversas organizações disputaram as eleições, mas além de não estarem presentes todos os partidos brasileiros, foi uma eleição marcada pela predominância peemedebista⁴, então surfando na onda do Plano Cruzado⁵.

No período que nos dispomos a cobrir, temos três alterações de mando no poder executivo paraense. Em primeiro lugar a última eleição ganha pelo PMDB, 1990. Em um segundo momento, a ascensão do PSDB à direção do Estado, no pleito de 1994 e as novas vitórias eleitorais desse partido em 1998 e 2002. Por fim, a substituição dos tucanos pelo PT no processo eleitoral de 2006. Três etapas de alternância de poder, que influenciaram a composição dos votos para o Legislativo, tanto num nível macro como nas ramificações regionais.

b) Justificativa e objetivos

A distribuição geográfica dos votos deveria ser tema crucial e até vital para as pretensões dos candidatos a cargo eletivo. Entretanto, pouca ou nenhuma atenção tem sido dada pelos políticos a esse aspecto da eleição, ao passo em que é uma faceta fundamental na estratégia de consolidação dos partidos.

No âmbito acadêmico, a preocupação mais parecida com essa, na abordagem dessa questão, foi a de Arleth Santos Borges, em tese de doutorado - *Conexão Eleitoral e atuação parlamentar - representantes e bases eleitorais no Maranhão* - apresentada ao IUPERJ, em 2005, ainda inédito na forma de livro⁶.

Recentemente, o CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento começou a organizar os resultados eleitorais do município de São Paulo e a estudá-los de forma

³ - Naquela eleição, PMDB e PDS somaram 97,8% dos votos dados a candidatos e legenda, na disputa de deputados estadual. Também elegeram todos os deputados estaduais (PMDB 20 X 19 PDS). Fonte: TRE/Pa.

⁴ - Em 1986 o PMDB elegeu 25 dos 41 deputados estaduais, aproveitando, além do Plano Cruzado, a força eleitoral de Jäder Barbalho.

⁵ - "Sarney tentou controlar a inflação através do Plano Cruzado, um congelamento de preços e salários decretado em fevereiro de 1986. (...) "O Cruzado teve um efeito político extraordinário, elevando a popularidade do presidente a níveis estratosféricos". LAMONIER, 2005, p. 186.

⁶ - Nesse trabalho Arleth Borges dissecou as votações dos deputados estaduais eleitos no Maranhão, no ano de 1998 a partir das gerências regionais criadas por Roseana Sarney em dezembro de 1998. Arleth Borges, além de estudar as votações parlamentares regionalizadas, adentra no desenvolvimento do mandato. O foco de seu trabalho são as relações entre os eleitos e suas bases no período 1999-2002. Arleth não traz à luz a totalidade da votação partidária, nem globalmente nem desdobrado pelas gerências. Além desse trabalho acadêmico, o Partido dos Trabalhadores costumava – até 2004 – disponibilizar aos seus filiados mapas das votações agrupadas regionalmente (regiões do IBGE) da eleição presidencial e das eleições municipais – cargo de prefeito - de São Paulo (o critério era a divisão da cidade pelas subprefeituras). Até um ano atrás esses trabalhos estavam disponíveis no Portal do PT, site da Fundação Perseu Abramo, sessão Periscópio.

regionalizada. O banco de dados é constituído pelas eleições ocorridas a partir de 1994. Coordenado pelos pesquisadores Fernando Limongi e Argelina Figueiredo entre as justificativas do projeto expostas no site do CEBRAP está:

Se, de fato, o espaço desempenhar um peso independente para explicar o comportamento eleitoral, queremos aprofundar a discussão das implicações deste achado para as teorias explicativas sobre o comportamento eleitoral. O mesmo se aplica para as variáveis sócio-demográficas. O segundo plano de trabalho relaciona-se com a estruturação individual do voto. Como o eleitor coordena seus diferentes votos?

O calendário eleitoral brasileiro prevê que em uma eleição, o cidadão expresse de duas (eleições municipais) a seis (eleições gerais no caso de duas vagas para o senado) preferências. Assume-se, em geral, que partidos contam pouco e que os eleitores pautam suas decisões de acordo com preferências puramente individuais e pessoais. As pesquisas exploratórias que realizamos até o momento indicam que as preferências dos eleitores são pautadas pelos partidos.

FONTE: www.cebrap.org.br acesso em 20/08/2009

Em função da avaliação feita quando da confecção dos índices de partidos eleitorais efetivos, tratados nos capítulos III e V, tendemos a concordar com essa avaliação.

Quanto à volatilidade, vemos a comunidade acadêmica mais preocupada. Recentemente, inclusive foram publicados dois artigos sobre o tema. Um abordando a eleição e reeleição (1994 e 1998) de Jaime Lerner ao cargo de governador do Paraná⁷. O segundo estuda as volatilidades eleitorais por estado e por cargo, de 1982 a 2006⁸. Mas não há o desdobramento para as regiões estaduais.

Os políticos teriam a ganhar se assumissem a abordagem partidária/regional em suas estratégias eleitorais. O que emerge das falas de parlamentares e assessores, apesar de não haver comprovação sistematizada em banco de dados, é que os detentores de mandatos pouca importância dão ao tema partido quando a questão é eleitoral⁹. Todos sabem quantos votos tiveram por município. Alguns fazem bancos de dados de seus concorrentes mais próximos. Mas não conseguem visualizar isso em termos de participação partidária junto ao eleitorado. Tendo por base este estudo de caso, os legisladores poderão compreender a distritalização dos votos.

Provavelmente, tal comportamento é derivado da forma brasileira de eleger seus parlamentares. Ao lado do voto personalizado, a distribuição das cadeiras se dá em proporção às listas:

⁷ - CERVI, Emerson U. (2008).

⁸ - BOHN, Denise e PAIVA, Denise. (2009).

⁹ - No período compreendido entre fevereiro de 2007 e junho de 2008 o autor trabalhou na Diretoria de Relações com o Parlamento da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará, período em que manteve contatos com os deputados estaduais e pôde entender como eles montam suas estratégias eleitorais.

A fórmula supõe distritos plurinominais nos quais cada eleitor vota num único candidato e seu voto é intransferível, elegendo-se os candidatos mais votados na ordem decrescente de votos. Dada essa fórmula, quanto maior o tamanho do distrito, i.e., quanto maior o número de representantes que lhe cabe eleger, mais se aproximam da proporcionalidade os resultados eleitorais e maior a probabilidade de que partidos minoritários elejam representantes desde que concentrem seus votos em poucos candidatos ou, no limite, num único candidato” (TAVARES, 1994, p. 89).

A sociedade civil também será beneficiada com este trabalho de estudo da regionalização do voto. As diversas entidades e atores sociais e políticos terão um espelho quanto à eficácia de suas decisões eleitorais, em especial da capacidade de transformar potencialidade de votos em cadeiras parlamentares.

Normalmente, tenta-se explicar a força e a influência dos partidos a partir de sua presença no Parlamento¹⁰. Porém, mais um elemento deve ser agregado a esse estudo. Esse elemento é a totalidade dos candidatos que compuseram a lista partidária e ajudaram a somar o quociente eleitoral e a divisão para distribuir as sobras.

Assim, quer se responder às seguintes perguntas:

- a) Há, em cada pleito, uma força partidária majoritária?
- b) Há, em cada pleito, uma coligação eleitoral majoritária?
- c) Qual a força eleitoral total dos partidos?
- d) Como essa força eleitoral se revela, ao ser analisada por região?

Ao final do trabalho, teremos alcançado dois objetivos. O primeiro é estabelecer uma série histórica que abarque de 1990 a 2006 a variação das votações acumuladas pelos partidos políticos nesse período para a Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Ao lado da massa bruta de dados, teremos sistematizado a votação absoluta, a votação relativa, os partidos efetivos (votação e cadeiras), a fracionalização (votação e cadeiras), a volatilidade total e a desproporcionalidade (total e entre os partidos selecionados para serem estudados).

O segundo objetivo é identificar a variação regional das votações, com isso estabelecendo o nicho de cada partido. Esse é o núcleo do trabalho: a alteração da força dos partidos a partir dos agregados regionais.

¹⁰ - “As instituições democráticas – sistema eleitoral, sistema de governo, estrutura do Estado (federalista ou unitário) – estabelecem o cenário para a atuação dos partidos políticos; portanto o comportamento dos dirigentes partidários tem como parâmetro as regras por ela estabelecidas. A partir dessas regras a elite política formula as estratégias eleitorais, as previsões de efeitos políticos e os cálculos de oportunidade. Relativamente ao número de partidos de uma democracia, a literatura institucionalista tem enfatizado o impacto de duas instituições: o sistema eleitoral e o sistema de governo. (...) [Há argumentos] de que a eleição presidencial realizada com a regra da maioria absoluta e a não coincidência entre o pleito para a Câmara dos Deputados e a presidência da República tendem a produzir sistemas partidários mais fragmentados” (NICOLAU, 1996, 38).

c) Hipótese inicial

O objetivo da pesquisa é testar a hipótese de que o crescimento da presença eleitoral dos partidos no campo proporcional está ligado à presença desse partido em primeiro lugar no aparelho do Estado, em segundo lugar é subordinado ao nível de relação dos partidos com setores da sociedade civil e, por fim, à qualidade da organização da máquina partidária.

Há, ainda, a possibilidade da complexidade territorial do Pará gerar uma “distritalização informal”, com uma grande massa dos votos de cada candidato vindos de poucos municípios ou de uma ou duas regiões. Isso explica, em parte, a distribuição irregular da presença dos partidos.

d) Planejamento dos capítulos

Após essa introdução, exporemos o referencial teórico desse trabalho, explicitando os estudiosos que contribuíram para a realização do mesmo. Em seguida, será explicitada a metodologia usada para o tratamento dos dados, índices utilizados e métodos de análise.

Na seqüência, será feito um painel histórico dos cinco pleitos ora estudados. Levantaremos o ambiente político em que se realizaram as eleições, as condições em que elas aconteceram: condicionamentos conjunturais estaduais e nacionais, arcos de alianças e composições eleitorais.

Será desenvolvido um breve capítulo com as informações gerais sobre o desenvolvimento das votações partidárias e os índices aplicados para estudar essa dinâmica.

Por fim, desenvolveremos o estudo das evoluções das votações regionais. Isso será feito com duas perspectivas. A primeira pela ótica da região, observando as alterações das votações partidárias. A segunda é pela ótica dos partidos, tentando capturar as alterações em suas composições de votos.

Será desenvolvido um breve capítulo com as informações gerais sobre o desenvolvimento das votações partidárias e os índices aplicados para estudar essa dinâmica.

Por fim, desenvolveremos o estudo das evoluções das votações regionais. Isso será feito com duas perspectivas. A primeira pela ótica da região, observando as alterações das votações partidárias. A segunda é pela ótica dos partidos, tentando capturar as alterações em suas composições de votos.

II – Referencial Teórico

Constitui-se um desafio expor os fundamentos teóricos desse trabalho, em função de sua simplicidade e ao mesmo tempo complexidade de tratar uma série histórica de forma descentralizada. A pouca literatura disponível sobre o tema tem que ser suprida por extrapolação com a utilização de outros referenciais teóricos, para a boa aproximação ao tema.

Para iniciar essa reflexão, dialogaremos com o conceito de governança eleitoral, especialmente na versão exposta por MARCHETTI, interpretando-a como integradora dos sistemas eleitorais e partidários, e, indo um passo além como uma feição de regulação fora do âmbito do executivo.

Em seguida teremos que “fechar” uma interpretação de partido. De forma aparente essa é uma tarefa fácil. Entretanto, este ente fundamental da ciência política tem uma multiplicidade de interpretações, que teremos que harmonizar com este trabalho.

É necessário, também, compreender o mecanismo de definição do voto e como isso é refletido nas disputas eleitorais.

Por fim, será feito um rápido levantamento de trabalhos correlatos nas ciências sociais e políticas.

a) O sentido da governança eleitoral

A ciência política costuma estabelecer uma distinção entre o que convencionou chamar de sistema eleitoral e o sistema partidário. Ao primeiro caberia estabelecer as regras de funcionamento das eleições: quem pode votar quem pode ser votado, como se dá o processo eleitoral e quem é eleito.

A partir desse pressuposto¹¹, dividem-se os sistemas eleitorais em proporcionais e majoritários, com possibilidade de haver variações que misturem as duas regras. Quanto à forma de votar existe o voto nominal ou em lista. Também aqui a inventividade humana deu um jeito de inserir variantes mistas.

No Brasil, tanto nas eleições para o Legislativo como para o Executivo, o voto é nominal. Para presidente, governador, prefeito de cidades com mais de 200 mil eleitores, elege-se o mais votado, sob o quorum especial de 50%+1 (cinquenta por cento mais um) voto do universo de votos válidos. Não satisfeita essa condição, realiza-se algumas semanas depois

¹¹ - NICOLAU; 2004.

um segundo turno entre os dois mais votados. Para o senado e prefeitos de municípios com menos de 200.000 eleitores são eleitos os mais votados, independente de quorum.

Para as Casas Legislativas a eleição é proporcional às votações dos partidos, e à ordem de votação dentro deles. Para se achar o quociente eleitoral e realizar a distribuição das vagas entre os partidos é utilizada a Fórmula D'HONT¹².

Por sistema partidário é entendido as normas que permitem a criação e existência dos partidos¹³. Isso inclui as normas de eleição de direção, a seleção de candidatos às eleições e a gestão do cotidiano das organizações partidárias. Mas sistema partidário também significa as relações entre os partidos para aliança ou oposição, sua postura parlamentar e sua inserção na agenda política.

As eleições são o momento de encontro dos dois sistemas. Para que tudo funcione a contento, é necessário um elemento que os integre. Isso é a governança eleitoral. Marchetti, apropriando-se de Mozaffar e Schedeler assim a define:

Governança eleitoral é um abrangente número de atividades que cria e mantém o vasto arcabouço institucional no qual se realizam o voto e a competição eleitoral. Opera em três diferentes níveis: 1) formulação das regras [*rule making*], aplicação das regras [*rule application*] e adjudicação das regras [*rule adjudication*]. (MARCHETTI, 2008, p. 867.

No caso brasileiro, é uma única autoridade que executa as três tarefas. Ainda de acordo com Marchetti, as atribuições de cada nível são assim definidas:

¹² - A fórmula D'Hondt que utiliza os divisores 1,2,3,4,5,... sobre representa o maior partido. O primeiro passo é somatória dos votos dados a candidatos e a legendas, os votos válidos. Em seguida é feita a divisão dos votos válidos pelo número de vagas em disputa (VV/m). A seguir é dividido os votos de cada uma das listas de candidatos pelo quociente eleitoral ($vl/(VV/m)$). Se houver sobras, as listas que alcançaram o quociente são divididas pela parte inteira da divisão anterior acrescida de uma unidade ($vl/\text{int}(vl/(VV/m)+1)$). Nicolau (2005).

¹³ - Para o que nos interessa o sistema partidário passou por duas etapas no período estudado. Um momento de hiperativismo das elites partidárias (FERREIRA *et alli*) com facilidade para criação de legendas e participação em eleições. O segundo momento – que estamos vivendo – veio com a lei das eleições, onde há maior rigor para o reconhecimento dos partidos junto à Justiça Eleitoral, inclusive só podendo participar das eleições as legendas com registro definitivo.

Quadro 02: Diferentes Níveis da Governança Eleitoral

| <i>Rule Making</i> | <i>Rule Application</i> | <i>Rule Adjudication</i> |
|---|---|--|
| (Legiferação) Escolha e definição das regras básicas do jogo eleitoral, como: | (Administração e execução) Organização e administração do jogo eleitoral, como: | (Contencioso) Solução para controvérsias e litígios. Publicar os resultados. |
| Definição da fórmula eleitoral (dimensão dos distritos, magnitude). | Realizar o registro dos partidos (coligações), candidatos e eleitores. | Julgar e solucionar os litígios. |
| (In) Elegibilidade. | Garantir condições materiais para o exercício do voto. | Garantir a aplicação correta das regras do jogo eleitoral. |
| Perfil dos organismos eleitorais. | Garantir a publicidade da realização das eleições. | Garantir a transparência e a confiança nos resultados eleitorais. |
| Financiamento das campanhas. | Distribuição das urnas. | |
| Definição do registro de candidatos, partidos e eleitores. | Promover campanhas educativas | |
| Data das eleições. | | |

Fonte: Mozaffar e Schedler (2002). Citado por Marchetti (2006)

A justiça eleitoral, órgão que concentra as atribuições de aplicação das regras e julgamento das atitudes dos contendores frente às regras, acaba por funcionar como órgão regulador das eleições.

Essa especialização da aplicação da justiça é mista na composição de seus membros. O Tribunal Superior Eleitoral é composto por membros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e por advogados nomeados pelo presidente da república. Os tribunais regionais federais são compostos por membros da Justiça Federal e da Justiça Estadual e por advogados nomeados pelo presidente da república. Nos municípios, a jurisdição eleitoral é exercida pelos juízes comuns.

A fiscalização tem dupla atribuição. Representado a sociedade ela é exercida pelo Ministério Público, na condição de fiscal da lei. No interesse dos competidores, os partidos e candidatos também podem apresentar denúncias de irregularidades à justiça eleitoral.

Por fim, quanto à regulação¹⁴ há uma forte legislação em torno do processo eleitoral. A começar da própria constituição que, além de elementos sobre a ordem política e o estado

¹⁴ - Regulação é uma atividade típica do poder executivo (BOSCHI), operacionalizada através de agências com poderes para expedir normatizações de seu setor de especialização (águas, energia, gás e petróleo e telecomunicações são atribuições federais; transporte urbano coletivo dos estados). No entanto, dada a

de direito espalhados por todo o texto, define a justiça eleitoral como órgão essencial da administração da justiça e estabelece seus componentes.

As eleições são reguladas por quatro leis, além dos princípios constitucionais. Em primeiro lugar, o Código Eleitoral, a Lei 4735 de 1965. Nele são detalhados os órgãos da Justiça Eleitoral e suas atribuições, define quem pode votar, os processos de organização eleitoral e os tipos de recursos admitidos e as autoridades às quais serão endereçados, entre outros atributos. Em segundo lugar a Lei 64, que trata das inelegibilidades, de 1990. Lá é definido quem não pode ser candidato. Só em 2008 essa norma teve algum impacto eleitoral. Apenas no Pará, 13 candidatos foram os mais votados e não foram considerados eleitos, em virtude de terem sido alcançados pela alínea g do inciso do Artigo 1º dessa Lei. Em seguida a Lei dos Partidos Políticos, 9096/95, que substituiu a antiga Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Nessa lei são definidos parâmetros de organização partidária: filiação, convenções, fusões, extinções e criação de partidos, entre outras. Por fim a Lei das Eleições, 9504/97, em que trata das convenções, arrecadação de fundos, propaganda e prestação de contas, entre outros.

Além desses dispositivos legais, o TSE tem à sua disposição mecanismos com força de lei nos períodos eleitorais: as resoluções. Normalmente são três: uma que trata dos prazos eleitorais, a segunda que trata das regras de arrecadação de recursos para campanha e prestação de contas. A última trata da propaganda eletrônica e é editada após as convenções, com os tempos de rádio e TV de cada coligação que se apresenta ao pleito.

b) Concepção de partido

Conceituar partido é uma das maiores dificuldades da ciência política. SARTORI, buscando a simplicidade escreveu a seguinte definição: “um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos”.

Essa é uma definição funcional, que se aplica apenas a países com democracia multipartidária. Sartori, inclusive desenvolve um pouco mais esse conceito, do ponto de visto histórico:

Os partidos surgiram porque havia necessidade deles, porque atendiam a um propósito. Ainda servem a esse propósito? Se não devemos deixar isso claro. Há cerca de 150 anos os partidos se comportaram e se desenvolveram muito mais como uma prática do que como uma teoria. Por isso a mensagem tende a se perder. E pretendo que tal mensagem possa ser recapturada à base de três premissas:

- 1 – Os partidos *não* são facções;
- 2 – Um partido é *parte-de-um-todo*;
- 3 – Os partidos são canais de *expressão* (SARTORI, 1982).

Por essa definição, temos que os partidos, ao mesmo tempo em que servem de expressão a programas, não se apresentam como meros canais de interesse. Estão inseridos na sociedade que os gerou ou os mantém, ao mesmo tempo sendo porta-vozes de uma fração dessa sociedade. Mas, chegar a esses conceitos não foi fácil, pois na etimologia da palavra.

partido vem do latim, do verbo *partire*, que significa dividir. Mas não faz parte, de nenhuma maneira específica, do vocabulário político até o século XVII – o que significa que não entra no discurso político diretamente do latim. Sua predecessora mais antiga é “seita”, vinda do latim *secare*, que significa separar, cortar e, com isso, dividir. Como “seita” já existia e estava consolidada como transmissora do significado preciso de *partire*, “partido” prestou-se a um uso mais impreciso e obscuro (SARTORI, 1982).

Encerrando essa exploração de Sartori vamos transcrever uma definição sobre o campo de atuação dos partidos: “em geral os partidos são definidos em termos de (i) atores; (ii) ações; (iii) conseqüências e (iv) campo”. Isso significa que o partido existe numa realidade concreta, onde adapta seu programa às condições dadas pelos atores políticos e condições em que a disputa está se dando.

Com essa configuração prática sobre o termo partido, temos que trazer para esse trabalho os termos de Anthony Downs, com quem o próprio Sartori dialogou. Downs vê o partido de forma ainda mais pragmática:

Um partido político é uma coalizão de homens que buscam controlar o aparato do governo através de meios legais. **Coalizão:** grupo de indivíduos que têm certos fins em comum e cooperam entre si para atingi-los. **Aparato do governo:** equipamento físico, legal e institucional que o governo usa para cumprir seu papel institucionalizado na divisão do trabalho. **Meios legais:** eleições devidamente constituídas ou influência legítima.

O partido é um grupo de homens que coopera para que alguns deles sejam eleitos. [Assim] é uma equipe de homens que buscam controlar o aparato de governo, obtendo cargos numa eleição devidamente constituída. **Equipe:** coalizão em que todos os membros concordam com todas as metas (DOWNS, 1999).

O próprio Downs reconhece que essa definição tem muito de ideal, nas próprias palavras do autor, é uma abstração. Mas, como toda abstração, é útil para o entendimento da

realidade. Para o caso brasileiro, é necessário enriquecer essa definição com o conceito de Raquel Meneghelo:

Partidos políticos são considerados aqui com base em três acepções. A primeira diz respeito às suas funções representativas e de articulação de interesses, segundo as quais, mesmo com as transformações da representação política, através da competição eleitoral, eles são a instituição que melhor integram clientelas, mobilizam eleitorados, conferem amplitude aos interesses populares na política e estruturam as vontades e demandas no sistema corporativo.

A segunda refere-se à sua função governativa, na qual sobressaem os principais agentes dos processos governamentais: partidos formam governos ocupam cargos e produzem políticas públicas, pelas quais operam a responsividade das instâncias decisórias à sociedade.

A terceira acepção diz respeito à natureza interativa – e não interdependente – dessas funções entre si, aspecto que reflete no estudo da organização partidária. Em linhas gerais, isso significa conceber que as funções e instâncias constitutivas dos partidos – as relações com as bases e eleitores, a relação no parlamento com outras forças do sistema partidário e seu papel no governo – sofrem processos diversos de desenvolvimento e adquirem graus diversos de importância no sistema político (MENEGHELO, 2003).

Assim, neste trabalho, os partidos serão considerados (a partir do arcabouço jurídico brasileiro) como pessoas jurídicas que associam pessoas com o intuito de alçar alguns deles à elite governante. Ou seja, transformar alguns de seus integrantes em membros do poder seja legislativo ou executivo. Seja em nível federal, estadual ou federal.

Como nosso modelo de disputa política é multipartidário, nem todos os partidos são habilitados à disputa do centro de poder, mas conseguem ter representação suficiente para participar do esforço de governabilidade. Com isso, a realidade brasileira é celebre em gerar coligações para ganhar as eleições e coalizões para governar.

c) Mecanismos de definição do voto

Acima estabelecemos que a governança eleitoral tem aspecto de regulamentação da disputa entre os concorrentes aos cargos eletivos. Se isso é verdade, então até certo ponto a disputa eleitoral pode ser delineada como um mercado: o mercado eleitoral.

De certa forma é como Downs enxerga esse processo, ao afirmar a coincidência entre o *homo economicus* e o *homo politicus* (29-30). Essa frase significa que o mesmo indivíduo que escolhe como alocar seu recurso financeiro ou capital, comprando móveis para sua casa ou equipamentos para sua fábrica encara o seu voto como um recurso e faz sua escolha tendo em mente os resultados esperados após o período eleitoral.

Antes de discorrer sobre o processo de decisão eleitoral, cabe uma digressão. Se a disputa eleitoral é um mercado, o eleitor/consumidor não adquire um bem ou serviço. Ele compra a expectativa que determinado candidato-programa/produto aja de forma positiva em relação às suas expectativas de ter seus problemas que dependem da esfera pública resolvidos.

É uma estranha relação comercial, onde não há balcão para devolução ou troca. Apenas a expectativa de que após algum tempo haverá um novo processo para a escolha de novos ocupantes dos cargos. Houvesse que definir as relações eleitorais em termos de mercado, diríamos que é como um concurso público, com estágio probatório, ao final do qual o eleitorado/consumidores autorizam o mandatário/servidor a mais um estágio ou o demitem por desempenho insuficiente.

Vamos então ao que ficou definido como teoria da escolha racional:

Um homem racional é aquele que se comporta como se segue: (1) ele consegue sempre tomar uma decisão quando confrontado com uma gama de alternativas; (2) ele classifica todas as alternativas diante de si em ordem de preferência de tal modo que cada uma é ou preferida, indiferente ou inferior a cada uma das outras; (3) seu *ranking* de preferência é transitivo; (4) ele sempre escolhe, dentre todas as alternativas possíveis, aquela que fica em primeiro lugar no seu *ranking* de preferência; e (5) ele sempre toma a mesma decisão, cada vez que é confrontado com as mesmas alternativas. (Downs, 1999, 28).

Esse é o comportamento do *homo economicus*, que se refere unicamente a processos de ação, não a êxito em alcançar fins desejados. A expectativa de êxito é a longo prazo, uma vez que passo a passo um homem irracional pode – por sorte – ter mais sucesso que um homem irracional. Eficiência e neutralização de fatos aleatórios vêm com o tempo.

Downs transplanta essa expectativa para o *homo politicus* quando este tem que tomar decisão a respeito de seu voto. Downs simplifica a participação democrática à tarefa de selecionar um governo (63). Então tudo se resume a um simples cálculo de ganho, comparando o governo que se encerra com o que poderá acontecer com uma vitória do atual partido do governo ou com a vitória oposicionista. O autor chama isso de “renda de utilidade” e estabelece uma série de fórmulas e equações para mensurar essa renda.

Mas escolha racional não prevê esse comportamento voltado ao interesse apenas nos eleitores. De acordo com Gordon Tullock, políticos e empresários – assim como eleitores e consumidores - são iguais:

Assim como o empresário projeta o último modelo de um carro para atrair os consumidores, o político escolhe as políticas públicas tendo em mente que o eleitor, que ao mesmo tempo é consumidor, o recompensará com seu voto na próxima eleição. (...) Do ponto de vista de um candidato específico, o que importa é o que as

peças desejam, dada a percepção delas do valor de seu voto com relação ao resultado da eleição e do custo de se informarem, e não pelo o que elas desejariam se estivessem mais bem informadas. (TULLOCK,2006, p. 18-19)

Essa afirmação reverbera a hipótese fundamental de Downs: os partidos formulam políticas a fim de ganhar eleições e não ganham eleições a fim de formular políticas (50). Sabemos que a intenção de Downs, e dos estudiosos alinhados ao seu método de estudo, é buscar definições funcionais e de fácil manipulação. No entanto, não se deixa de ter a impressão de haver certo cinismo nessa assertiva. Os partidos então seriam agências de manipuladores a espreitar as “tendências de consumo” dos eleitores e então oferecem isso a eles.

A teoria da escolha racional como instrumento metodológico para discutir a definição do voto de um eleitor não é unânime nem foi poupada de críticas. Patrick Baert diz:

Tanto a sofisticação como a ampla aplicabilidade do raciocínio econômico corrente são devidas, parcialmente, à emergência e ao desenvolvimento da teoria dos jogos. A teoria dos jogos objetiva trabalhar, por meio de conceitos, situações nas quais os indivíduos tomam decisões considerando as conseqüências das decisões tomadas por outros (ver, por exemplo, Kreps, 1990). Graças à sua sofisticação, tem apresentado diversas descobertas que contrariam a intuição — por exemplo, a descoberta de que em certas circunstâncias as pessoas podem ficar em pior situação agindo na busca de seu próprio interesse. Dada a sua natureza abstrata, a teoria dos jogos se presta a uma ampla aplicação, encorajando ainda mais a sua popularidade. (...) Teóricos da escolha racional desenvolvem teorias sociológicas e tentam explicar e prever os padrões de comportamento de um determinado grupo de pessoas. A teoria da escolha racional não deve ser entendida como uma teoria que explica ou prevê simplesmente o comportamento individual. Por exemplo, alguns teóricos da escolha racional se propõem a explicar e prever os padrões de voto e não o voto de cada (ou qualquer) indivíduo (BAERT, 1997, p. 02)

Aqui há a acusação não só de que a política é tratada como “loteria”, mas também de certa dissimulação na aplicação do método. Qual seria tal dissimulação? Sob o manto de explicar o voto de um cidadão pelo mesmo critério das tomadas de decisões econômicas haveria a pretensão de explicar por “padrões” os votos de grupos (ou agrupamentos) sociais. Mas adiante há outra crítica a pressupostos da escolha racional:

Ocorre o bem conhecido "paradoxo do voto", isto é, dado que votar toma tempo e que cada voto, individualmente, com muita probabilidade não será decisivo, a teoria da escolha racional esperaria que as pessoas não fizessem o esforço para votar. No entanto, um número significativo de pessoas vota. Ao invés de tratar isto como uma falsificação, os teóricos da escolha racional tendem a incluir este fenômeno não intuitivo em sua narrativa racional. Para eles, as pessoas votam porque superestimam o impacto de seus votos ou porque votar dá a elas alguma satisfação psicológica não considerada por teóricos da escolha racional mais antigos como Downs. Elas obtêm satisfação psicológica expressando fidelidade a um sistema político ou contribuindo para um empreendimento potencialmente bem-sucedido (Riker e Ordeshook, 1973, p. 62; Hinich, 1981; Schwartz, 1987; Coleman, 1990, pp. 290 e ss.).

Existem dois problemas com este tipo de teorização *a posteriori*. O primeiro deles é que ela se apóia em premissas *a posteriori* que não são validadas empiricamente (por exemplo, a premissa de que as pessoas superestimam o impacto de suas ações). Em segundo lugar, ela acomoda observações mutuamente exclusivas (por exemplo, comportamento regulado e não regulado; ação cooperativa e defeção; abstenção e voto), que, portanto, não permitem falsificação. Embora os teóricos da escolha racional tendam a se situar na tradição dos estudos que pregam a possibilidade de falsificação, eles não admitem que reconstruções *a posteriori* não servem para confirmar empiricamente a sua teoria (BAERT, 1997, p. 09).

Mesmo levando em consideração elementos como a obrigatoriedade ou não do voto essa crítica é bem forte. Ela revela que a teoria da escolha racional imagina os eleitores (cidadãos ou consumidores?) como seres ausentes da vida política. Esses eleitores/agentes econômicos têm um problema de ego inflado e precisa mostrar lealdade a um sistema participando da escolha de seus mandatários, mesmo votando contra o partido dirigente.

d) As disputas eleitorais

Disputas eleitorais com tempo certo e um grau de incerteza quanto ao resultado são um dos pressupostos de sociedades democráticas. Robert Dahl assim definiu essas premissas:

- 1 – Liberdade de formar e aderir a organizações;
- 2 – Liberdade de expressão;
- 3 – Direito de voto;
- 4 – Elegibilidade para cargos públicos;
- 5 – Direito dos líderes políticos disputarem apoio;
- 5.1 - Direito dos líderes políticos disputarem voto;
- 6 – Fontes alternativas de informação;
- 7 – Eleições livres e idôneas;
- 8 – Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. (DAHL, 2005, p. 27)

Esses são os fundamentos do que Dahl chamou de poliarquia, classificação para a forma pela qual o poder está distribuído pela sociedade. Assume quatro formas principais, que vão da hegemonia fechada à poliarquia, ou seja, a ampla liberdade de manifestação e organização para a disputa eleitoral.

Como discutido na seção **a** desse capítulo, o sistema de governança eleitoral brasileiro permite uma liberdade controlada para a criação de partidos e a disputa pelos espaços de poder (executivo e legislativo). Mas, como acontece a disputa em si?

O mecanismo eleitoral brasileiro é muito sofisticado e mais integrado do que se poderia supor em uma primeira olhada. Para começar, aqui há o que se pode denominar “eleição em dois tempos”. São alternadas eleições municipais com eleições federais e

estaduais. Cada eleição encerra um ciclo e começa outro, graficamente pode-se representar assim:

Eleições Municipais > Eleições Estaduais



Tal gráfico pode ser assim interpretado: os líderes municipais apóiam determinados candidatos nos planos estadual e federal e em troca esperam apoio nas suas eleições municipais. Em compensação, os líderes estaduais e federais apoiam determinados candidatos nas eleições municipais e em troca esperam ser apoiados por eles daí a dois anos.

É toda uma engenharia que envolve mandatários, dirigentes partidários lideranças locais e estaduais - afirmação por feita por Leandro Piquet Carneiro e Maria Hermínia Tavares Almeida - de com o objetivo de organizar certa preferência eleitoral:

A organização de um sistema partidário nacional envolve sempre diferentes problemas de coordenação que podem ser “resolvidos” se os eleitores votam de forma instrumental, ou seja, se calculam a probabilidade de que suas escolhas produzam resultados agregados que estejam próximos de suas preferências individuais. O papel dos partidos, nessa perspectiva, é de elemento articulador entre as escolhas locais e as políticas regionais e nacionais. Os resultados encontrados assinalam, portanto, o efeito da organização partidária na definição do que chamamos “articulação entre níveis do sistema partidário brasileiro” (CARNEIRO e ALMEIDA, 2008, p. 405).

Ainda de acordo com Carneiro e Almeida, o subsistema eleitoral majoritário (presidente, governador, senador e prefeito) organiza o subsistema eleitoral proporcional (deputados federais, deputados estaduais e vereadores). Ou seja, há uma tendência a votar agregando o parlamentar ao chefe do executivo. Se fosse possível mediar as “traições” ocorridas dentro de cada coligação, seria possível mensurar a exatidão dessa afirmação dos autores¹⁵.

Há dois pontos para encerrar essa sessão. O primeiro diz respeito à liberdade de escolha do eleitor. O eleitor é livre para escolher entre os candidatos que se apresentam ao pleito, os “autorizados” pelas elites partidárias:

Sejam quais forem os interesses em jogo, definidas as candidaturas dos principais partidos, metade ou mais do jogo eleitoral já está jogado. Eleitores só podem votar

¹⁵ - No capítulo IV, histórico das disputas eleitorais, elenco em parte os descompassos entre algumas coligações e seus candidatos majoritários. Em nível municipal, para as eleições de Belém e Almeirim, nos pleitos de 2008 encontrei uma discrepância média de 15% na primeira cidade e 20% na segunda. Não é o caso de se responder aqui, mas fica a pergunta: quem é o responsável por esses desalinhamentos: os candidatos ou os eleitores?

nas opções que lhe são ofertadas e estas, em geral, não são muitas. Além disso, devem calcular as chances de seus candidatos preferidos e as dos que rejeitam, o que os leva a convergir para as candidaturas viáveis. Assim, o conjunto de alternativas efetivamente disponíveis sofre nova restrição. Para uma boa parte dos eleitores, não há propriamente escolhas a fazer.

Quando a distribuição das preferências [partidárias] dos eleitores é conhecida ou passível de ser estimada com algum grau de certeza, (...) encerradas as convenções partidárias, é possível prever quem será o novo prefeito ou prefeita com razoável grau de segurança.

(...) O eleitorado paulistano tem apresentado considerável estabilidade em suas opções. As flutuações das preferências dos eleitores são pequenas e se dão dentro de parâmetros estreitos e conhecidos. Obviamente, estabilidade não é o mesmo que imobilismo. As mudanças, no entanto, são lentas e dependem da capacidade de os partidos mobilizarem o eleitorado (Limongi e Mesquita, 2008, p. 50).

Em que pese o estudo acima ter sido feito para a cidade de São Paulo, em virtude do caráter nacional das regras eleitorais, esses pressupostos tem validade universal no caso do Brasil. A maior parte dos pleitos limita em três os candidatos viáveis. Nos menores colégios (normalmente nas disputas municipais) são dois contendores reais. Raramente chega-se a quatro candidatos viáveis em eleições majoritárias. Nesse caso, pode-se fazer a ilação de que as elites partidárias não conseguiram se por em acordo quanto aos rumos a dar à administração.

Isso nos leva ao último ponto dessa sessão, que diz respeito às alianças eleitorais e a antinomia previsibilidade/impresivibilidade do processo eleitoral. Em que pese ser a incerteza um componente essencial numa disputa eleitoral, as alianças partidárias, legalmente chamadas coligações, são elementos-chave no processo eleitoral. Os líderes políticos que conseguirem articular a dose certa de partido e coordenar lideranças menores¹⁶ terão mais chances de vitória.

Aos eleitores resta a possibilidade de surpreender as elites partidárias, negando o voto aos maiores partidos e apostando em “terceiras vias”¹⁷.

Já para o sistema proporcional sempre há a imprevisibilidade. Nem os detentores de mandato têm a certeza da vitória. O partido conseguirá repetir a performance? Os apoios conquistados são suficientes para compensar os apoios perdidos? Qual o alcance político dos demais postulantes aos cargos? Essas perguntas estão postas para os integrantes de todas as legendas, independente do porte. Proporcionalmente, os desafios são do mesmo tamanho.

¹⁶ - Essas “lideranças menores” são posicionadas na disputa proporcional. Aqui pesa muito a capacidade de escolher os melhores candidatos e assim aumentar o poder de fogo da chapa majoritária.

¹⁷ - Há pelo menos quatro exemplos desses movimentos eleitorais “surpreendentes”: Maria Luiza Fontenelle (PT) em Fortaleza, 1985; Luiza Erundina (PT), em São Paulo, 1988; Fernando Collor de Mello (PRN), no Brasil em 1989 e Luiziane Lins (PT), em Fortaleza, 2004.

e) Breve revisão de literatura

Além dos autores usados para estabelecer os construtos desse trabalho, foi recorrido a outros autores para calçar com dados empíricos e históricos, os quais estão espalhados ao longo do texto.

De Simone Bohn e Denise Paiva utilizamos “A Volatilidade Eleitoral nos Estados, sistema partidário e democracia no Brasil”. As autoras fizeram um levantamento da volatilidade para todos os cargos de perfil nacional e estadual entre 1989 e 2006. Desse trabalho veio a idéia da “Zona de Normalidade”, descrita no capítulo de volatilidade geral.

“Comportamento Eleitoral Volátil e Reeleição: as vitórias de Jaime Lerner no Paraná”, de Emerson Urizzi Cervi reforçou a noção de regionalização do voto. Esclareça-se, entretanto, que CERVI faz a comparação do avanço dos votos de Lerner em termos de distribuição por Índice de Desenvolvimento Humano, o que não é o foco deste trabalho.

Para consolidar o entendimento dos partidos e seu desenvolvimento foi utilizado, de Maria D’Alva Kinzo, “Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil”. Esse trabalho serviu de calço para tentar entender (e explicar) as movimentações do eleitorado de um partido a outro entre duas eleições.

O *paper* “Migração partidária na arena legislativa subnacional e a racionalidade do parlamentar”, escrito por Carolina de Paula, mestranda da UFRGS, em que é estudado o movimento migratório ocorrido na Assembléia Legislativa do Paraná na legislatura 2003-2006. Daqui foi retirado o substrato para as respostas eleitorais quando dos movimentos de mudanças partidárias dos parlamentares paraenses.

Para efeito de comparação do comportamento eleitoral geral, foi utilizado o artigo de Roberto Ramos Santos: “Partidos e eleições na Amazônia: o sistema partidário de Roraima em perspectiva comparada”. Em um trabalho mais completo, analisa o crescimento do eleitorado, proporção de votos brancos e nulos e, no que é o núcleo do trabalho, as performances eleitorais nas eleições proporcionais ocorridas em Roraima entre 1990 e 2002.

“Determinantes de desempenho dos blocos ideológicos – direita, centro e esquerda – nas disputas eleitorais”, serviu de referência para a discussão da representatividade das regiões. O trabalho é de Helcimara de Souza Telles e Marcelo Caetano Vargas.

O último trabalho utilizado é “Formato e evolução do Sistema Partidário, Eleitoral e Parlamentar do Pará, uma análise comparada: 1945:62 e 1986:98”, dissertação de mestrado de Edir Veiga. Daqui foi extraída a noção de eleições polarizadas, com a presença constante de

uma “terceira via”, sem condições de ombrear com as alternativas principais colocadas ao eleitorado.

III – Metodologia

a) Exposição da metodologia

Para que este trabalho seja representativo dos partidos que disputaram as eleições no período fez-se necessário criar critérios de eliminação de legendas sem representatividade. Ao todo, 35 partidos concorreram à ALEPA, ao longo dos 20 anos em estudo, conforme abaixo:

Quadro 03: Partidos que disputaram as eleições no Pará, para deputado estadual, eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

| Nº | Legenda | Partido |
|----|----------------|---|
| 10 | PRB | Partido Republicano Brasileiro |
| 11 | PDS/PPR/PPB/PP | Partido Democrático Social (1990); Partido Progressista Reformador (1994-98); Partido Progressista Brasileiro (2002); Partido Popular (2006). |
| 12 | PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| 13 | PT | Partido dos Trabalhadores |
| 14 | PTB | Partido Trabalhista Brasileiro |
| 15 | PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| 16 | PSTU | Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado |
| 17 | PDC | Partido Democrata Cristão |
| 17 | PSL | Partido Social Liberal |
| 18 | PST | Partido Social Trabalhista |
| 19 | PTN | Partido Trabalhista Nacional |
| 20 | PSC | Partido Social Cristão |
| 21 | PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| 22 | PL | Partido Liberal |
| 23 | PCB/PPS | Partido Comunista Brasileiro (1990); Partido Popular Socialista (1994-2006). |
| 25 | PFL | Partido da Frente Liberal |
| 26 | PAN | Partido dos Aposentados da Nação |
| 27 | PSDC | Partido Social Democrata Cristão |
| 28 | PTR | Partido Trabalhista Renovador |
| 28 | PRTB | Partido Renovador Trabalhista Brasileiro |
| 30 | PGT | Partido Geral dos Trabalhadores |
| 31 | PHS | Partido Humanista da Solidariedade |
| 33 | PMN | Partido da Mobilização Nacional |
| 36 | PRN/PTC | Partido da Reconstrução Nacional (1990-94); Partido Trabalhista Cristão (1998-2006). |
| 39 | PP | Partido Progressista |
| 40 | PSB | Partido Socialista Brasileiro |
| 41 | PSD | Partido Social Democrata |
| 43 | PV | Partido Verde |
| 44 | PRP | Partido Republicano Progressista |
| 45 | PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| 50 | PSOL | Partido Socialismo e Liberdade |
| 52 | PST | Partido Social Trabalhista |
| 56 | PRONA | Partido de Reedificação da Ordem Nacional |
| 65 | PC DO B | Partido Comunista do Brasil |
| 70 | PT DO B | Partido Trabalhista do Brasil |

Fonte: TSE/TRE-Pa

Nem todos conseguiram eleger parlamentares e alguns apenas figuraram no processo.

Assim, fez-se necessário selecionar os partidos mais representativos do eleitorado paraense, ao longo de 20 anos. O primeiro corte foi pelo critério de participação em eleições. Assim, definiu-se que apenas os partidos que concorreram em pelo menos três das cinco eleições estudadas seriam analisados. Por esse critério, sobraram 21 partidos.

Como esse número ainda é alto definiu-se como critério para segundo corte que os partidos que elegeram deputados em pelo menos 60% dos pleitos em que participaram iriam para o trabalho final. Dessa nova seleção emergiram 10 partidos. Juntos eles elegeram 185 deputados das 205 vagas que foram disputadas, o que representa 90,25% dos parlamentares eleitos. Abaixo a participação desses partidos e os parlamentares eleitos:

Quadro 04: Deputados eleitos pelos partidos selecionados, para deputado estadual, eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

| Nº | Partido | 1990 | | 1994 | | 1998 | | 2002 | | 2006 | |
|----|----------------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|
| | | Cad. | % | CAD | % | Cad. | % | Cad. | % | Cad. | % |
| 11 | PDS/PPR/PPB/PP | 07 | 15,79 | 08 | 20,01 | 04 | 09,77 | 02 | 5,56 | 01 | 3,99 |
| 12 | PDT | 02 | 3,97 | 03 | 5,43 | 03 | 07,57 | 02 | 5,26 | 02 | 5,42 |
| 13 | PT | 06 | 7,98 | 04 | 10,39 | 04 | 08,91 | 05 | 13,36 | 06 | 13,27 |
| 14 | PTB | 08 | 14,25 | 02 | 4,44 | 03 | 07,53 | 04 | 9,92 | 04 | 9,80 |
| 15 | PMDB | 10 | 22,05 | 13 | 29,30 | 08 | 17,39 | 08 | 18,78 | 05 | 12,10 |
| 22 | PL | 02 | 5,28 | 03 | 5,71 | 03 | 06,88 | 05 | 10,15 | 02 | 4,10 |
| 23 | PCB/PPS | 00 | 0,51 | 00 | 0,56 | 01 | 04,34 | 01 | 2,46 | 02 | 4,40 |
| 25 | PFL | 00 | 3,74 | 03 | 4,40 | 03 | 08,32 | 00 | 0,56 | 04 | 8,65 |
| 40 | PSB | 00 | 2,57 | 00 | 1,75 | 01 | 03,89 | 02 | 4,14 | 01 | 3,28 |
| 45 | PSDB | 01 | 4,27 | 02 | 6,76 | 08 | 18,86 | 07 | 16,32 | 10 | 21,64 |

Fonte: TSE/TRE-Pa

Um fator que não será estudado é a migração partidária. A migração partidária é um dos elementos que influenciam a volatilidade dos partidos. Para ficar num exemplo, dos dez deputados eleitos pelo PSDB em 2006, sete não começaram suas vidas políticas naquele partido.

Apesar de se ter calculado o número de partidos efetivos em cada eleição (pelo eleitorado e pelas cadeiras - abaixo) este índice não serviu de parâmetro para a escolha dos

partidos em função de reduzir ainda mais o espaço amostral do estudo e encolher ainda mais a representação parlamentar.

Quadro 05: Índices de Fracionalização, Partidos Efetivos e Desproporcionalidade para deputado estadual, eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

| | Fracionalização | | Partidos Efetivos ¹⁸ | | Desproporcionalidade |
|------|-----------------|----------|---------------------------------|----------|----------------------|
| | Votos | Cadeiras | Votos | Cadeiras | |
| 1990 | 0,88 | 0,84 | 8,26 | 6,11 | 16,45 |
| 1994 | 0,84 | 0,83 | 6,34 | 5,74 | 9,26 |
| 1998 | 0,89 | 0,88 | 9,03 | 8,28 | 7,88 |
| 2002 | 0,89 | 0,88 | 8,80 | 8,36 | 6,79 |
| 2006 | 0,89 | 0,87 | 9,20 | 7,89 | 8,92 |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Cálculos do autor.

Algo ficou claro na construção do índice: a tese propalada de que o eleitor não vota em partidos pode não ser consistente. Por mais personalizado que seja o voto, há uma tendência à escolha ser vinculada partidariamente. Tendo em vista os resultados eleitorais, para efeito deste estudo, em que pese não podermos, com base na fórmula nominar os partidos efetivos, para efeito de visualização empírica, inferimos que os seguintes partidos¹⁹ são os relevantes em cada eleição:

Quadro 06: Inferência dos Partidos Eleitorais efetivos nas votações de deputado estadual, eleições de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006.

| | | | | |
|------------|-----------|------|------------|------|
| 1990 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 |
| PMDB | PMDB | PSDB | PMDB | PSDB |
| PDS | PPB | PMDB | PSDB | PT |
| PTB | PT | PPB | PT | PMDB |
| <i>PRN</i> | <i>PP</i> | PT | PL | PTB |
| PT | PSDB | PFL | PTB | PFL |
| PL | PL | PDT | <i>PSD</i> | PDT |
| PSDB | | PTB | PPR | PPS |
| PDT | | PL | PDT | PL |
| | | PPS | | PP |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Organização do autor.

¹⁸ - Jairo Nicolau calculou seguinte quantidade de partidos efetivos de cadeiras para a Câmara Federal: 1990: 8,69; 1994: 8,16; 1998: 7,14 e 2002: 8,49. As tendências são semelhantes.

¹⁹ - Os números do Brasil evidenciam a passagem de um sistema partidário de baixa fragmentação (N=2,8) em 1986 para outro de alta fragmentação (N=8,7 em 1990 e N=8,2 em 1994). Nestas duas últimas eleições, o Legislativo apresenta uma intensa dispersão do poder parlamentar; ou seja, existem diversos partidos controlando faixas significativas da representação. (NICOLAU, 1996, 35)

Nas cinco eleições estudadas, dos doze partidos que freqüentaram a lista, cinco sempre estiveram entre os estruturados eleitoralmente, por persistirem no processo eleitoral. São eles: PMDB, PSDB, PT, PP (ex-PDS, PPR e PPB) e PL. Dois (PDT e PTB) participaram quatro vezes. Três (PRN, PP e PSD) já se encontram extintos ou com outro nome. Sem uma presença sistemática há dois partidos: PPS e PFL.

Precisa-se falar um pouco sobre os partidos extintos, ou com nome trocado. Trata-se de *partidos instantâneos*²⁰. O PRN foi criado para garantir um palanque para a candidatura presidencial de Collor de Mello. Em 1990, após a vitória de seu candidato ainda tinha gás para atrair lideranças conservadoras. Daí o bom desempenho eleitoral obtido no Pará. Depois dos desastres de 1994 e 1998, tentou se reerguer trocando a sigla para PTC.

O PP foi uma articulação do então governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, para se apresentar à sucessão de Collor de Mello. Com o impeachment daquele presidente, não restou a esse partido opção, a não ser aliar-se a oligarquias regionais, até ser “capturado” pelo PPR de Paulo Maluf em 1995.

Por fim o PSD paraense foi estruturado para ser uma sublegenda do PSDB. Conseguiu eleger um senador e fundiu-se ao PTB em 2003.

Para definir a quantidade de partidos efetivos em cada eleição foi usado o índice de Taagepera (Laakso-Taagepera), ou seja, a unidade dividida pelo somatório dos quadrados dos índices eleitorais²¹:

O objetivo desse índice é medir quantos partidos de fato fazem parte do jogo decisório. Isso quer dizer: os partidos que têm cacife eleitoral e parlamentar para atuar nas decisões em torno das políticas públicas.

Outro indicador importante é a fórmula de Rae. Ela é usada para medir a fracionalização do sistema partidário. Ou seja: informa a possibilidade de dois eleitores votarem num mesmo partido ou de dois parlamentares terem sido eleitos pelo mesmo partido. No caso do Pará, a fragmentação é altíssima, rodando os 90% de dispersão de votos e parlamentares. O cálculo da fracionalização é diminuição da unidade da somatória dos quadrados dos percentuais obtidos pelos partidos²².

Por fim, há a medição da desproporcionalidade. O cálculo se resume à divisão por dois da somatória dos módulos da diferença entre os percentuais de cadeiras e os percentuais de

²⁰ - Partidos instantâneos são organizações criadas para um fim eleitoral imediato.

²¹ - $1/\sum p^2$ (Lê-se: um dividido pela somatória dos quadrados das formas decimais da participação dos partidos em percentual).

²² - $1-\sum p^2$ (Lê-se: um menos a somatória dos quadrados das formas decimais da participação dos partidos em percentual). Os números do quadro cinco foram confeccionados a partir dessa fórmula.

votos²³. Nesse caso, a alta desproporcionalidade de 1990 se explica pelas regras eleitorais, que incluíam os votos em brancos no cálculo do coeficiente partidário. A partir de 1994 a desproporcionalidade é explicada pelas opções de coligação feitas pelos partidos. Em 2006 a tendência de queda da desproporcionalidade é quebrada pela criação de dois novos partidos: o PSOL como racha do PT e o PRB, que agregou políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus. Juntos, eles responderam por 1% da desproporção, praticamente metade do aumento no índice.

É necessário esclarecer que a desproporcionalidade mede a relação entre votos conseguidos na disputa eleitoral e as cadeiras distribuídas entre os partidos ou coligações. Para o que interessa nesse estudo, não haverá a medição da desproporcionalidade para as coligações. É preciso anotar que a desproporcionalidade aumenta quando muitos partidos ou coligações não atingem o quociente eleitoral e também é afetada pela performance dos micros partidos em coligação.

b) Definição dos dados a serem estudados.

O centro do estudo é a volatilidade regional dos votos. Os dados eleitorais serão desagregados por região administrativa para se estudar as evoluções partidárias.

No capítulo no qual vai se fazer o debate global sobre a volatilidade nas eleições paraenses testaremos um conceito que denomino “campo de normalidade”, que vai da média das volatilidades regionais diminuída de um desvio padrão à média das volatilidades regionais somada a um desvio padrão.

Nos últimos capítulos em primeiro lugar estudaremos como as regiões modificaram seu perfil de escolha partidária. Por fim, estudaremos o perfil da composição dos votos regionais dos partidos.

Para efeito desse estudo, não serão consideradas as fusões e cisões ocorridas ao longo do período, pois nem sempre os partidos estiveram juntos na eleição anterior à fusão. Além disso, a somatória dos votos desses partidos altera os índices.

²³ - $\frac{1}{2} \sum |v_i - c_i|$ (onde v_i é o percentual de votos e c_i é o percentual de cadeiras, dos partidos envolvidos na eleição. Somam-se os módulos e divide-se por dois).

IV – Histórico das eleições

As cinco eleições analisadas nesse trabalho apresentam um quadro no qual ao lado de duas candidaturas competitivas há pelo menos uma candidatura com visibilidade eleitoral (em condições de reunir pelo menos 15% votos). Essa condição leva à situação em que há um primeiro turno fragmentado e um segundo turno polarizado. Abaixo, a quantidade de candidaturas e as candidaturas efetivas por pleito:

Quadro 07: Candidaturas ao governo e candidaturas efetivas nos pleitos de 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará.

| Ano | Candidatos | Cand. Efetivos |
|------|------------|----------------|
| 1990 | 04 | 2,73 |
| 1994 | 05 | 3,12 |
| 1998 | 05 | 2,77 |
| 2002 | 06 | 3,63 |
| 2006 | 06 | 2,82 |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

a) 1990: Vitória por um Bairro

Ambiente Nacional: O ambiente político em 1990 era de incerteza quanto aos rumos do país. O presidente eleito em 1989, Fernando Collor, estava estabelecendo um método de governo apartado dos demais poderes e dos partidos. Além disso, iniciou sua gestão com medidas polêmicas, como o confisco da poupança e a abertura abrupta do mercado brasileiro, com medidas que revogavam a proteção às indústrias nacionais, como a de informática e a de automóveis²⁴.

Assim, o jovem presidente, eleito como “caçador de Marajás”²⁵, não conseguiu ser um eleitor importante nas disputas estaduais. Seus poucos aliados competitivos alcançaram essa condição por méritos próprios, muitas vezes baseados na “velha política” que Collor dizia

²⁴ - “O primeiro passo seria liquidar o tigre da inflação. Em poucas horas os ministros prescreviam o remédio: um megadecreto bloqueando três quartos da liquidez e atingindo todos os depósitos bancários de pessoas físicas e jurídicas, além das contas de poupança” (LAMONIER, 2005, 192)

²⁵ - O título foi dado por Veja, na edição de 23 de março de 1988, em que traz na capa o então jovem governador alagoano (38 anos na época), à frente de um quadro do Marechal Deodoro da Fonseca, alagoano e primeiro presidente do Brasil. Nessa mesma edição, Veja qualifica Ulysses Guimarães como um manobrista a serviço do parlamentarismo.

combater. Essa fragilidade no campo de alianças acabou custando o mandato presidencial dois anos depois²⁶.

Ambiente Estadual: O principal componente do jogo político em 1990 foi o rompimento entre o governador Hélio Gueiros e seu antecessor Jader Barbalho. Esse rompimento foi anunciado ainda em 1988, pois nas eleições para a eleição para a prefeitura de Belém, Hélio Gueiros apoiou Said Xerfan contra o candidato de Jader e do PMDB, Fernando Velasco.

Com esse clima, quatro candidatos se apresentaram à disputa. Com o apoio do governador do Estado, Said Xerfan pelo PTB, com o apoio do PFL, PDS, PRN e PL.

Ancorado em seu próprio carisma Jader Barbalho, pelo PMDB, apoiado pelo PST, PDC e PTR.

Tentando expressar uma alternativa à polarização conservadora, o senador Almir Gabriel articulou além de seu partido, o PSB, o PCB, PC do B, PT e PDT.

Por fim, mais como uma aventura do que como projeto, o sindicalista Carlos Levy posicionou seu nome por uma aliança de pequenos partidos, o PSC e PMN.

O primeiro turno terminou com vitória de Jader, com 43,64%. Said Xerfan ficou em segundo lugar, com 38,73%. Almir Gabriel obteve 16,28% dos votos. Por fim, Carlos Levy convenceu 1,35% dos eleitores a lhe darem um voto.

Said Xerfan mantém o mesmo índice de 38% com ou sem Belém. Jader Barbalho, entretanto, se Belém não fizesse parte do eleitorado paraense chegaria bem perto de ser eleito em 1º turno: 49,75%. Já Almir Gabriel sai de importantes 25% na capital para meros 11% no restante do Estado. A lição a ser tirada daí é que Jader e Almir estiveram em compassos diferentes junto ao eleitorado, enquanto Xerfan alcançava uniformemente o Pará.

Essa situação quase custou a Jader Barbalho a volta ao governo. Ganhou em segundo turno por 7.500 votos. Naquele momento essa cifra era igual ou menor do que o eleitorado de 55 municípios paraenses. Mais significativo, correspondia ao eleitorado do bairro da Condor na época²⁷.

b) 1994: Plano Real e mudança de comando

²⁶ - "No final de 1990, o 'isolamento político' do presidente se tornara o mote obrigatório da crônica política. No segundo semestre de 1991 apenas (...) 6% do Congresso avaliava como ótimo ou bom o desempenho de Collor. (...) Consumado em setembro de 1992 o afastamento de Collor, o país experimentou certo alívio, mesmo sem terem se alterado os problemas de fundo." (IDEM, 193-4)

²⁷ - Nessa eleição o parlamento estadual ficou com a seguinte composição: PDS: 07, PDT: 02, PT: 06, PTB: 08, PMDB: 10, PDC: 01, PL: 02, PRN: 04, PSDB: 01.

Ambiente Nacional: 1994 seria a primeira eleição de deputado estadual a presidente acontecida após a ditadura militar. O ano inicia com Lula liderando as pesquisas de opinião, com índices superiores a 40%. Itamar Franco, que assumiu a presidência da república após o impeachment e posterior renúncia de Fernando Collor em 1992, iniciou seu governo com dificuldades imensas, especialmente na área econômica. Na política conseguiu montar um governo de coalização, sem a presença do PFL pela direita e do PT pela esquerda.

Em agosto de 1993 começou a montar o que se transformaria no Plano Real, diretrizes para a economia brasileira que persistem até os dias atuais. Com a oficialização do Plano Real, em 1º de julho de 1994, começa a alavancagem do candidato do governo e do PSDB, Fernando Henrique Cardoso, que até abril havia sido Ministro da Fazenda de Itamar. Ao final do processo, Fernando Henrique se elege em primeiro turno com 55% dos votos, contra 35% de Lula do PT²⁸.

Ambiente Estadual: Jader Barbalho tenta construir uma frente que garantisse sua longevidade à frente da política paraense. Para isso não hesita em subjugar seu partido, o PMDB, que apostava em candidatura própria. Lança Jarbas Passarinho (PPR) ao governo, além de compor a chapa majoritária como senador e indicar o deputado João Diogo (PP) para compor a outra vaga.

Almir Gabriel (PSDB) reproduz a aliança nacional com o PFL e acomoda Hélio Gueiros Júnior (PFL), filho do prefeito de Belém, como seu vice. Completando o espectro ideológico de sua chapa, posiciona Ademir Andrade (PSB) como senador. Além desses partidos, atrai o PDT, PTB, PCdoB, PCB e PPS, para sua campanha. Nascia a União pelo Pará

O PT lança Waldir Ganzer, deputado federal e liderança sindical rural. Seu palanque é pequeno. Tem o PSTU, partido originado do próprio PT em 1992²⁹ e o PV³⁰, que surge juntando ex-petistas, ex-pedetistas e algumas lideranças isoladas.

Completando a disputa estadual, há as candidaturas do PRONA, com Everaldo Araujo e o PRN com Fernando Moraes. Ambos os partidos disputaram as eleições sem coligação.

No estágio de negociações houve contatos entre o PT e o PSDB para ampliação da frente União pelo Pará. Mas a condição colocada pelo PT para apoiar Almir Gabriel, o apoio

²⁸ - Fonte: TSE (www.tse.gov.br Acesso em 10/12/2010).

²⁹ - Partido criado em 11 de abril de 1993, tendo como principal impulsionador a corrente Convergência Socialista. Cacilda Pinto, candidata a deputada federal nestas eleições, foi fundadora do PT e da CUT.

³⁰ - Roberto Nogueira, candidato a deputado estadual, liderou em 1992 uma dissidência pedetista para criar o PV. Alcindo Júnior, então candidato a deputado federal, saiu do PT em 1992, retornando em 2000.

do PSDB do Pará à candidatura presidencial de Lula, acabou por impedir essa aliança. Além disso, houve prejuízos à campanha de Lula, pois partidos que estavam na coligação nacional, como o PCdoB e PPS não puderam se integrar à campanha no Pará.

O resultado de primeiro turno – compilado do TRE/PA - levou à segunda rodada eleitoral Jarbas Passarinho (PPR) com 38,21% contra Almir Gabriel com 37,21 %. Essa diferença de 1% correspondeu a 13.000 votos. Completando as participações houve Waldir Ganzer (PT) com 18,33%, tendo sido considerado a surpresa dessa eleição, Fernando Moraes teve 3,80% dos votos e Everaldo convenceu 2,45% do eleitorado³¹.

No segundo turno cresceu a participação dos eleitores. Com uma cédula menor e com menos escolhas a serem feitas, isso foi uma consequência natural. Mesmo ganhando 40.000 votos, Jarbas Passarinho recuou em 1% sua participação percentual. Almir Gabriel se tornou governador com a maior porcentagem da história paraense recente. Contribuiu para isso a liberação feita pelo PT aos seus filiados³². Em Belém, por exemplo, Almir Gabriel teve praticamente a soma de seus votos com os de Waldir Ganzer em primeiro turno³³.

c) 1998: Reeleição de Almir Gabriel

Ambiente Nacional: O país enfrentou no primeiro mandato de Fernando Henrique duas grandes crises cambiais, a da Rússia e a do leste asiático. Ao lado da modernização do Estado (privatização e impulso à regulação), Fernando Henrique adotou políticas de controle da variação cambial e de altas taxas de juros, para segurar o capital estrangeiro e manter a estabilidade do Real.

Esse primeiro mandato fez aumentar as taxas de desemprego no país, mas, ao mesmo tempo, não havia se construído uma alternativa que permitisse derrotar a coalizão PSDB-PFL.

Após uma campanha em que Fernando Henrique começou com índices em torno de 45%, a coligação PSDB-PFL obteve 54%. Em seguida Lula (PT-PDT) obteve 42% e Ciro Gomes (PPS) 7%. O fato eleitoral notável foi que nas capitais e regiões metropolitanas Fernando Henrique teve bem menos de 50%, decidindo sua eleição nos interiores³⁴.

³¹ - Nessa eleição o parlamento estadual ficou com a seguinte composição: PPR: 08, PDT: 03, PT: 04, PTB: 02, PMDB: 13, PL: 03, PFL: 03, PP: 03, PSDB: 02.

³² - No imaginário do eleitor petista era mais crível votar em Almir Gabriel, a quem já tinha apoiado em 1990, mesmo com o PSDB à frente do Governo Federal do que votar em Jarbas Passarinho, com seu passado umbilicalmente ligado à ditadura militar.

³³ - Fonte: TRE-Pa. Organização de dados do autor.

³⁴ - Fonte: TSE/TRE-Pa.

Ambiente Estadual: Almir Gabriel conseguiu fazer um mandato relativamente livre de crises institucionais. Dos 41 deputados estaduais, 37 votaram sistematicamente com o governo do Estado. O pior momento desse período foi o assassinato de 19 trabalhadores sem terra no município de Eldorado dos Carajás, pela Polícia Militar.

Politicamente Almir Gabriel sofreu três grandes revezes. Em primeiro lugar a entrega dos cargos pelo PSB e PCdoB quando do massacre de Eldorado. Depois a vitória do PT nas eleições da prefeitura municipal de Belém em 1996. Por fim o rompimento do seu vice e do PFL com seu governo.

Apesar de tudo, Almir conseguiu manobrar para não perder bases, inclusive atraindo antigos adversários para apoiá-lo.

Almir se candidatou à reeleição, reeditando a União Pelo Pará³⁵ com o PTB, PPB, PPS, PSC, PL, PMN, PSD, PV e PT do B. Jader Barbalho³⁶ se lançou pela coligação PMDB e PFL. Ademir Andrade organizou uma frente de esquerda, com o PSB, PT, PCdoB e PCB. Cacilda Pinto pelo PSTU e Roberto Carvalho, pelo PRONA, ambos sem coligação completam a lista de candidatos³⁷.

O resultado final do primeiro turno faz com que Almir e Jader se enfrentem em segundo turno. Almir terminou a primeira rodada eleitoral com 44,54%, contra 36,34% de Jader Barbalho. Ademir Andrade alcançou 17,08%, Cacilda Pinto 1,51% e Roberto Carvalho 0,53%.

No segundo turno Almir Gabriel foi re-eleito com 53,89% contra 46,11% de Jader Barbalho. O grupo de partidos em torno de Ademir Andrade fez um debate velado sobre o que contribuiria mais para o crescimento do grupo: se a vitória de Jader ou a permanência de Almir Gabriel no governo. Ao mesmo tempo, de forma ainda mais velada, o PT se debatia em

³⁵ - A mais importante leva de adesismo nesse período não é ao PSDB, mas ao PPB. Em 29/09/1998, Jarbas Passarinho presidiu sessão especial do Diretório Regional do partido: "Jarbas abona filiações ao PP". Nessa solenidade, filiaram-se o deputado Luis Otávio Campos - que viria a ser o Senador do Governador nas eleições de 1998 - e a deputada Rosa Hage (O Liberal, 30/09/1997, Painel, pg 03). Em 02/10/1997 é acomodado o grupo de Alacid Nunes: "PTB recebe Alacid e prefeitos" (O Liberal, 02/10/1997, Painel, pg 05). O ex-governador entra para esse partido com três prefeitos, 10 vereadores e dois secretários de Estado. Em 03/10, O Liberal informa que é o ultimo dia de filiação partidária e especula sobre mudanças de partidos de prefeitos e vereadores.

³⁶ - O Liberal, na capa do dia 04/10/1997 traz uma notícia não confirmada pela vida real: "Almir e Jader fecham acordo. Por este suposto acerto, Almir seria candidato ao governo, com um nome do PMDB como vice. Jarbas Passarinho, do PPB, seria candidato a senador. Jader Barbalho iria compor o ministério de FHC, na pasta de Transportes. Simão Jatene teria sido o principal mentor, articulador e interlocutor entre as partes para essa composição ideal.

³⁷ - Nessa eleição o parlamento estadual ficou com a seguinte composição: PPR: 04, PDT: 03, PT: 04, PTB: 03, PMDB: 08, PL: 03; PPS: 01, PFL: 04, PSB: 01, PSD: 01, PSDB: 08, PCdoB: 01.

controvérsias internas. De um lado os alinhados ao prefeito Edmilson Rodrigues, carreando votos em Jader.

Sobre isso, Edir Veiga assim deslindou uma parte dessa disputa interna ao PT:

No decorrer de toda a campanha do 2º turno o candidato Jáder Barbalho procurou atrair o voto de esquerda através de uma forte investida no eleitorado Petista através do uso furtivo dos símbolos Petistas vinculados ao seu nome.

Neste período do 2º turno o prefeito de Belém Edmilson Rodrigues, seguidamente deu entrevistas no Jornal Diário do Pará e na TV RBA de propriedade de Jáder Barbalho, considerando o candidato Almir Gabriel como o pior candidato para a administração de Belém³⁸, inclusive na véspera da eleição do 2º turno foi reprisado uma longa entrevista do prefeito Petista em um programa Jornalístico da TV RBA³⁹ (VEIGA, p. 74).

De outro lado, havia dois tipos de eleitor pró Almir. Havia os que tinham espaços e benesses no governo Almir e temiam perde-las com uma vitória de Jader. Também existiam os que queriam desafiar o prefeito Edmilson em 2000, e viam na vitória de Jader⁴⁰ um fortalecimento do alcaide.

Sobre esses setores, Veiga historia:

Esta situação provocou a indignação pública de várias figuras públicas do PT, que denunciaram a manipulação dos símbolos petistas por Jáder Barbalho. [Foram: O deputado estadual Zé Carlos, O secretário geral do PT municipal Paulo Gaya e a sindicalista filiada ao PT Vera Paoloni, que publicamente repudiaram a instrumentalização dos símbolos petistas pelo candidato Jáder Barbalho]. Porém o comportamento sinalizado pelo prefeito de Belém nestas eleições pode ter sido uma retribuição ao comportamento explícito de Jáder Barbalho no 2º turno das eleições municipais de 96, quando este declarou publicamente seu voto no PT, assim como pode ser um indicador de um comportamento que visa preparar um relacionamento especial entre o PT e o PMDB, visando trocas de apoio em disputas futuras, tanto para a prefeitura da capital em 2000, como nas disputas governamentais de 2002 (VEIGA, 74).

d) 2002: o fracionamento da União Pelo Pará

Ambiente Nacional: Fernando Henrique Cardoso chega ao fim de seu segundo mandato com um elevado índice de rejeição, em virtude de sua política econômica, que acabou levando à elevação do desemprego e com problemas em áreas como saúde, estradas,

³⁸ - Veiga se reporta a entrevistas concedidas e a um artigo publicado por Edmilson no Diário do Pará após o 1º turno das eleições de 1998.

³⁹ - "O Programa referido é denominado Argumento e é apresentado semanalmente pelo jornalista Mauro Bonna".

⁴⁰ - Jader havia apoiado Edmilson em 1996 e, junto com deputado petista Paulo Rocha, era o parlamentar que mais carregava recursos para a prefeitura de Belém. O receio dos demais petistas era com o fortalecimento da administração de Edmilson e com uma possível chapa do PT trazendo um peemedebista como vice de Edmilson.

transportes e crédito ao consumidor. Exemplo disso foi o “apagão da eletricidade”, que perdurou durante todo o ano de 2001, em virtude da combinação de esgotamento da capacidade de abastecimento elétrico com a estiagem ocorrida naquele ano.

Era natural que o PSDB, partido do presidente, chegasse à eleição desgastado e com poucas chances de vencer o pleito. Dois movimentos reforçaram a percepção de que, carente de votos e apoios, esse partido iria buscar de todas as maneiras a continuidade. Em março deflagra a operação Lunus⁴¹ e derruba as chances de Roseana Sarney (PFL) lançar-se candidata à presidência da república. Em junho, às vésperas do período de convenções partidárias, faz circular, nos grandes jornais nacionais, um artigo de George Soros, afirmando a preferência do mercado financeiro por José Serra.

O PT de Lula reage em duas frentes. Na seara eleitoral atrai o PL para seu arco de alianças, demonstrando capacidade de agir pragmaticamente e atrair aliados em outros campos ideológicos. Em julho, para se contrapor a tese de “inconfiável aos mercados”, Lula lança a “Carta aos Brasileiros” em que reafirma seu compromisso com a manutenção dos contratos firmados.

Após um período de campanha tranqüilo, em que quatro candidatos estiveram bem posicionados, Lula (PT) saiu na frente com 46,44%, seguido de José Serra (PSDB) com 23,20%. Em terceiro lugar Garotinho do PSB com 17,87% e em quarto Ciro Gomes (PPS) com 11,97. Fechando a disputa os nanicos do PSTU, com Zé Maria (0,47%) e PCO com o professor Rui Pimenta (0,05 %) ⁴².

No segundo turno o que contou foi a capacidade de Lula e do PT atraírem candidatos e lideranças para sua base de apoio. Anthony Garotinho e Ciro Gomes, unidos pelo lema das mudanças e Zé Maria do PSTU com o discurso de derrotar o neoliberalismo representado por Serra e o PSDB apoiaram o candidato do PT. Rui Pimenta e seu PCO decidiram pelo voto nulo.

Além de apoios institucionais, Lula conseguiu atrair lideranças como Brizola e Antonio Carlos Magalhães que haviam apoiado Ciro e da família Sarney que se sentiu prejudicada por Serra.

⁴¹ - Operação da Polícia Federal, realizada em março de 2002, que resultou na apreensão de 1,3 milhão de reais na sede da construtora Lunus, em São Luís, no Maranhão. Essa empresa era de propriedade da governadora Roseana Sarney (PMDB) e do marido dela, Jorge Murad. (Carta Capital, 17 de agosto de 2010). Nesse momento, Roseana Sarney aparecia em 2º lugar nas pesquisas de opinião sobre a eleição presidencial, com cerca de 4 a 7% de intenção de votos a menos que Lula.

⁴² - Fonte: TSE.

Quanto a Serra, não conseguindo ampliar politicamente teve que se contentar com o voto inercial advindo das disputas estaduais, como são exemplo os segundo turnos ocorridos em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Ao final, o resultado não apresentou surpresas. Lula elegeu-se com 61,27% contra 38,73% de Serra⁴³.

Ambiente estadual: A União pelo Pará enfrentava um dilema. O PTB⁴⁴, que desde 1994 apoiava Almir Gabriel, com o fim do segundo mandato deste reivindicava a oportunidade de dirigir a coligação, apresentado o nome do vice-governador Hildegardo Nunes para encabeçar a chapa.

Entretanto, o PSDB não se mostrava disposto a entregar a cabeça de chapa. Durante o ano de 2001 esse partido tinha três pré-candidatos⁴⁵ disputando a indicação. Simão Jatene, Secretário de Planejamento, Nilson Pinto e Zenaldo Coutinho, deputados federais. Apesar de não ser levado a sério, o Secretário de Cultura, Paulo Chaves, tentou impor-se como alternativa Tucana. Em dezembro de 2001, Almir dá sinais e em janeiro de 2002⁴⁶ informa ao público sua decisão por Jatene.

Uma decisão do STF veio embaralhar as cartas da sucessão estadual, em abril. As eleições passariam a ser “verticalizadas”, ou seja, as coligações nacionais teriam que se reproduzir nos Estados. Partido que fizesse parte da base de apoio da **coligação A** nacional não poderia se coligar com apoiadores da **coligação B** estadual.

⁴³ - Idem.

⁴⁴ - No mês de setembro do ano anterior, a União Pelo Pará foi profícua no recrutamento de lideranças. No dia 29/09, o Liberal noticiava: “Coligação que apóia Almir Gabriel recebe adesões em massa. Governador prevê ‘vitória esmagadora’ nas eleições de 2002” (pg). Entre 59 novas filiações, havia 11 prefeitos, 23 vereadores, um deputado estadual e um federal. O partido que recebeu a maior parte das adesões foi o PSDB (25), seguido pelo PV com 17 e o PST com sete. As outras 10 filiações se espalharam por três partidos. Os prefeitos saíram em sua maioria do PMDB (seis), seguido do PSB (dois). Os outros três prefeitos eram de outros partidos da União Pelo Pará, demonstrando migração interna. Em 30 de setembro, o PPS anuncia 100 novas filiações, entre elas a de 21 vereadores e dois vice-prefeitos. No dia 02/10 o Liberal (Repórter 70, repercute fala de Almir, que prevê que 115 dos 143 prefeitos do Pará apoiarão seu candidato. No mesmo dia (Painel, pg. 06) é anunciada a adesão do prefeito de Primavera do Pará (PMDB) ao PSDB.

⁴⁵ - O então prefeito de Ananindeua, Manoel Pioneiro tentou se cacifar nessa disputa interna, mas não conseguiu apoios fora de seu município: Tucanos promovem convenção lançando Pioneiro (O Liberal, 06/20/2001, Painel, pg. 08). Tratava-se da convenção municipal, conforme atestado em O Liberal do dia seguinte: PSDB de Ananindeua quer Pioneiro governador (Painel, pg 06).

⁴⁶ - Jornal Pessoal, 2ª quinzena de dezembro de 2001, capa: “O governador do governador”. Jornal Pessoal, 2ª quinzena de janeiro de 2002, capa: “A voz do trono”. O jornalista Lúcio Flávio Pinto relata que além da sucessão de Almir Gabriel estavam embutidos nesse plano a eleição de Almir Gabriel como prefeito de Belém em 2004, além da volta do próprio Almir ao governo em 2006. Já Orly Bezerra, coordenador de comunicação do Governo do Estado diz que a decisão tomada em dezembro foi em função de mix de pesquisas eleitorais, de caráter quantitativo e qualitativo, e definiu-se que o perfil que combinava com o que os eleitores queriam para a continuidade da União pelo Pará era o do então Secretário Especial de Produção.

Assim, a Frente Trabalhista (PPS, PTB, PDT), que nacionalmente apoiava Ciro Gomes, reproduziu-se aqui, através da candidatura de Hildegardo Nunes. O PSTU lançou Claiton Cofi. O PT, que lançou Lula, no Pará conseguiu reproduzir a mesma aliança, com o PL, PCdoB, PCB e PMN, com a deputada estadual Maria do Carmo como candidata ao governo.

As situações mais estranhas ficaram por conta do PSDB, PMDB e PSB. Coligados nacionalmente, mas rivais no Estado, PSDB e PMDB se lançaram em caminhos diferentes. O PSDB reestruturou a União pelo Pará, atraindo o PFL para compor a chapa com a indicação da candidata a vice-governadora e com a inclusão do PSD e do PPB na disputa das vagas do Senado.

O PMDB lançou candidato próprio, mas na condição de “laranja”. A função de Rubens Nazezeno era a de usar o horário eleitoral gratuito para atacar as gestões do PSDB. Professoralmente, Rubens dissecava os temas do governo Almir Gabriel para demonstrar que o Pará estava com problemas. Na vida real, o PMDB deu apoio ao então senador Ademir Andrade (PSB), na tentativa de derrotar o PSDB.

Três fatos marcaram essa eleição. Em junho os nove prefeitos do PDT divulgaram, às vésperas da convenção desse partido⁴⁷, manifesto declarando apoio a Simão Jatene, candidato do PSDB e reprovando a decisão da executiva estadual em compor a chapa de Hildegardo Nunes.

O segundo fato foi a cassação da candidatura de Simão Jatene, por uso indevido da máquina administrativa em 27 de setembro⁴⁸. Essa cassação perdurou até 03 de outubro, quando foi revogada pelo TRE/PA. Com as batalhas judiciais e políticas em torno dessa ação, isso se tornou um fator dificultador da campanha tucana, em especial no segundo turno.

O terceiro fato foi a “dobrada branca” entre o PT e o PMDB para eleger Elcione Barbalho ao Senado. Na leitura dessas agremiações, Ana Júlia (PT) já estaria eleita e seria

⁴⁷ - Em 29 de junho de 2002 os prefeitos de Redenção, Canaã dos Carajás, Bannach, Jacundá, Água Azul do Norte, Santa Maria das Barreiras, Tailândia, Tracuateua e São Domingos do Capim divulgaram nota intitulada “O Pará no Rumo certo no jornal o Liberal”, página cinco. Esse documento inicia lembrando que desde 1990 esse partido vem apoiando Almir Gabriel. Encerra declarando apoio à continuidade da “União Pelo Pará”. Como repercussão no dia 30 na página sete de o Liberal na notícia de cobertura da convenção da Frente Trabalhista, a redação mistura os fatos para dar uma impressão de desagrado dentro da coligação: “Apesar da festa realizada pelos correligionários, os partidos aliados [PTB, PDT e PPS] enfrentaram logo pela manhã a novidade: nove prefeitos do PDT em nota publicada na imprensa declararam apoio (...) a Simão Jatene (PSDB), alegando que são aliados do atual governo. No Diário do Pará, na página 03, na coluna Repórter Diário, sob o título “Ingratidão”, a opinião do jornal: “agora comenta-se que em razão de argumentos irresistíveis eles [os prefeitos do PDT] resolveram abandonar o líder regional [Giovanni Queiroz], e aderir com convicção à candidatura oficial ao Governo do Estado [Simão Jatene].”

⁴⁸ - Capa do Diário do Pará, em 28/10/10: Justiça Eleitoral cassa Jatene. O Liberal, capa de 04/10/2002: Tribunal anula cassação de Jatene.

necessário derrotar os candidatos da União Pelo Pará. Em cinco de outubro de 2002 o PT divulgou uma nota⁴⁹ afirmando que Elcione era “mais afinada aos interesses dos trabalhadores”: “Escolha seu voto ao Senado pela decência e pela moralidade pública”. “Queremos de público reconhecer o trabalho desenvolvido pela deputada Elcione na Câmara Federal (...) A deputada tem se notabilizado pela independência e oposição aos governos FHC e Almir Gabriel”.

O resultado final, para surpresa dos candidatos, eleitores e institutos de pesquisa⁵⁰ levou ao segundo turno o PSDB e o PT. Simão Jatene (PSDB), neófito em disputa eleitoral, ancorado no poder do Estado e nas alianças com os prefeitos angariou 34,49% dos votos. A deputada estadual Maria do Carmo (PT), aproveitou a popularidade de Lula, da candidata ao Senado Ana Júlia, sua origem interiorana e a capilaridade de seu partido para atingir 28,97%. Ademir Andrade (PSB) com 25,02% e Hildegardo Nunes (PTB) com 9,72% formaram o segundo bloco. Rubens Nazeazeno (PMDB) com 1,67% e Claiton Cofi (PSTU) com 0,13% fecharam a disputa.

O segundo turno no Pará foi marcado pelo nervosismo. Ao final, graças ao apoio da maior parte do PMDB e de Jader Barbalho⁵¹, Simão Jatene conseguiu vencer com 52,71% contra 47,29%⁵² dados a Maria do Carmo. Uma diferença de 86 mil votos, vindos principalmente das regiões que formam o Nordeste Paraense (Rio Caetés, Rio Capim e Rio Guamá).

e) 2006: mudanças de rumo na política do Pará.

Ambiente nacional: O ano de 2005 ficou marcado na história política do Brasil pelo escândalo do Mensalão. Esse foi o nome dado ao episódio no qual supostamente o governo distribuía dinheiro para os parlamentares no Congresso Nacional em troca de apoio para a governabilidade.

⁴⁹ - Em 05 e 06 de outubro de 2006, na capa do Diário do Pará e em paginas internas de O Liberal. Como repercussão pode-se anotar as falas de Beto da Fetagri e Carlos Bordalo, no dia 30, respectivamente candidatos a Deputado Federal e Estadual pelo PT, aprovando a iniciativa. Já o Liberal de 30 traz uma reprimenda: “e o PT hein? Crucifica seu candidato ao Senado e deixa a militância embasbacada”.

⁵⁰ - Diário do Pará, 29 de setembro de 2002, pesquisa Vox Populi: Jatene, 33%; Ademir, 24%; Maria 15%; Hildegardo, 10%. O Liberal, 06 de outubro: Jatene, 33%; Ademir 30%; Maria, 24% e Hildegardo 12%.

⁵¹ - Numa represália aos setores do PT que não apoiaram a candidatura de Elcione (em especial o grupo liderado por Ana Júlia Carepa), a maior parte do PMDB optou pelo apoio a Jatene.

⁵² - Fontes: TSE/TRE-Pa.

Esse período foi bastante tumultuado. Acabou custando dois mandatos de deputados federais⁵³, uma troca de presidência na Câmara dos Deputados e diversas renúncias de parlamentares⁵⁴ para evitar a cassação e a perda de direitos políticos.

Esse é o clima no início de 2006 e da campanha presidencial. Há duas dúvidas na campanha. A primeira é quem será o candidato do PSDB. José Serra, prefeito de São Paulo estava bem posicionado, sendo que em dezembro chegou a ultrapassar Lula. Geraldo Alckmin, governador de São Paulo também pleiteia a candidatura, pois tendo herdado o mandato de Mário Covas pela metade não poderia buscar a reeleição. Também não aceita as alternativas colocadas para ajudar a legenda, como ser candidato a senador para calçar o candidato a governador ou candidato a deputado federal a puxar votos para a legenda.

A outra dúvida era quanto ao arco de alianças da candidatura Lula. Depois do mensalão, ainda era possível estar ao lado do PT e de suas lideranças? E mais, com a manutenção da verticalização, qual a vantagem em coligar-se ao PT, tão cioso das suas estratégias estaduais?

Vencido o debate interno no PSDB, Alckmin foi lançado candidato numa coligação que envolvia o PFL. O PT, após amarrar os palanques estaduais do PMDB e outros aliados foi à luta com o PRB e o PCdoB. A última coligação foi a Frente de Esquerda, com Heloísa Helena (PSOL) apoiada pelo PCB e pelo PSTU.

Cinco partidos apresentaram-se sozinhos. O PRP lançou Ana Rangel. O PSL indicou Luciano Bivar. O PSDC registrou Jose Maria Eymael e Cristovão Buarque foi indicado pelo PDT. O PCO relançou Rui Pimenta, mas por motivos legais, teve sua candidatura impugnada e seus votos considerados nulos.

Após uma campanha nervosa, em que se misturaram na eleição tentativa de compras de dossiês para prejudicar candidatos (caso dos “aloprados” de São Paulo)⁵⁵, a acidentes de avião⁵⁶ e apagão aéreo⁵⁷, o primeiro turno terminou hiper-polarizado.

Lula (PT) teve 48,61% e foi ao segundo turno contra Alckmin com 41,64. Heloisa Helena (PSOL) ficou em terceiro com 6,85%, seguida de Cristovam Buarque que atingiu

⁵³ - Roberto Jefferson (PTB/RJ) foi cassado em 14 de setembro de 2005, com 313 votos favoráveis e 156 contrários (Folha de São Paulo, 15/10/2005). Em 30 de novembro José Dirceu (PT/SP) também foi cassado por 293 votos contra 192 (Folha de São Paulo, 01/12/2005). O primeiro foi cassado por não ter apresentado as provas do esquema do mensalão. José Dirceu foi cassado por ter sido acusado de dirigir o esquema do mensalão.

⁵⁴ - Valdemar Costa Neto (PL/SP) renuncia em 24 de agosto de 2005 (Folha de São Paulo, 25/08/2010). Paulo Rocha (PT/PA) renunciou em 16 de outubro (O Liberal 17/10/2005). Além desses, outros oito deputados renunciaram pelo mesmo motivo.

⁵⁵ - Folha de São Paulo, 26/09/2006: Para Lula, envolvidos com dossiê são “aloprados”.

⁵⁶ - Estado de São Paulo, 30/09/2006: Boeing da Gol cai no Pará.

⁵⁷ - Veja, 08/11/2006: O apagão aéreo.

2,65%. Ana Maria Rangel (PRP) teve 0,13%, Eymael (PSDC) 0,07% e Luciano Bivar (PSL) com 0,05% completaram a lista de candidatos.

Com esse nível de polarização, os candidatos que ficaram fora do segundo turno acabaram não tendo capacidade de influenciar os resultados finais. Acabou sendo uma guerra tática entre as duas candidaturas. De um lado Alckmin e o PSDB com o discurso moralizante e de outro Lula e o PT exibindo suas realizações e colando a etiqueta de privatista no PSDB e seu candidato.

Ao final, Lula ganhou a eleição com 60,83% contra 39,17% de Alckmin. Num caso sem precedentes na política nacional brasileira, um candidato perdeu 2% (ou 2 milhões) de votos entre um turno e outro.

Ambiente estadual: Apesar de ter conseguido atrair de volta à União pelo Pará os partidos que compuseram a Frente Trabalhista (PPS, PDT e PTB), o PSDB não conseguiu ter uma eleição tranqüila. Os tucanos haviam se preparado para a reeleição de Simão Jatene. Este, em fevereiro, aparecia com 55% das intenções de voto.

Mas em abril ocorreu um fato novo. O ex-governador Almir Gabriel se apresenta à sucessão. Simão Jatene, em nome da unidade partidária e da coligação peessedebista, abre mão de seu direito a candidatar-se à reeleição.

Essa fissura no script que a elite política havia escrito para as eleições de 2006 acabou atijando as esperanças das oposições em quebrar 12 anos de hegemonia tucana. Houve, inclusive, a possibilidade de se ter candidatura única dos principais pólos de oposição ao PSDB, quer dizer, uma aliança PT/PMDB.

No entanto, a partir de negociações comandadas por Brasília, foi definido que o Pará teria duas candidaturas de oposição para dificultar a vida do PSDB, ampliar a campanha de Lula e se juntar no segundo turno, contra o inimigo em comum.

Outro fator que pesou na definição oposicionista do PMDB foi a sangria sofrida para o PSDB e outros aliados dos tucanos⁵⁸ em 2005. Dos prefeitos eleitos em 2004, apenas 17 permaneceram no partido. Dois oito deputados eleitos em 2002, apenas três⁵⁹ permaneceram

⁵⁸ - O Liberal, 02/10/2005, capa: Base governista chega a 100 prefeitos. O Liberal de 01/10/2010, capa do caderno Painel: PMDB sofre esvaziamento no Pará. Página dois: PMDB encolhe na ALEPA. Prefeitos saem do Partido. É obvio que o alvo do jornal (e do governo) era o PMDB. O fato do PT (partido que disputou o segundo turno em 2002) ter perdido três prefeitos e 11 vereadores e uma deputada estadual não mereceu mais que notas de rodapé nas matérias sobre troca de partido nos últimos dias permitidos pela legislação eleitoral.

⁵⁹ - Esses deputados foram Anaice, Arthur Torinho e Antonio Rocha. Dr. Soares trocou o PL pelo PMDB e esse partido chega à eleição de 2006 com quatro deputados estaduais.

no partido. Os demais migram para o PSDB ou partidos satélites⁶⁰. Isso foi resultado da política de aproximação entre o PMDB e o governo do Estado em 2003. Ao hostilizar Jader Barbalho em 2005, o grupo do ex-governador Almir Gabriel deixou aos peemedebistas a opção entre a fidelidade ao partido ou a fidelidade à máquina. Todos os deputados que optaram pela máquina se reelegeram⁶¹.

Passada a fase de convenções partidárias, o Pará acabou com seis candidaturas ao governo. Representando a situação Almir Gabriel (PSDB), liderando 15 partidos formalmente e mais o PPS e o PDT, que por estarem em outras coligações nacionais não puderam apoiar o PSDB oficialmente.

Pela oposição lulista apresentaram-se Ana Júlia, do PT, com cinco partidos e José Priante, pelo solitário PMDB. Representando os setores mais à esquerda veio Edmilson Rodrigues pelo PSOL com apoio do PCB.

Sozinhos apresentaram-se Atnagoras pelo PSTU e Odilena Raiol, pelo PSDC.

Numa eleição em que houve o desembarque paulatino da nau do PSDB e um entrosamento nunca visto entre candidaturas de oposição, o segundo foi disputado entre Almir Gabriel (PSDB) com 43,83% e Ana Júlia (PT) com 37,52%. Ainda pela oposição, Priante obteve 14,01%. Na condição de figurantes, Edmilson Rodrigues com 4,19%, Atnagoras (PSTU) com 0,35 e Professora Odilena (PSDC) com 0,10%⁶².

No segundo turno, o PSDB não conseguiu corrigir o erro dos ataques ao PMDB em primeiro turno. Já Ana Júlia (PT) não só posou com Priante e Jáder como se comprometeu a realizar um governo compartilhado entre as diversas legendas que a apoiaram. A votação de segundo turno foi a confirmação de que a estratégia de dividir para unir na frente aproveitando as brechas da gestão Tucana (o tema escolhido foi segurança pública) estava correta. Ana Júlia elegeu-se governadora com 54,93% contra 45,07%. Esse resultado não foi um espelho perfeito da votação do primeiro turno em função da opção de alguns setores que apoiaram Edmilson em votar branco e nulo e de partes do PMDB em votar no PSDB.

⁶⁰ - Bira Barbosa e Ana Cunha foram para o PSDB. Gabriel Guerreiro e Deley para o PV. Haroldo Martins para o PFL. Helder Barbalho e Hélio Leite elegeram-se prefeitos de Ananindeua e Castanhal em 2004.

⁶¹ - Na verdade, Bira Barbosa ficou como suplente, mas assumiu a cadeira deixada por Cesar Colares quando este foi eleito conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

⁶² - Fonte: TSE/TRE-Pa.

f) Conclusões do capítulo:

Duas condições definem o grau de competitividade das candidaturas majoritárias. O primeiro, a relação do candidato com o eleitorado. A segunda, o arco de alianças partidárias e sociais que apóiam uma candidatura.

A cada eleição uma componente pesou mais que outra. Eleição houve em que a relação **candidato X eleitor** foi superada pelo arco de alianças. Houve momentos de equilíbrio entre as condicionantes. Por fim, houve momentos em que o carisma foi mais importante que os partidos.

V – Comportamento eleitoral geral

a) Participação dos partidos nas eleições.

As agremiações partidárias que disputam as eleições no Pará reproduzem quase completamente o quadro nacional. A partir de 2002 só o Partido da Causa Operária não apresenta candidatos no Estado do Pará. Entretanto, nem todas as organizações alcançam assentos na Assembleia Legislativa, conforme quadro abaixo:

Quadro 08: Partidos Eleitorais, Legislativos, efetivos e desproporcionalidade nas eleições ocorridas para deputado estadual em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará.

| | Partidos Eleitorais | Partidos Efetivos | Representação Alepa | Partidos Efetivos | Desp. (em %) |
|--------------|----------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|---------------------|
| 1990 | 17 ⁶³ | 8,26 | 09 | 6,11 | 16,45 |
| 1994 | 19 | 6,34 | 09 | 5,74 | 9,26 |
| 1998 | 20 ⁶⁴ | 9,03 | 12 | 8,28 | 7,88 |
| 2002 | 27 | 8,80 | 12 | 8,36 | 6,79 |
| 2006 | 28 | 9,20 | 13 | 7,89 | 8,92 |
| Média | 22,20 | 8,33 | 10,80 | 7,28 | 9,86 |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor

Como vimos acima, o aumento do número de competidores pouco influenciou no quantitativo de partidos efetivos, exceto por uma queda acentuada em 1994 e um ligeiro aumento em 2006. Isso pode ser um indicativo de que, por mais que aumentem as ofertas no mercado eleitoral, o eleitor prefere ficar com “marcas” conhecidas, seja do ponto de vista das legendas, seja dos candidatos.

Já a quantidade de partidos com assentos vem aumentando, mas com o número de partidos efetivos mantendo-se estável. É preciso observar também que a representação partidária no parlamento tem se mantido em torno de 50% dos partidos que concorrem a cada pleito⁶⁵. Observe-se, ainda, que a fragmentação aumenta, à medida que os pequenos partidos vão ocupando espaço parlamentar.

⁶³ - O PMN não apresentou candidatos às eleições proporcionais, mas teve votos de legenda.

⁶⁴ - O PAN não apresentou candidatos à Assembléia Legislativa, mas teve votos de legenda.

⁶⁵ - “O Brasil, a exemplo da maioria das democracias proporcionais, utiliza a fórmula D'Hont de maiores médias. Como esta fórmula favorece os partidos mais votados em detrimento dos menos votados, pode-se dizer que, isoladamente, a fórmula eleitoral não contribui para o aumento da fragmentação da representação parlamentar no país” (NICOLAU, 1996, 49)

Encerrando esse tópico, fazem-se necessárias algumas palavras sobre o tamanho dos partidos que disputaram as eleições no período 90/2006. De acordo com o Quadro abaixo, a maior parte dos partidos⁶⁶ que se apresentaram à liça terminaram o pleito classificados como pequenos.

Em duas eleições (1998 e 2002), a dispersão foi tão alta que não houve grandes partidos. Essa tendência – eleição marcada por legendas médias e pequenas - não se consolidou em 2006, graças à predação de parlamentares e lideranças por parte do PSDB, o que garantiu a esse partido a condição de único grande nessa eleição.

Quadro 09: Tamanho dos Partidos Eleitorais e Legislativos nas eleições ocorridas para deputado estadual em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará.

| | | Eleitoral | | Parlamentar | |
|------|---------|------------|---------|-------------|------------|
| | | % Partidos | % Votos | % Partidos | % Cadeiras |
| 1990 | Grande | 5,88% | 22,04% | 11,11% | 24,39% |
| | Médio | 17,65% | 40,14% | 33,33% | 51,22% |
| | Pequeno | 76,47% | 37,82% | 55,56% | 24,39% |
| 1994 | Grande | 10,53% | 49,31% | 11,11% | 31,71% |
| | Médio | 5,26% | 10,39% | 11,11% | 19,51% |
| | Pequeno | 84,21% | 40,30% | 77,78% | 48,78% |
| 1998 | Grande | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| | Médio | 10,00% | 36,23% | 16,67% | 39,02% |
| | Pequeno | 90,00% | 63,77% | 83,33% | 60,98% |
| 2002 | Grande | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| | Médio | 14,81% | 58,61% | 33,33% | 60,98% |
| | Pequeno | 85,19% | 41,39% | 66,67% | 39,02% |
| 2006 | Grande | 3,57% | 21,61% | 7,69% | 24,39% |
| | Médio | 7,14% | 25,55% | 15,38% | 26,83% |
| | Pequeno | 89,29% | 52,84% | 76,92% | 48,78% |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor

Do ponto de vista parlamentar, há um parlamento dominado por partidos grandes e médios na legislatura 1991-95 e 1995-98. A partir de 1999 a predominância na Assembléia passa a ser de partidos médios e pequenos, reflexo da dispersão das cadeiras pelos partidos.

b) Desproporcionalidade

⁶⁶ - Utilizaremos a mesma classificação adotada por Edir Veiga: micros partidos, até 5,00%; pequenos partidos, de 5,01 a 10,00%; partidos médios, de 10,01 a 20,00%; grandes partidos, acima de 20,00%. Para efeito deste trabalho, micros e pequenos partidos estarão alocados no mesmo continuum.

Desproporcionalidade é o conceito usado para explicar a diferença entre a representação parlamentar e o resultado eleitoral. É expressa pela fórmula $\frac{1}{2} \sum |v_i - c_i|$, onde v_i é a representação decimal do percentual eleitoral e c_i é a representação decimal do percentual de cadeiras parlamentares alcançadas pelos partidos. Lê-se a fórmula como sendo a metade da somatória dos módulos das diferenças entre o percentual de votos e o percentual de cadeiras de cada partido que disputou as eleições.

No caso do Pará, nas eleições à Assembléia Legislativa, temos a seguinte série histórica:

Quadro 10: Desproporcionalidade nas eleições ocorridas para deputado estadual em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará.

| Eleição | Desp.(em %) |
|----------------|--------------------|
| 1990 | 16,45 |
| 1994 | 9,26 |
| 1998 | 7,88 |
| 2002 | 6,79 |
| 2006 | 8,92 |
| Média | 9,86 |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor

As causas principais da desproporção estão, a partir das regras, nos votos em branco que, até 1994, entravam no cálculo do coeficiente eleitoral e nas coligações aos cargos proporcionais e a distribuição das sobras, que privilegiam os partidos que alcançaram o coeficiente⁶⁷. No caso das sobras, a tendência é que elas sejam retidas prioritariamente pelos grandes partidos, em detrimento dos pequenos, que tendem a captar no máximo uma das vagas remanescentes após a primeira distribuição.

⁶⁷ - Existem ainda dois agravantes que também trabalham a favor dos maiores partidos, quando da distribuição das cadeiras parlamentares no Brasil: a inclusão dos votos em branco no cálculo do quociente e a exclusão dos partidos que não atingiram o quociente eleitoral da disputa das sobras.

Inclusão dos votos em branco no cálculo do quociente eleitoral: O primeiro passo para distribuir as cadeiras entre os partidos nos sistemas de representação proporcional de lista é calcular o quociente eleitoral, dividindo o total de votos pelo número de cadeiras a serem ocupadas. Essa simples operação não favorece os partidos mais votados nem os menos votados. Porém, no caso brasileiro, os votos em branco são incluídos no cálculo, o que eleva artificialmente o quociente: quanto mais votos em branco mais alto o quociente eleitoral (...) [tornado] portanto mais difícil para os pequenos partidos obterem representação, o que reforça o viés do sistema em favor dos maiores partidos" (NICOLAU, 1996, 50)

Simulações feitas desagregando os votos por partido e excluindo os votos em branco revelaram que – à exceção de 1990 – não há alteração significativa na desproporcionalidade. Provavelmente, toda e qualquer disputa eleitoral onde as vagas são definidas proporcionalmente e o sistema seja multi ou pluripartidário comporte um nível de desproporcionalidade, rondando em torno de 10%⁶⁸.

Quadro 11: Desproporcionalidade e simulação nas eleições ocorridas para deputado estadual em 1990, 1994, 1998, 2002 e 2006 no Pará.

| Eleição | Real | Simulada | Diferença |
|---------|-------|----------|-----------|
| 1990 | 16,45 | 9,15 | - 7,30 |
| 1994 | 9,26 | 8,27 | - 0,99 |
| 1998 | 7,88 | 7,05 | - 0,83 |
| 2002 | 6,79 | 6,83 | 0,04 |
| 2006 | 8,92 | 9,85 | 0,93 |
| Média | 9,86 | 8,23 | - 1,63 |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

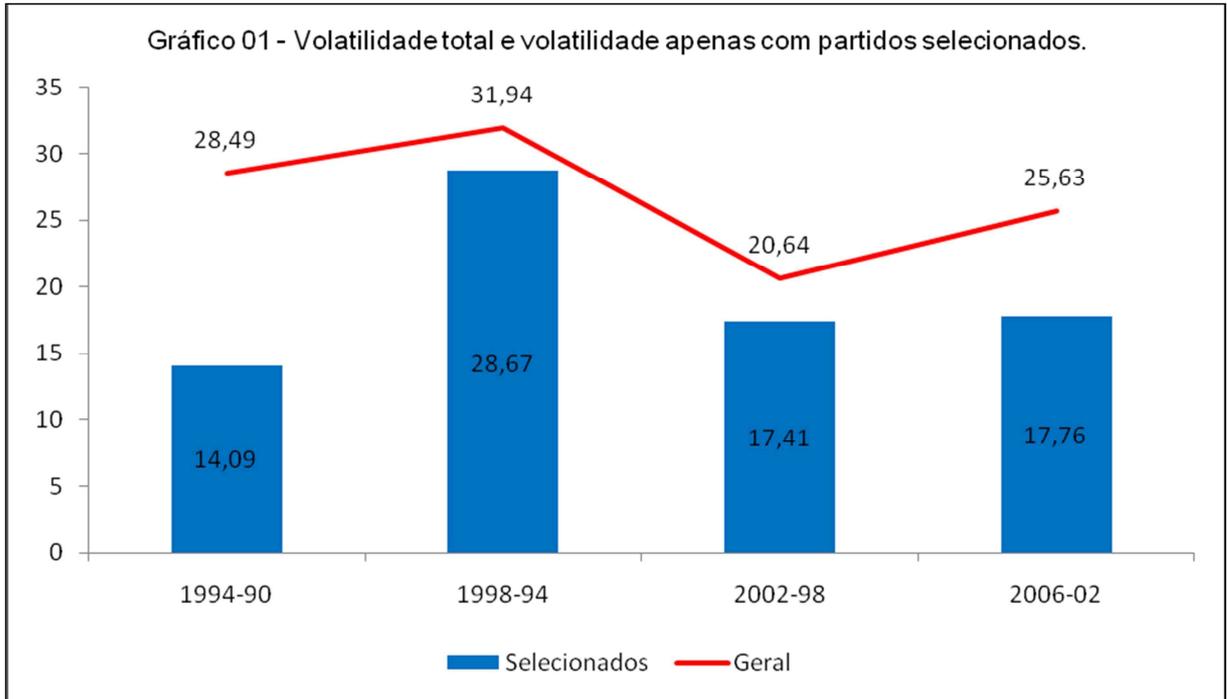
c) Volatilidade no período

Ao longo das cinco eleições, a volatilidade eleitoral tem um comportamento errático. Alternou subida e descida, aparentemente ao sabor das disputas em torno do governo do Estado⁶⁹. Já quando medimos a volatilidade apenas com os partidos selecionados, após um aumento estrondoso no ciclo 98-94, há uma tendência à estabilização (conforme o gráfico abaixo). Os principais responsáveis por essa subida são as variações de votação do atual PP e do PMDB – para menos – e do PSDB, para mais⁷⁰.

⁶⁸ - Jairo Nicolau, estudando os dados de 55 democracias, chegou a uma desproporção geral de 10,9% e desproporção nos sistemas proporcionais de 8,7%.

⁶⁹ - A exceção parece ser o PSB, que mesmo tendo candidatos ao governo bem votados em 1998 e 2002 não consegue crescer no parlamento estadual.

⁷⁰ - No par 1998-94, o PMDB e o PP responderam por 13,2% (48%) da volatilidade negativa e o PSDB por 6,25% (25%) da volatilidade positiva. No par 2006-2002, PMDB e PP somaram 9,6% (25%) da volatilidade negativa enquanto o PSDB teve 3% (18%) da volatilidade positiva.



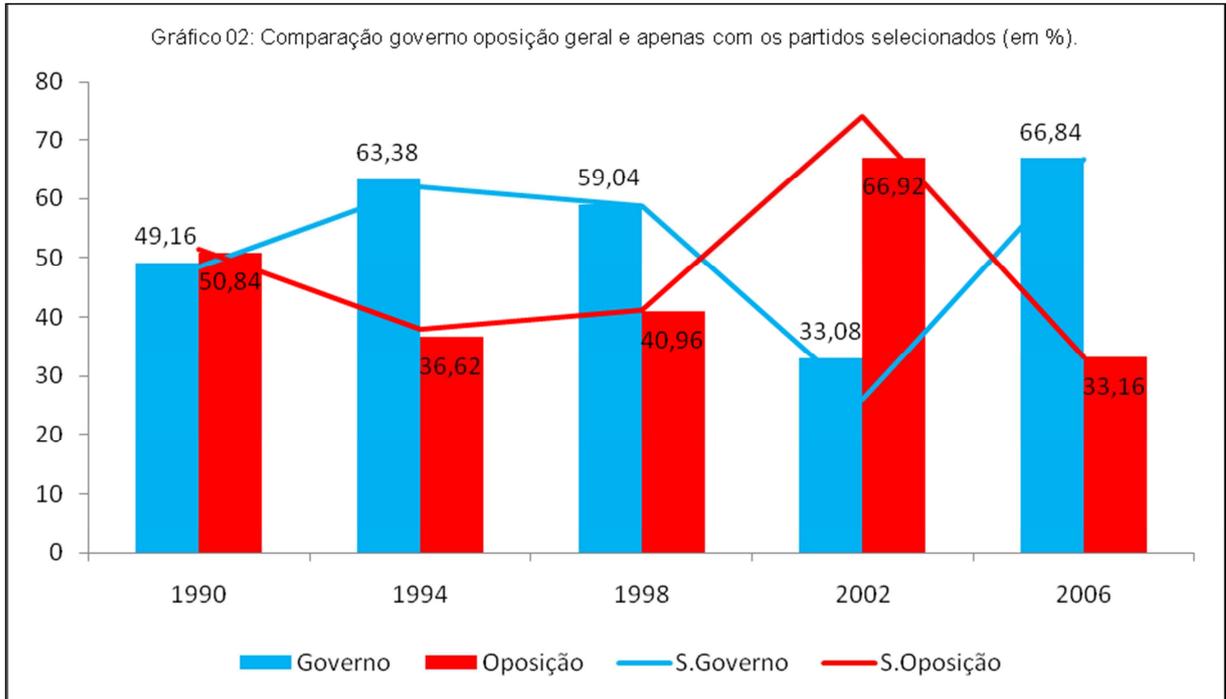
Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

d) Comparação governo X oposição

Aqui vamos buscar agrupar os partidos em relação à sua posição quanto ao governo em curso. A partir de 1990 no Pará, costumam-se apresentar três blocos em condições de capturar a atenção do eleitor (candidaturas que conseguem mais de 15% dos votos). Para 1994, apesar da inércia da máquina, vamos considerar os partidos coligados ao PMDB como situação e os demais como oposição.

Vale notar que apenas o atual PP disputou todas as eleições no campo do governo. Já no campo da oposição, só o PT, PSB e PCdoB estiveram sempre nessa situação. Numa condição de quase extremo, o PSDB disputou três eleições como governista. Ao contrário, o PMDB disputou a primeira eleição na condição de oposicionista, a seguinte no governo e nas três últimas como oposição. Os demais partidos ora estavam de um lado, ora de outro.

Abaixo visualizamos o comportamento dos votos oposição X governo ao longo de 20 anos.



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor

A primeira conclusão que tiramos é que a oposição fica “vitaminada” quando o PMDB faz parte dela. Sobre 2002, onde o governo pega um passeio, é preciso esclarecer que o bloco partidário articulado pelo PSDB – União Pelo Pará – se fragmentou em duas candidaturas. De um lado Simão Jatene pelo PSDB, de outro Hildegardo Nunes, representando o PTB. Ainda que passemos para a coluna do governo os votos do PL, que estava na coligação petista, mas fez campanha aberta para Jatene, temos um governo fragilizado como em nenhum outro momento nesses 20 anos. Em compensação, nas eleições de 2006 uma mega aliança de 18 partidos garantiu ao governismo a maior participação da história.

Sobre isso é necessário afirmar, ainda, que a partir do *impeachment* de Collor de Mello em 1992, a polaridade situação X oposição vai ficando menos nítida⁷¹, com a constante

⁷¹ - No presidencialismo, sob as condições do pluripartidarismo congressional é o presidente já eleito que busca atrair os partidos no Congresso e compor uma maioria que lhe dê sustentação. A preservação ou a reconstrução dessa maioria exige alianças provisórias e variáveis segundo as exigências e os projetos particulares de governo e, portanto, recomposições muito freqüentes de ministério, o que compromete não só a continuidade, mas também a coesão, a coerência e a eficácia das políticas governamentais. (...) O presidencialismo pluripartidário tem gerado em países multirregionais, federativos ou não, com partidos descentralizados e frouxos do ponto de vista das metas e da organização, uma divisão de poder na qual o Congresso, ocupado pelo diversionismo de políticas fragmentárias de clientela, termina confinado ao paroquialismo a as questões regionais e locais – o que permite ao poder executivo e em particular ao presidente conquistar uma autonomia e um espaço de poder consideráveis na definição das grandes políticas nacionais. (...) Na versão brasileira do presidencialismo de coalizção, as coalizções governamentais são amplas porque o seu cálculo deve incluir não só a (1) sustentação partidário-congressual, que compreende o espectro de partidos necessários para a constituição da maioria não apenas na Câmara, mas no Senado e no Congresso

cooptação de partidos para compor base. O governo Lula, por exemplo, só não conta institucionalmente com o PSDB, DEM, PPS e PSOL em sua base de apoio parlamentar⁷².

e) A distribuição ideológica dos votos entre esquerda, direita e centro.

A definição de esquerda, direita e centro utilizada aqui e definida por Edir Veiga na sua dissertação de mestrado, em virtude de lá estar estabelecido um *continuum* próprio ao caso paraense. Para os partidos que até 1998 não haviam concorrido às eleições no Pará, nos apoiaremos da classificação de MACHADO (2005), a partir de Figueiredo e Limongi. Abaixo, o quadro classificatório:

Quadro 12: Distribuição ideológica dos partidos políticos brasileiros.

| Direita | Centro | Esquerda |
|-------------------|--------|----------|
| PDC | PMDB | PCB |
| PFL | PSDB | PCdoB |
| PHS | PDT | PPS |
| PL | PGT | PSB |
| PMN | | PSOL |
| PP ⁷³ | | PSTU |
| PP ⁷⁴ | | PT |
| PRB | | PV |
| PRONA | | |
| PRP | | |
| PRTB | | |
| PSC | | |
| PSD | | |
| PSDC | | |
| PSL | | |
| PST ⁷⁵ | | |
| PST ⁷⁶ | | |
| PTB | | |
| PTC ⁷⁷ | | |
| PTDOB | | |
| PTN | | |
| PTR | | |
| PAN | | |

com um todo, mas também (2) a sustentação regional, pelos Estados e pelos governadores, do governo presidencial. (TAVARES, 1994, 371-2)

⁷² - “Pode-se dizer que é possível explicar o comportamento do deputado brasileiro uma vez aceito como ponto de partida a necessidade da maximização de suas chances de sucesso na carreira política. O deputado priorizará o que julgar necessário para tanto evitando, sempre que possível, assumir atitudes que o indisponham com o que ele avalia serem as preferências de seu eleitorado” (TAVARES, 169, 2001). O mesmo pode ser dito dos partidos, que mesmo tendo apoiado outros candidatos, “no dia seguinte à posse” estão procurando o vencedor para aderir ao governante.

⁷³ - Trata-se do atual PP - Partido Popular, ex PDS, PPR e PPB.

⁷⁴ - Trata-se do Partido Progressista, criado em 1993, a partir da fusão do PTR e do PST.

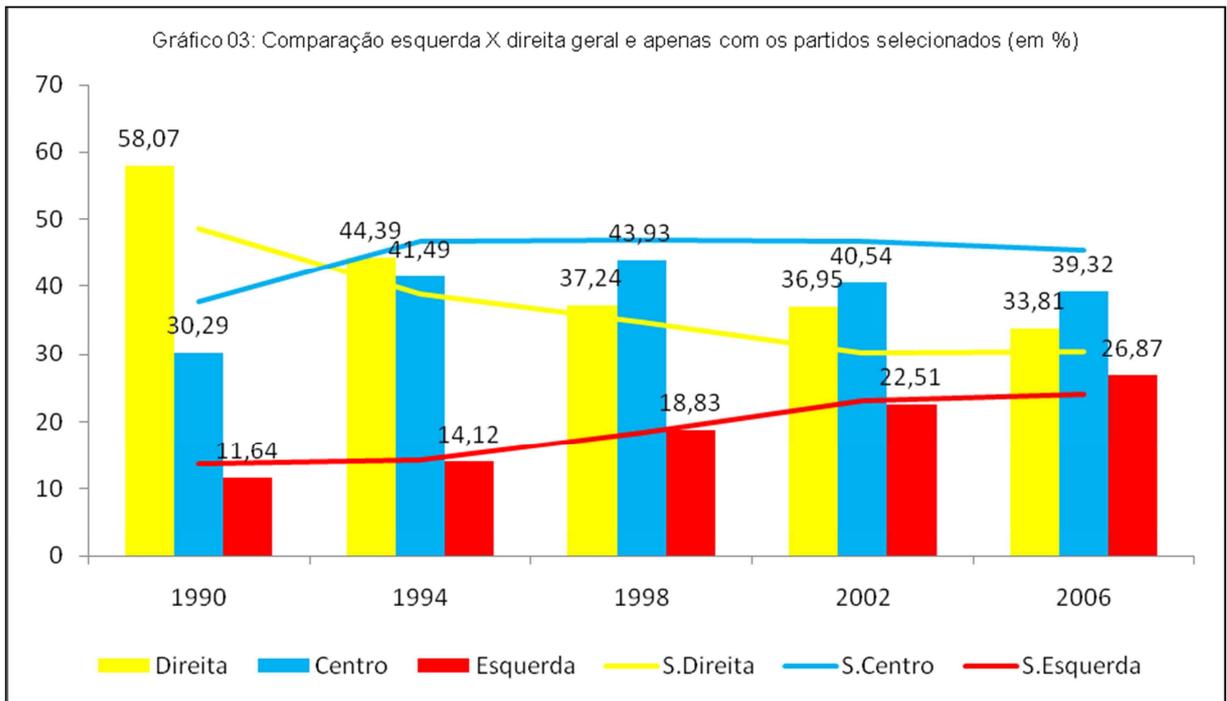
⁷⁵ - Trata-se do Partido Social Trabalhista, fundido em 1993 com o PTR para criação do PP.

⁷⁶ - Trata-se do Partido Social Trabalhista, fundido em 2003 com o PL.

⁷⁷ - Trata-se do antigo Partido da Reconstrução Nacional, que mudou de nome em 2000.

Sobre essa classificação, é preciso anotar no campo de esquerda que partidos como o PPS e o PV têm uma clara preferência a aliar-se a partidos de centro nas disputas pelo governo do Estado.

Abaixo as configurações das disputas entre os blocos ideológicos:



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor

Tem havido consistente queda da votação da direita e um crescimento do centro e da esquerda. Quando isolados os votos dos partidos selecionados para o presente estudo, o centro cresce porque os principais partidos que fazem parte desse agrupamento estão selecionados. A esquerda cresce ou se mantém porque seus maiores partidos estão entre os selecionados. Já a direita tem vários de seus partidos bem votados excluídos, em função da característica denominada de “partido de aluguel”, ou seja, siglas que abrigam políticos com poucas chances de eleição em partidos maiores.

A oposição esquerda X direita é outra dimensão que vai se deteriorando⁷⁸. Boa parte dos partidos elencados como direita se querem de centro. Essa movimentação ao centro vai se dar a partir do primeiro governo de Fernando Henrique.

⁷⁸ - “Na base e na origem das primeiras dúvidas sobre o desaparecimento da distinção, ou ao menos sobre sua menor força representativa, estaria a chamada crise das ideologias. Pode-se tranquilamente objetar que na realidade as ideologias não deixaram de existir e que na realidade estão mais vivas do que nunca. As ideologias do passado foram substituídas por outras, novas ou que pretendem ser novas. Como já foi diversas vezes demonstrado, não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise. E depois, “esquerda” e “direita” não indicam apenas ideologias. “Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contraste não só de idéias, mas também de interesses e valorações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade” (BOBBIO, 2001; 51)

VI – Volatilidade regional

a) Evolução dos votos válidos em relação aos votos totais do Estado

Abaixo, o peso das regiões na composição do eleitorado do Pará, tomando por base os votos válidos (dados a candidatos e a legendas) por município:

Quadro 13: Distribuição do eleitorado por região do Pará

| Região | 1.990 | 1.994 | 1.998 | 2.002 | 2.006 |
|----------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| METROPOLITANA | 38,66% | 36,15% | 36,68% | 33,20% | 30,51% |
| BAIXO AMAZONAS | 9,34% | 10,87% | 10,32% | 9,73% | 9,62% |
| TOCANTINS | 8,22% | 8,06% | 8,46% | 8,79% | 9,19% |
| GUAMÁ | 9,84% | 9,86% | 9,15% | 8,83% | 8,74% |
| RIO CAPIM | 5,58% | 6,47% | 5,91% | 6,81% | 7,34% |
| CARAJÁS | 4,36% | 4,90% | 5,90% | 6,15% | 6,64% |
| RIO CAETÉS | 7,48% | 6,84% | 5,83% | 6,12% | 6,17% |
| MARAJÓ | 5,18% | 4,57% | 4,15% | 4,68% | 5,18% |
| ARAGUAIA | 3,66% | 3,59% | 4,51% | 4,98% | 5,06% |
| LAGO TUCURUÍ | 2,39% | 2,82% | 3,36% | 4,29% | 4,74% |
| XINGÚ | 2,39% | 3,67% | 3,53% | 4,02% | 4,41% |
| TAPAJÓS | 2,92% | 2,20% | 2,19% | 2,40% | 2,41% |

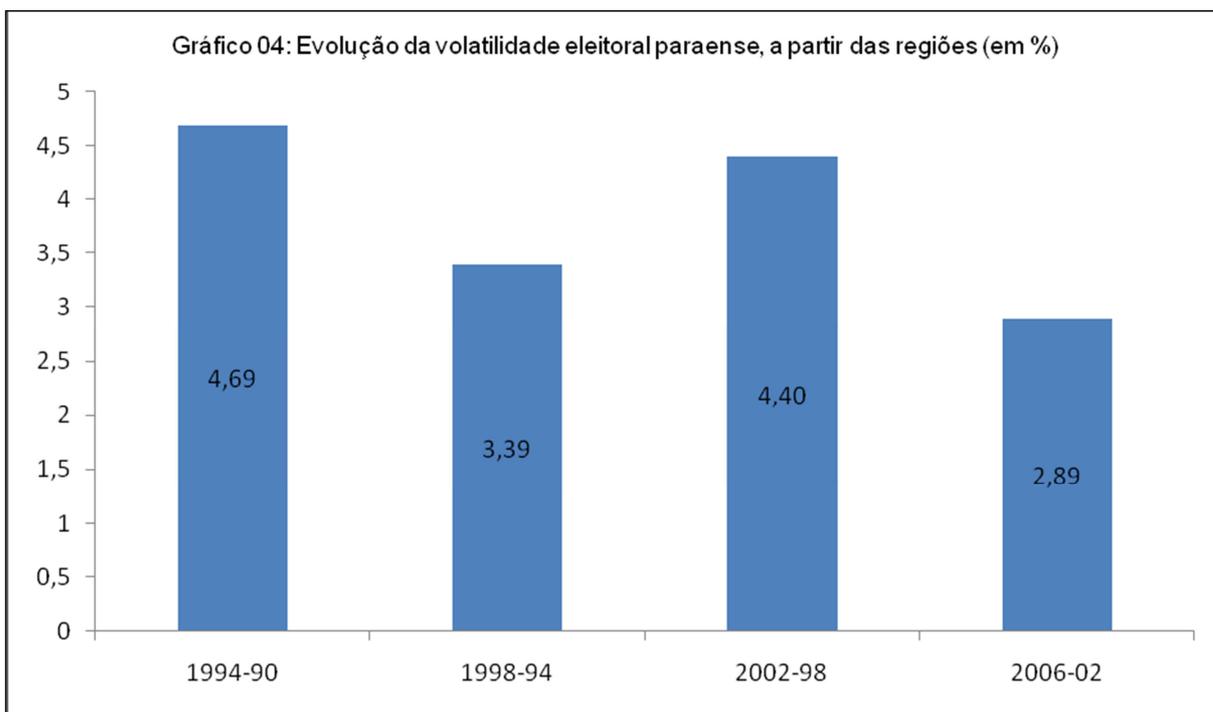
Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor

Com base no Quadro acima vemos a perda da importância relativa da região metropolitana no conjunto eleitoral do Pará. É consistente a queda da região em termos de votos válidos. A relativa estabilidade de 1998 é explicada pela entrada em cena das urnas eletrônicas em caráter de teste. Belém e Ananindeua, os maiores municípios da região metropolitana⁷⁹, estavam incluídos naquela etapa de inovação tecnológica.

Em compensação as regiões do aglomerado Sul/Sudeste (Lago Tucuruí, Carajás e Araguaia) crescem de forma consistente e continuada. Esse aumento pode ser creditado à dinamização da economia nessas regiões.

⁷⁹ - No Pará, foram incluídos 10 municípios com mais de 15.000 eleitores, abrangendo aproximadamente 45% do eleitorado.

Abaixo a volatilidade⁸⁰ do ponto de vista da composição do eleitorado por região.



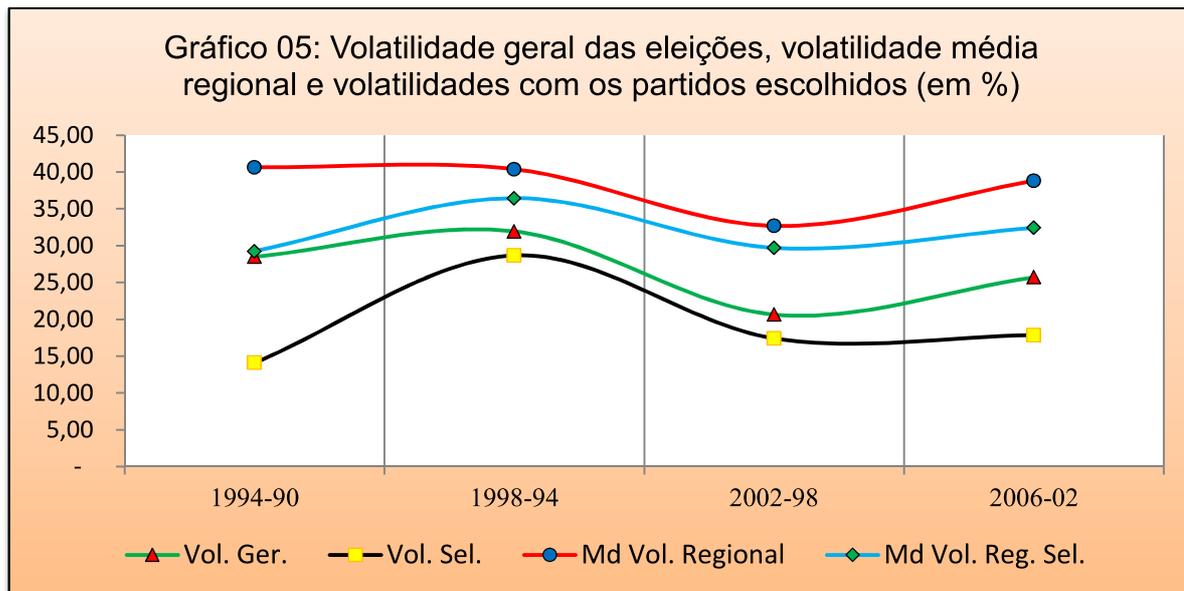
Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor

É imperativa a constatação de que o eleitorado começa a se acomodar regionalmente a partir de 1998, sendo as perdas e aumento do eleitorado uma consequência de migração interna e melhoria do aproveitamento do voto, estimulado pelo uso da urna eletrônica.

b) Volatilidade das regiões: geral e selecionados

O gráfico abaixo demonstra a volatilidade geral e a volatilidade apenas com os partidos selecionados para esse estudo.

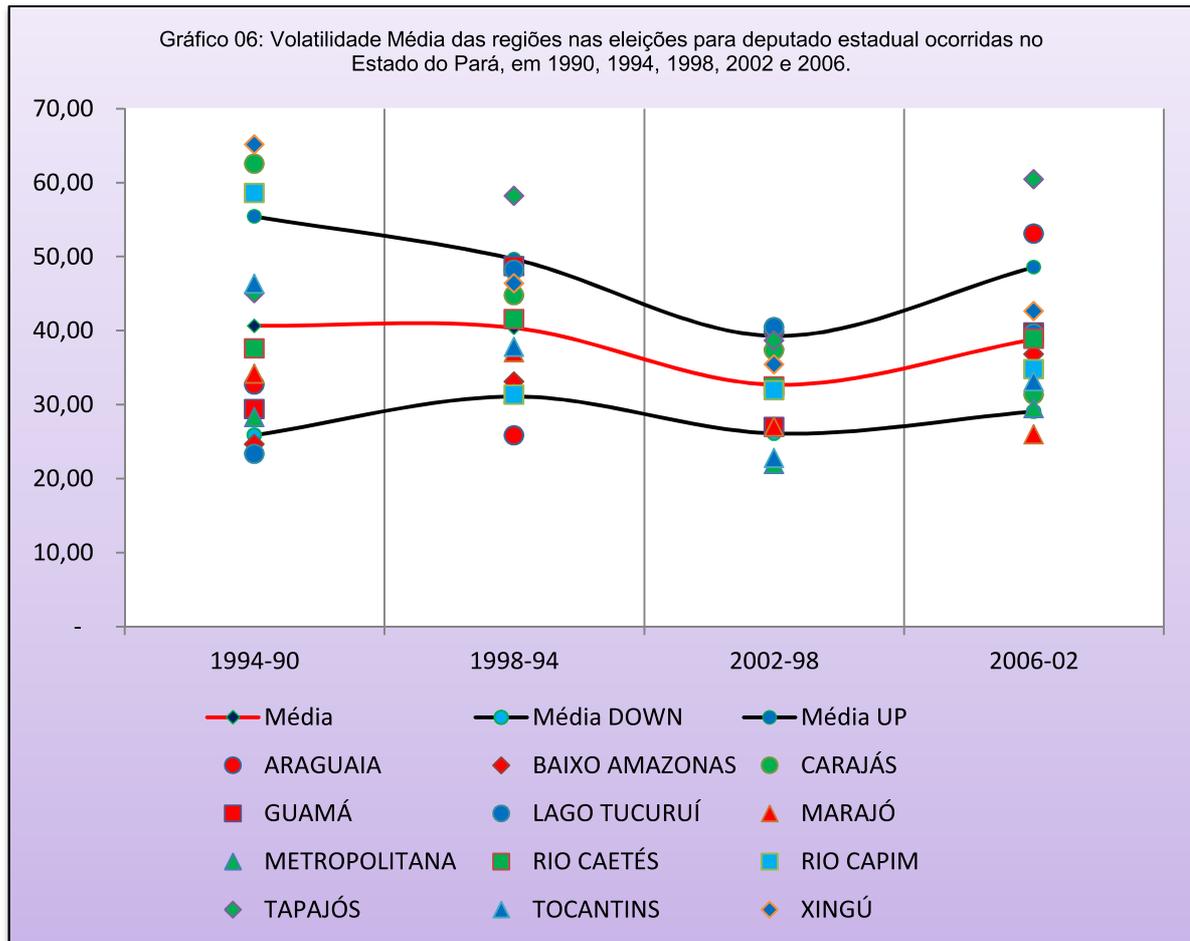
⁸⁰ - A volatilidade é a medida da diferença de votos entre uma eleição e outra. Ela se expressa pelo módulo da somatória dessa diferenças dividido por 2, de acordo com a fórmula: $\frac{1}{2} \sum |V_1 - V_0|$. V_1 é a expressão percentual alcançada na segunda eleição do par e V_0 é a expressão percentual alcançada na primeira eleição do par.



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O efeito de desagregar os votos por região é que temos uma média de volatilidade maior entre as regiões. Em compensação, os índices de volatilidade dos partidos seleccionados ficam mais próximos dos índices das regiões do que dos índices gerais. Em média, os índices com os partidos seleccionados é 84% das médias regionais, enquanto no geral a média é 73%. Uma explicação plausível para isso é estabilidade interna dos partidos escolhidos.

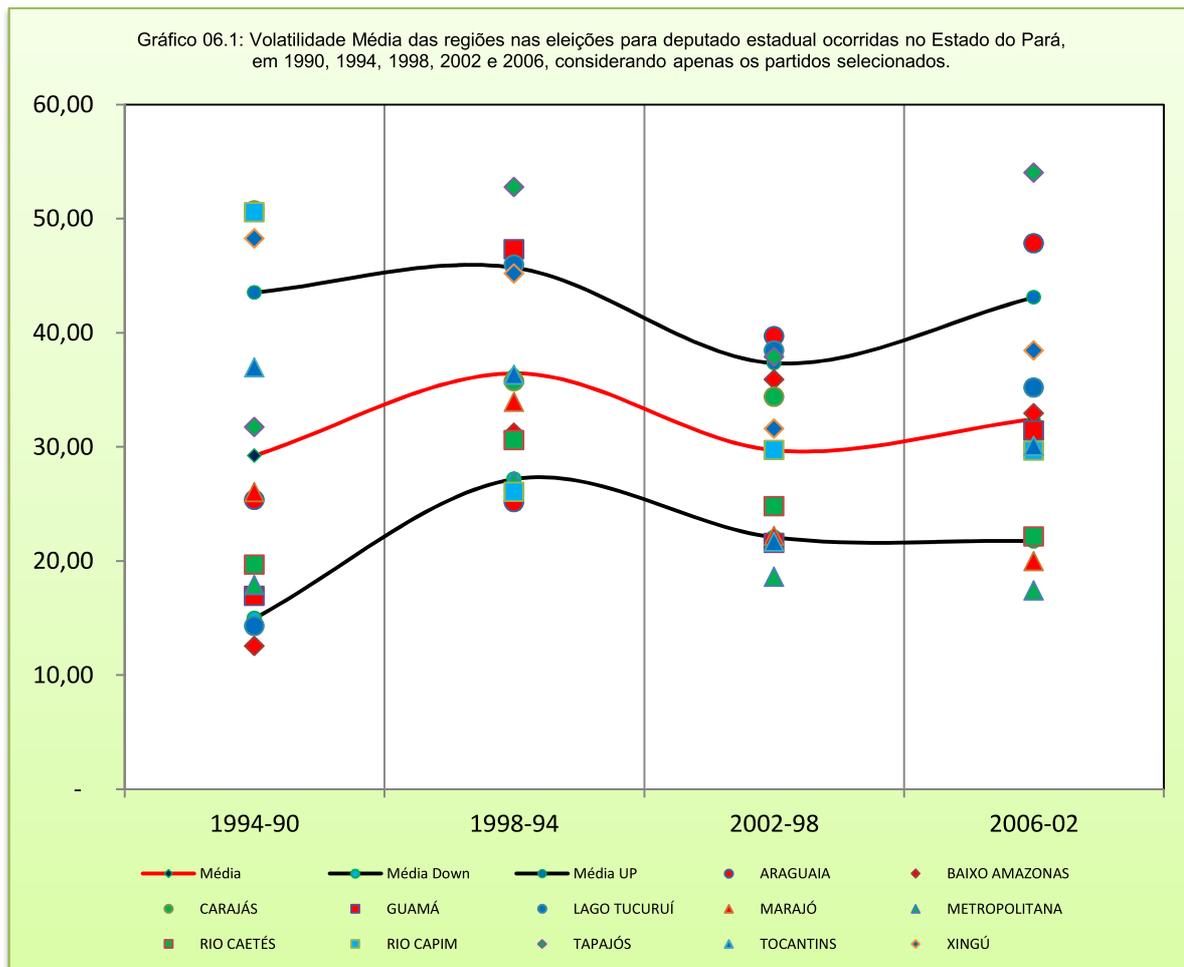
Nos gráficos abaixo, uma demonstração de como as médias se distribuem:



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Acima é apresentada a volatilidade geral por região. A linha central representa as médias volatilidades regionais. A primeira linha é a média adicionada do desvio padrão. A terceira linha é a média diminuída do desvio padrão. Denomino o espaço entre a linha superior e a linha inferior de zona de normalidade, ou seja, é onde se espera que esteja colocada a maior parte das médias regionais. De fato, em média duas regiões ficaram acima da média UP e uma região e meia ficou abaixo da média DOWN.

Abaixo, a volatilidade por região considerando apenas os votos dos partidos selecionados. Há uma concentração menor na zona de normalidade, sendo que em média duas regiões e meia ficaram acima da média UP e duas regiões ficaram abaixo da média DOWN.



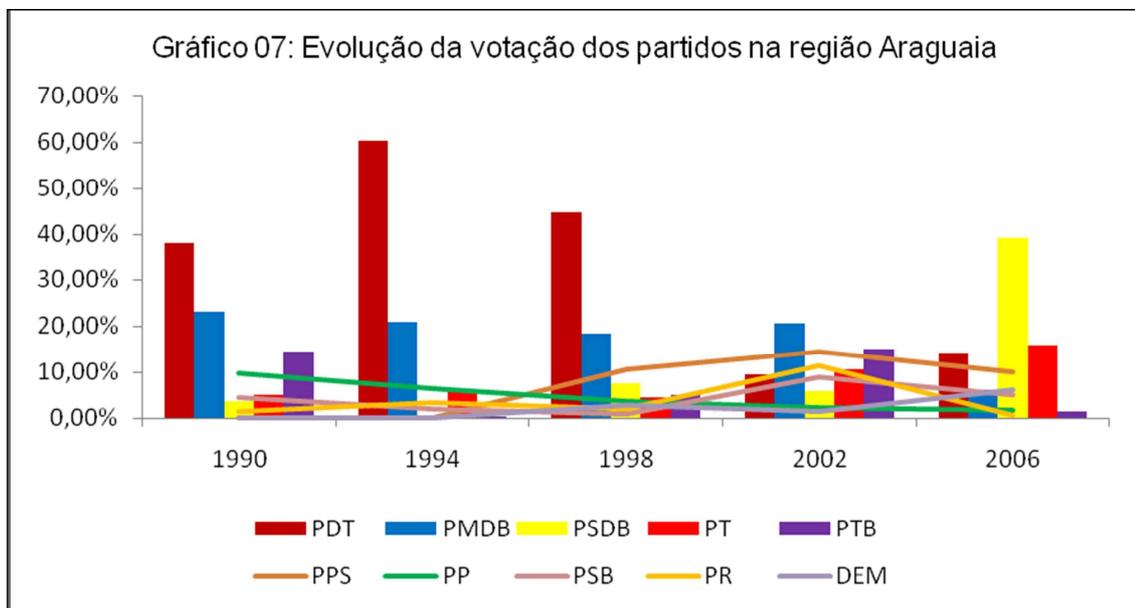
Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

b) O desdobramento regional

Vamos agora analisar as volatilidades regionais. Para efeito didático, as regiões e seu comportamento eleitoral serão apresentados em ordem alfabética.

Em cada região, nos debruçaremos sobre os cinco partidos com melhores médias simples nas cinco eleições estudadas. Estarão na forma de colunas. Os demais cinco partidos não serão analisados, mas estarão visíveis na forma de linhas.

b.1) Araguaia



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Depois de liderar a votação para deputado estadual por três eleições seguidas, o PDT passou por um encolhimento em 2002, seguido por uma sensível recuperação em 2006. Nessa região esse partido apoiava-se no binômio pecuaristas X lideranças municipais. Com o rompimento da aliança com o PSDB em 2002, perde diversos prefeitos na região.

Além disso, lideranças tradicionais vão para a disputa da Câmara dos Deputados, enfraquecendo a chapa na região.

O PT vinha tendo um desempenho modesto na região até 2002. Em 2006, apoiado no governo federal e nas administrações conquistadas na região se afirma como segundo partido na área.

O PSDB também era um partido com pouco peso no Araguaia. Em 2006, graças a lideranças predadas ao PDT e à “política dos prefeitos” sobe vertiginosamente e passa a liderar o ranking regional.

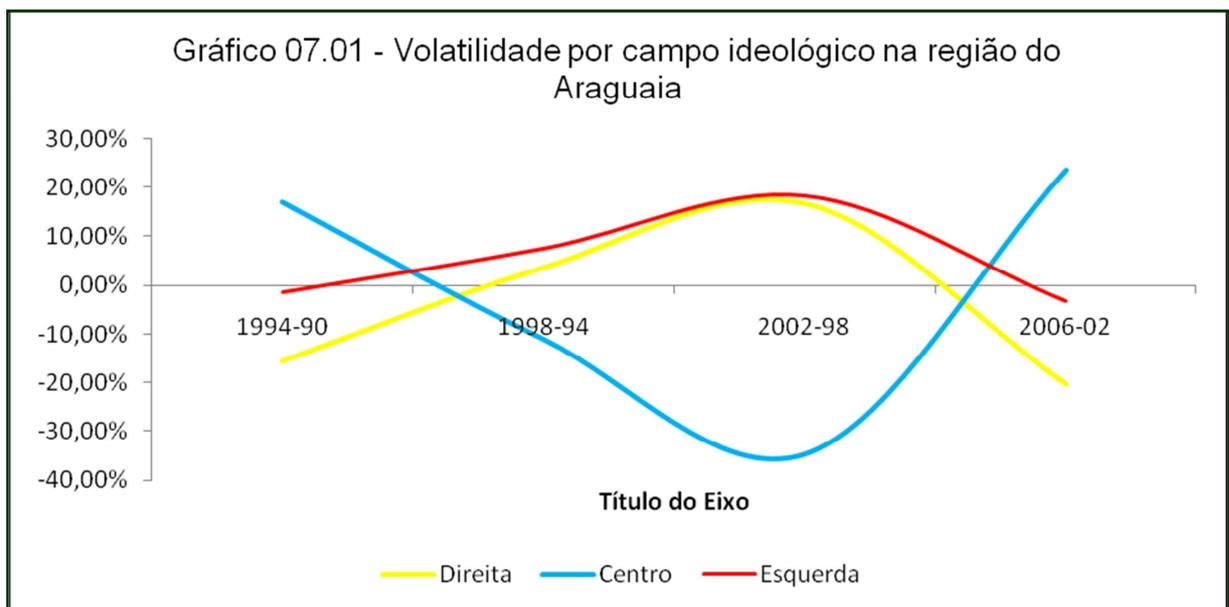
O PMDB foi o partido que mais encolheu no Araguaia. Depois de quatro eleições em seguida num segundo lugar, em 2006 é vítima das predações do PSDB e cai para um distante sexto lugar dos votos na região.

Já o PTB apesar de estar bem situado em média, concentra participações fortes em duas eleições: 1990 e 2002, quando apresentou candidatos ao governo.

Quadro 14: Volatilidade partidária na região do Araguaia

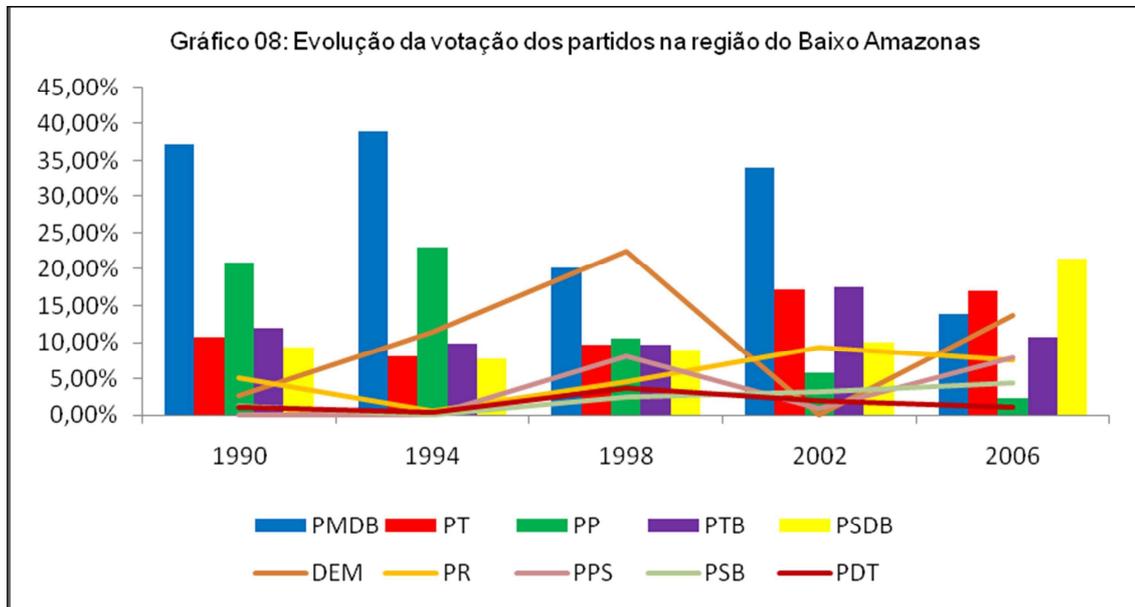
| Partido | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PDT | 22,29% | -15,73% | -35,13% | 4,66% |
| PMDB | -1,99% | -2,51% | 2,15% | -14,47% |
| PTB | -14,33% | 5,00% | 10,06% | -13,69% |
| PDS | -3,32% | -2,75% | -1,46% | -0,63% |
| PL | 2,01% | -1,28% | 9,27% | -10,67% |
| PSB | -2,44% | -1,21% | 8,07% | -3,89% |
| PFL | -0,01% | 2,60% | -1,27% | 4,58% |
| PPS | 0,01% | 10,45% | 4,01% | -4,50% |
| PT | 1,06% | -1,67% | 6,15% | 5,20% |
| PSDB | -3,29% | 7,11% | -1,84% | 33,41% |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

b.2) Baixo Amazonas



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O PMDB tem na região do Baixo Amazonas uma das maiores dificuldades em voltar a se firmar como partido líder. Após quatro eleições consecutivas liderando a região do Baixo Amazonas, caiu para o quarto lugar em 2006. Quando se investiga as causas para tal situação, encontra-se uma resposta possível na “indisciplina” de seus candidatos a deputados federais bem votados na região: as dobradas são fora do partido⁸¹.

O PT teve uma participação consistente, aproveitando-se do binômio movimento social e prefeituras locais. A ligeira queda em 2006 (0,16%) deve-se à cisão do PSOL. Em 1994, queda mais brusca, uma ampla parcela de sua militância empenhou apoio a Almir Gabriel (PSDB) na candidatura ao governo.

O PTB cresce sua votação na região a partir de três municípios: Oriximiná, Óbidos e Curuá. Em dois desses municípios, esse partido inclusive vem mantendo a prefeitura.

O PP (ex PDS) foi um partido forte no Baixo Amazonas. Mas, à medida que foi se afastando de posições decisórias no governo do Estado foi perdendo representatividade em termos de prefeituras e vereadores. Conseqüentemente, também tem perdido consistência eleitoral.

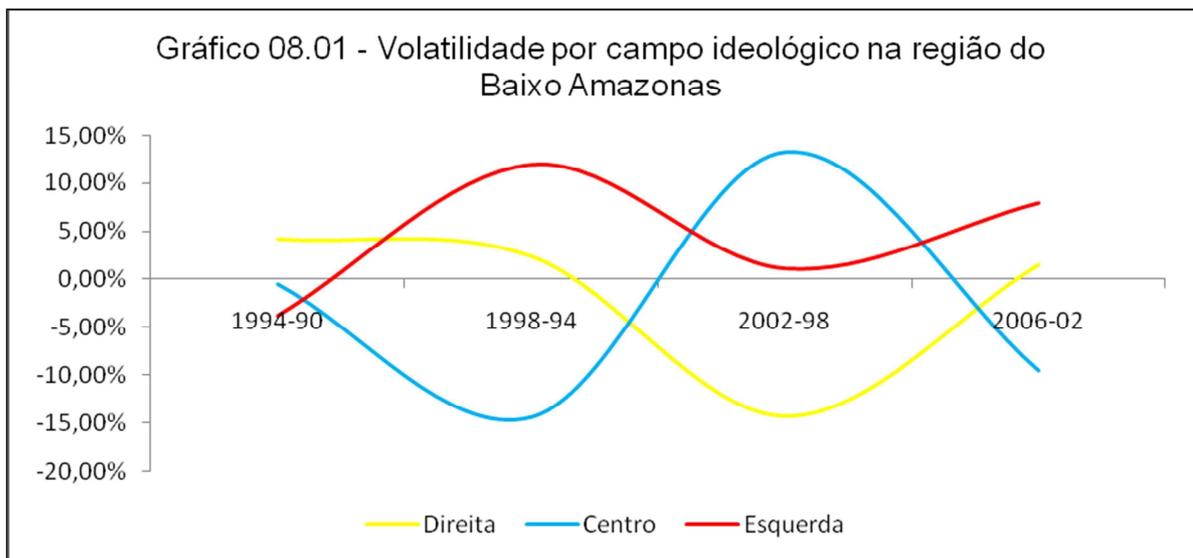
⁸¹ - Wladimir Costa fez aliança em Monte Alegre com Josefina Vasconcelos (PMDB). Ele obteve 9679 votos. Ela 17.351. Elcione Barbalho dobrou com Júnior Ferrari em diversos municípios. Em Oriximiná, o principal deles, ela conseguiu 1.861 votos e ele 7.424.

O grande salto do PSDB na região não se deu por predação às outras legendas, mas da boa avaliação da prefeitura de Santarém⁸², que esse partido dirigiu em condomínio com o PFL (hoje DEM).

Quadro 15: Volatilidade partidária na região do Baixo Amazonas

| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PMDB | 1,75% | -18,71% | 13,83% | -20,13% |
| PDS | 2,17% | -12,52% | -4,66% | -3,44% |
| PTB | -2,04% | -0,15% | 7,84% | -6,84% |
| PDT | -0,71% | 3,22% | -1,78% | -0,79% |
| PL | -4,53% | 4,02% | 4,77% | -1,74% |
| PSB | -1,17% | 2,42% | 0,78% | 1,13% |
| PT | -2,57% | 1,54% | 7,53% | -0,16% |
| PCB | 0,01% | 8,00% | -7,14% | 6,99% |
| PFL | 8,62% | 11,07% | -22,32% | 13,54% |
| PSDB | -1,53% | 1,11% | 1,16% | 11,43% |

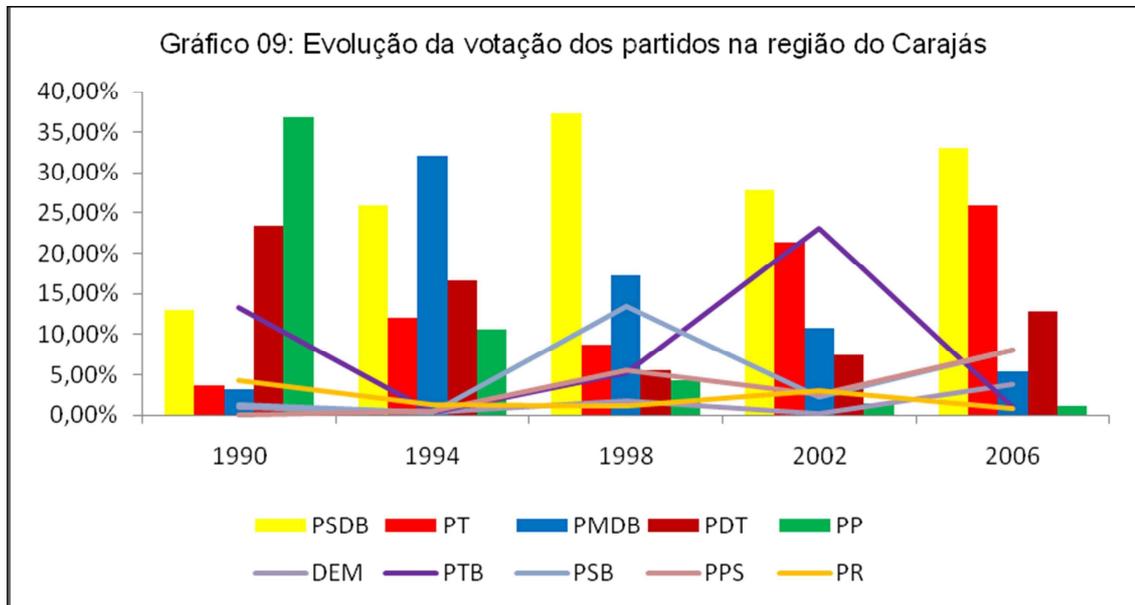
Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

⁸² - Em 2002, Alexandre Von, vice-prefeito de Santarém, candidato pelo PDT a deputado federal, teve 40.392 votos na cidade. Em compensação, os candidatos apoiados explicitamente por ele (no PDT, no PFL e no PSDB) conseguiram apenas 13828 votos. Em 2006, Alexandre Von, agora no PSDB, teve 23925. Sua dobrada, o ex-prefeito Lira Maia (PFL) obteve 65.634 votos (Fonte: TSE/TRE-Pa).

b.3) Carajás



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O PSDB, na região do Carajás, parece andar com as próprias pernas. Mesmo utilizando-se da máquina de governo, não recorre tão explicitamente ao mecanismo de predar lideranças. Pelo contrário, para acomodar interesses, em 2002 chega a “exportar” um deputado para o PTB (o que explica a subida de linha desse partido) a fim de garantir que seus três deputados na região se reelejam. Em 2006 esse deputado volta, e o PSDB retoma a trajetória de crescimento. Como prova de que o PSDB do Carajás tinha identidade própria, é a constatação de que os índices desse partido nunca foram modestos, apesar de terem crescido com a chegada ao governo.

O PMDB nessa região tem dificuldades em firmar lideranças. À exceção de 1998 e 2002, não consegue se estabelecer como alternativa eleitoral. Tanto assim que apenas em uma eleição foi o partido mais votado.

O PP foi esvaziado no Carajás. Desde 1990 vem reduzindo sua participação uma eleição após outra.

O PDT, por outro lado tem recuperado seu espaço, fruto das alterações das políticas de alianças municipais desse partido,

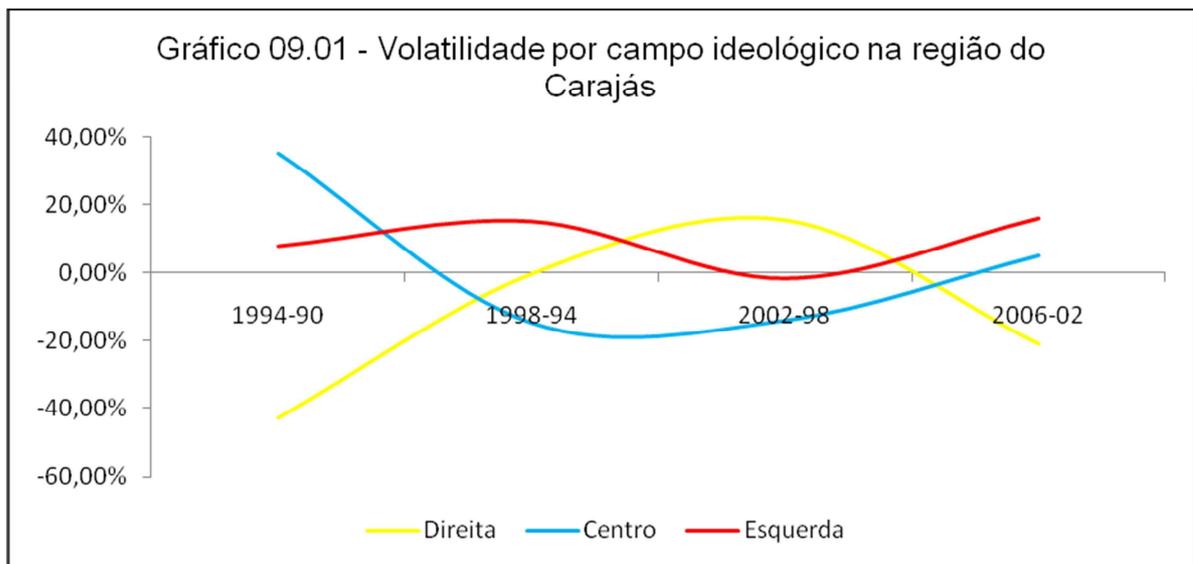
O PT do Carajás passou por um processo inverso ao do PT do Baixo Amazonas. Naquela região o eleitorado penalizou o partido em 1994 por não haver se aliado a Almir Gabriel. Aqui, a penalização aconteceu em 1998, uma vez que boa parte das lideranças

políticas e sociais da região migrou para a base daquele governador. A partir de 2002, aproveitando as falhas de condução dos governos tucanos, o PT retoma seu crescimento, disputando a liderança na região.

Quadro 16: Volatilidade partidária na região do Carajás

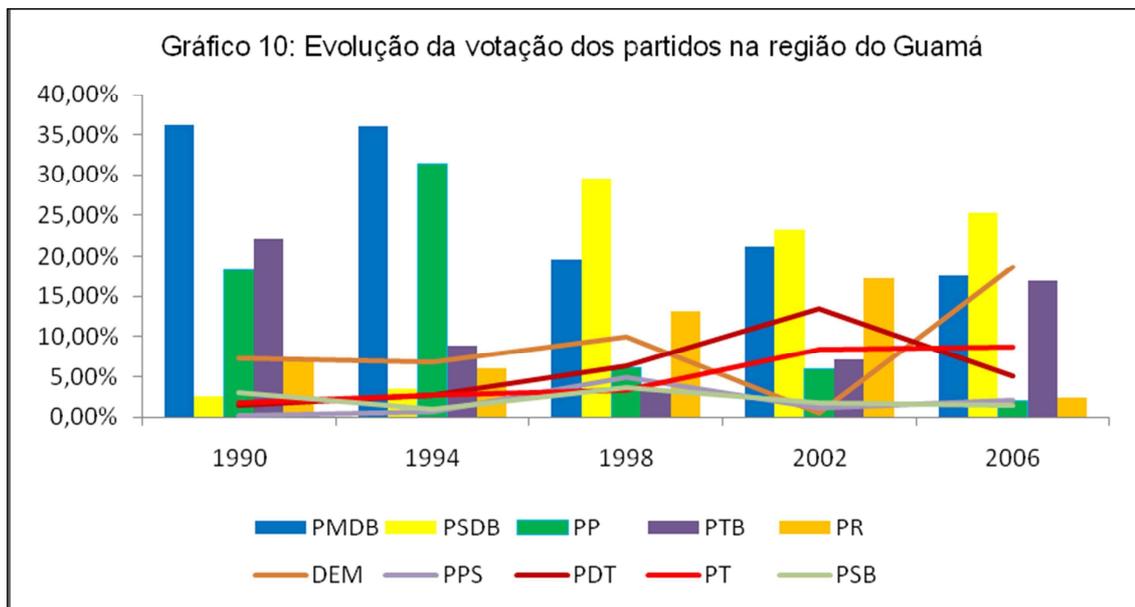
| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PDS | -26,32% | -6,30% | -2,82% | -0,28% |
| PTB | -12,93% | 4,84% | 17,91% | -22,10% |
| PDT | -6,90% | -11,02% | 1,90% | 5,38% |
| PL | -3,04% | -0,18% | 1,89% | -2,23% |
| PMDB | 29,03% | -14,99% | -6,33% | -5,47% |
| PFL | -0,61% | 1,31% | -1,54% | 3,66% |
| PSB | -0,91% | 13,09% | -11,23% | 5,79% |
| PPS | 0,46% | 5,10% | -3,04% | 5,51% |
| PSDB | 12,98% | 11,41% | -9,42% | 5,23% |
| PT | 8,26% | -3,26% | 12,69% | 4,52% |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

b.4) Guamá



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O PSDB cresce na região Guamá a partir da captura de apoiadores municipais, refletida a partir do pleito de 1998. Essa constatação é feita a partir das comparações entre os candidatos que se lançaram em 1994 e 1998 e outros pleitos além. O crescimento peessedebista no Guamá se faz em função da máquina estadual.

O PMDB vem encolhendo, com uma ligeira recuperação em 2002. Quanto mais distante do poder do Estado menos votos essa legenda arrecada.

O PP nesta região também é vítima de seu distanciamento do núcleo de decisão do governo e de seu encolhimento nas esferas de administração municipal. Depois de um salto astronômico entre 1990 e 1994, esse partido apenas diminuiu de eleição em eleição.

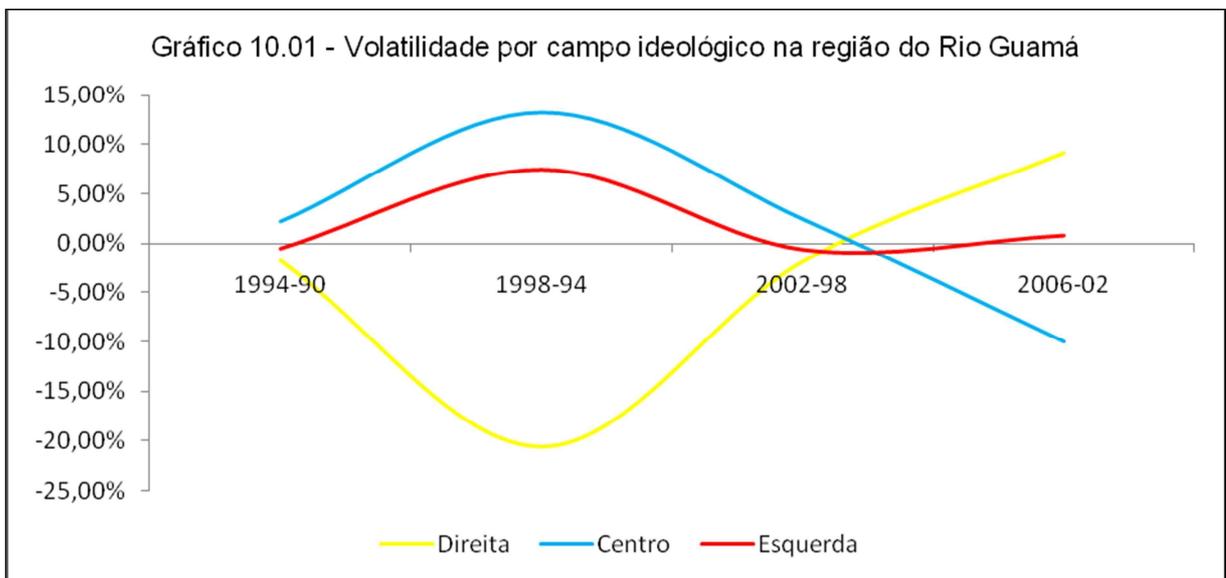
O PTB teve dois bons momentos no Guamá. O primeiro em 1990, quando teve candidato ao governo e estava ancorado no governo do Estado. O segundo bom momento foi em 2006, graças à fusão ocorrida com o PSD em 2003 e que fez ingressar nesse partido diversas lideranças dessa região. Outro fator que influenciou o crescimento do PTB foi o fato de que essa legenda se firmou como uma espécie de “alter-ego” do PSDB na região e, nessa condição conquistou prefeituras e vereanças no Guamá.

O PR (ex PL) se destacou por ser uma das alternativas para líderes conservadores com votação mediana, mas sob “proteção” do PSDB. Em 2002, dois ex-secretários tucanos disputaram sob essa legenda, tendo tido expressiva votação nessa região.

Quadro 17: Volatilidade partidária na região do Rio Guamá

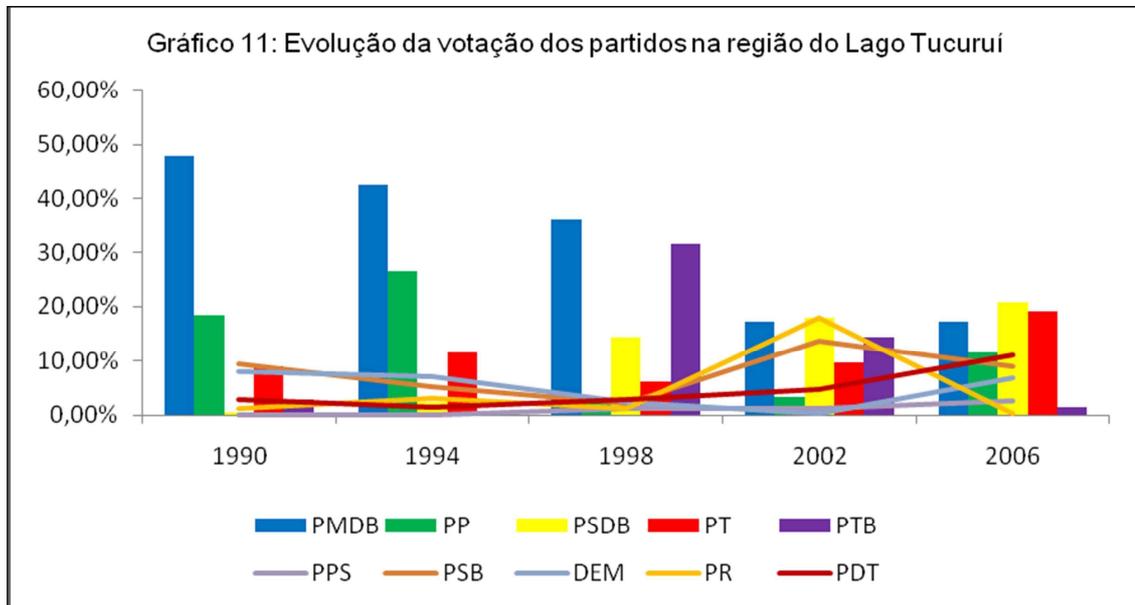
| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PMDB | -0,10% | -16,55% | 1,64% | -3,67% |
| PDS | 13,09% | -25,31% | -0,22% | -3,95% |
| PTB | -13,31% | -5,45% | 3,64% | 9,90% |
| PL | -1,05% | 7,04% | 4,15% | -14,97% |
| PSB | -2,03% | 2,67% | -1,91% | -0,39% |
| PPS | 0,56% | 4,20% | -3,72% | 0,86% |
| PDT | 1,22% | 3,70% | 7,12% | -8,44% |
| PT | 0,99% | 0,55% | 5,03% | 0,35% |
| PFL | -0,44% | 3,09% | -9,39% | 18,21% |
| PSDB | 1,07% | 26,05% | -6,34% | 2,09% |

Fonte: TSE/TRE-PA.



Fonte: TSE/TRE-PA.

b.5) Lago Tucuruí



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O PMDB, após ter quase metade dos votos na região, teve seu espaço encolhido de forma contínua até se estabilizar em cerca de 15% dos votos. Aqui as lideranças peemedebistas que migraram para partidos como o PP e o PR⁸³. Outro fator que explica a redução do poder eleitoral do PMDB na região do Lago Tucuruí é a ampliação do eleitorado. Além de praticamente ter multiplicado por dois seu peso na população eleitoral paraense (de 2,39% para 4,78%), multiplicou por seis a quantidade de votos válidos: de 23 mil para 149 mil entre 1990 e 2006. Quanto maior o colégio eleitoral, mais difícil o controle do resultado, pois há uma tendência do eleitorado a se dispersar entre as opções oferecidas.

O PT tem um comportamento errático na região, subindo e descendo sua votação. Uma parte disso se explica por o partido nunca ter investido seriamente em uma liderança local, sendo que seus dirigentes investiam em candidatos com base no Carajás e no Tocantins. Quanto a 2006, quando o partido atinge o dobro de sua média histórica, as razões se encontram na Eletronorte. A vitória de Lula em 2002 possibilitou que os petistas alcançassem empregos na empresa, alguns estratégicos como relações com a comunidade, e a partir daí tivessem condições de influenciar os resultados eleitorais.

O PSDB cresce combinando suas clássicas receitas: predação das lideranças de outros partidos e máquina estadual. O partido gerou apenas uma liderança nessa região. Os demais

⁸³ - São as lideranças atraídas pelo poder da máquina estadual.

candidatos votados fazem parte da seleta direção partidária no Estado e é para quem os tucanos locais trabalham.

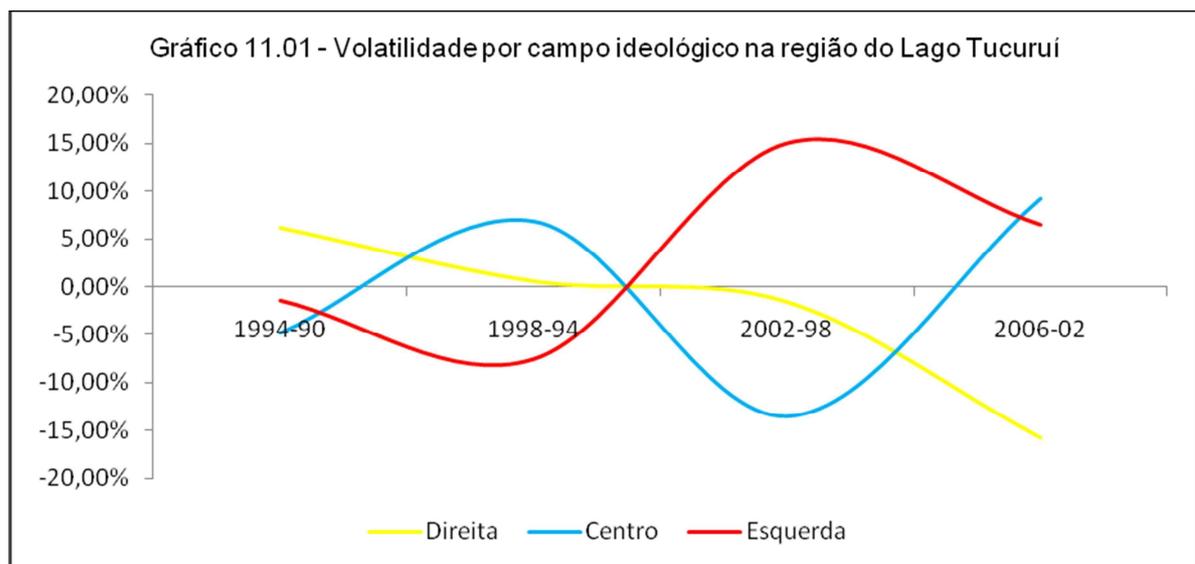
O PP sempre foi secundário na região. Teve seu bom momento em 1994, embalado pela candidatura de Jarbas Passarinho ao governo do Estado e depois não conseguiu mais se destacar no Lago.

Por fim, o PTB teve seu momento de glória em 1998. Seu líder local⁸⁴ não correspondeu à expectativa que foi depositada nele como parlamentar, o que levou ao encolhimento dele como liderança e do PTB como partido.

Quadro 18: Volatilidade partidária na região do Lago Tucuruí

| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PMDB | -5,30% | -6,57% | -18,89% | 0,13% |
| PDS | 7,89% | -24,19% | 1,14% | 8,13% |
| PTB | -2,61% | 31,48% | -17,41% | -12,99% |
| PFL | -0,96% | -4,67% | -2,14% | 6,75% |
| PL | 1,89% | -2,00% | 16,87% | -17,63% |
| PSB | -4,14% | -3,17% | 11,64% | -4,60% |
| PPS | 0,05% | 1,04% | 0,03% | 1,40% |
| PDT | -1,30% | 1,41% | 1,85% | 6,26% |
| PT | 2,66% | -5,37% | 3,33% | 9,67% |
| PSDB | 1,82% | 12,05% | 3,57% | 2,87% |

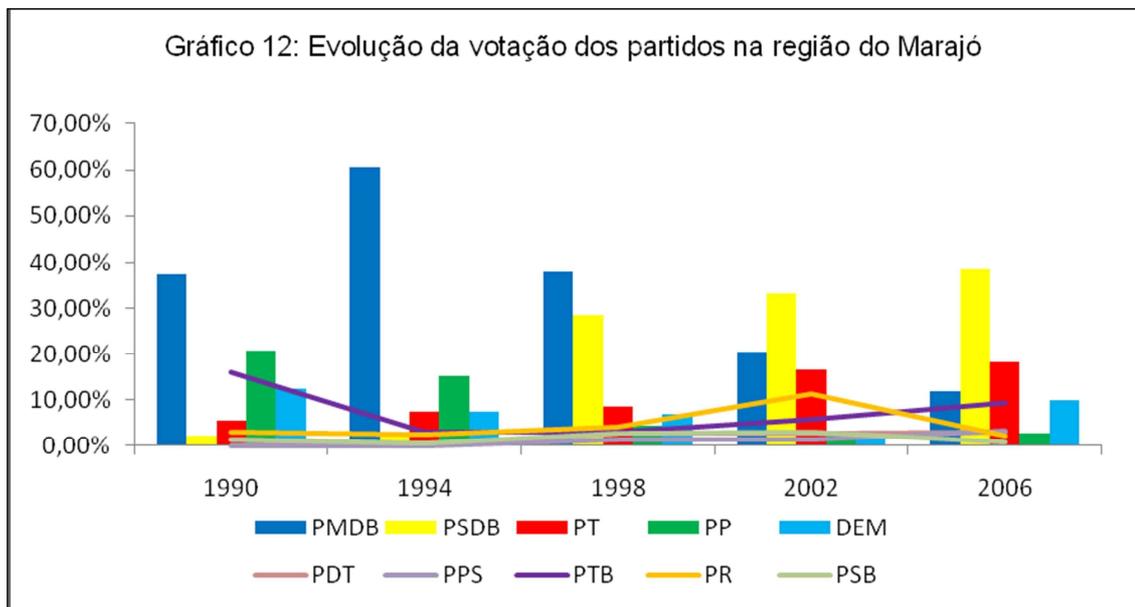
Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

⁸⁴ - Claudinei Furman, filho do então prefeito de Tucuruí, Claudio Furman. Na época tinha 23 anos e foi o mais jovem deputado estadual já eleito no Pará. Seu projeto mais conhecido foi o aumento das férias escolares de julho de 30 para 45 dias.

b.6) Marajó



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Em mais um exemplo de dispersão das oligarquias locais, o PP só faz encolher. Em primeiro lugar esse partido perdeu em 1994 para o PMDB⁸⁵ aquela que era sua maior liderança. A partir de 1998 deixa de apresentar lideranças da região para disputar as eleições. Em 2006 não tem prefeitos e fica com poucos vereadores no Marajó.

O PT apostou numa estratégia de manter o apoio às mesmas lideranças e na conquista de espaços municipais. De certa forma o crescimento partidário na região foi autóctone, pois não havia máquina de governo federal em que a legenda pudesse se apoiar. O mapa da região também mostra um avanço em uma área conservadora, acostumada a votar à direita no espectro político.

O DEM (ex PFL) passa por dois momentos. O primeiro nas eleições de 1990 e 1994, sob o controle de Alacid Nunes. Apesar de ser um partido concentrador de votos, está confinado em dois municípios, portanto sem poder disputar a hegemonia da ilha. Há um momento de transição, indicado nas eleições de 1998 e 2002, com o esvaziamento das últimas lideranças ligadas a Alacid. E o momento atual, com o DEM “engordando” com lideranças egressas de outros partidos.

⁸⁵ - Em 1990, Mário Couto elegeu-se pelo PDS. Em 1994 pelo PMDB. A partir de 1998 pelo PSDB.

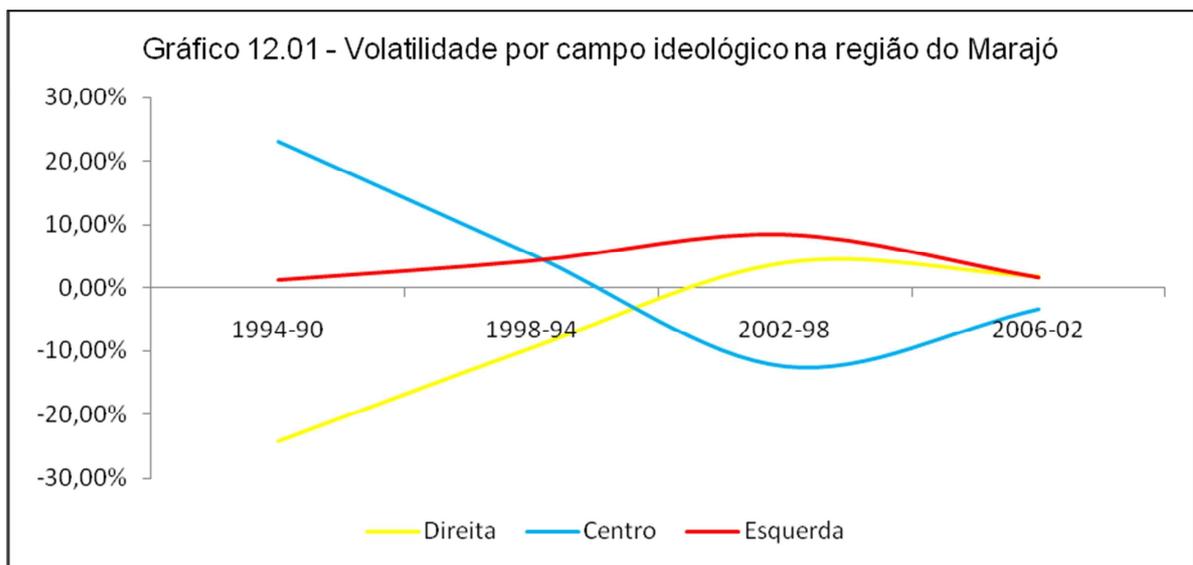
O PMDB vem encolhendo desde 1994. O PMDB cresceu em 1994 pela predação de uma liderança do PP. Depois foi perdendo lideranças e espaços municipais, além de ser oposição ao governo do Estado.

O PSDB faz sua velha tática. Preda lideranças e utiliza o “poder de convencimento” da máquina estadual. Além disso, predou a maior liderança do PMDB na região – que já havia saído do PP – e potencializou sua votação. Em 2006 fez eficiente estratégia de transferência de votos, mantendo a liderança regional.

Quadro 21: Volatilidade partidária na região do Marajó

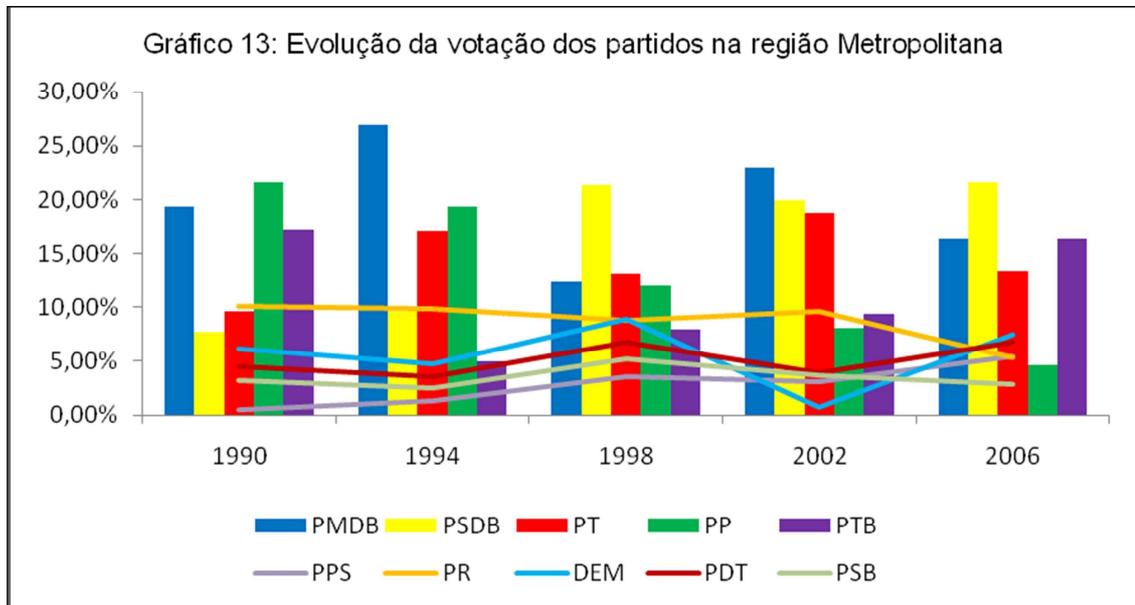
| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PMDB | 23,09% | -22,61% | -17,43% | -8,62% |
| PP | -5,63% | -10,80% | -1,41% | -0,27% |
| PTB | -13,05% | 0,03% | 2,76% | 3,47% |
| PFL | -4,98% | -0,55% | -4,52% | 7,70% |
| PL | -0,61% | 1,77% | 7,21% | -9,07% |
| PSB | -0,80% | 2,17% | 0,31% | -2,00% |
| PDT | -0,97% | 2,39% | 0,13% | 0,13% |
| PPS | 0,11% | 1,13% | 0,08% | 1,95% |
| PT | 1,96% | 1,01% | 8,11% | 1,69% |
| PSDB | 0,88% | 25,44% | 4,77% | 5,03% |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

b.7) Metropolitana



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Essa é a região mais instável de todas. Partido algum conseguiu ser o líder de votação por duas eleições seguidas. Isso tem a ver com o poder estadual, a prefeitura municipal e organização social. A região metropolitana concentra todas as forças partidárias que disputam o poder de estado. Mas, também, conta com organizações da sociedade civil que se mobilizam e ajudam a alterar resultados eleitorais.

O PP tem uma coerente trajetória descendente. De um confortável primeiro lugar em 1990, cai para um nono lugar em 2006. O que aconteceu com o PP é que desde a direita ideológica que era o PDS até o partido fisiológico que é hoje, outras legendas foram ocupando esse espaço, como o DEM e o PR.

O PT tem uma trajetória irregular na capital, mas nas eleições estudadas nunca foi invisível. Seu melhor desempenho foi em 2002, quando tinha a prefeitura.

O PTB, depois da queda de 1994 vem registrando subida. Assim como o PT, seus melhores desempenhos se dão quando tem o comando político da prefeitura de Belém.

O PMDB tem dois bons momentos. Em 1994 tinha o governo do Estado. Em 2002 a candidatura de Helder Barbalho desequilibra a disputa contra os partidos.

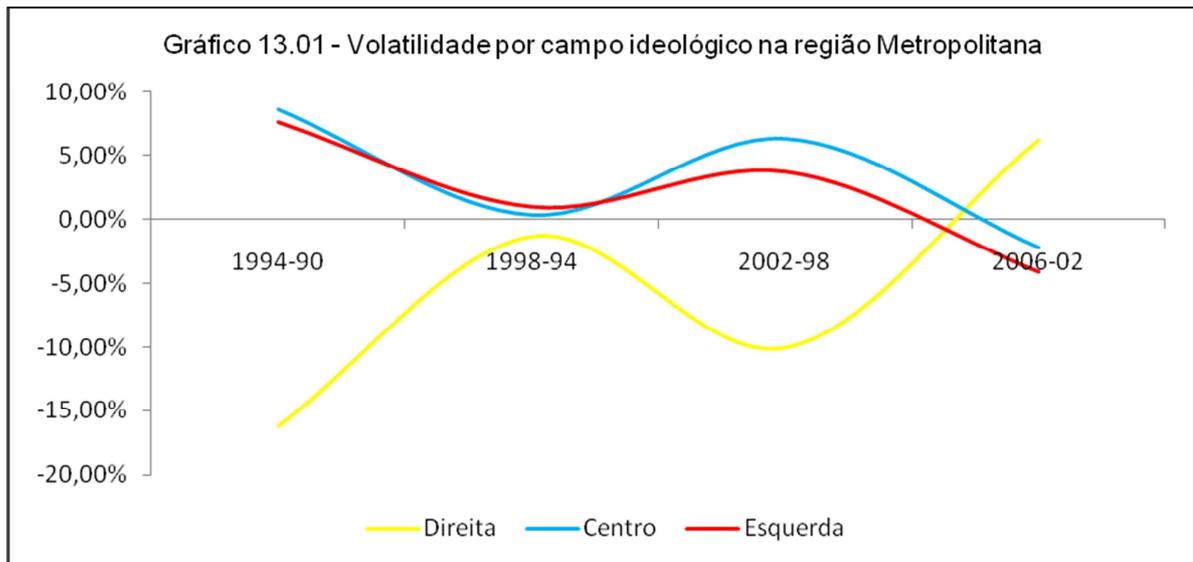
O PSDB combina três elementos para crescer sua votação: predação dos aliados, poder do governo do Estado e prefeituras municipais. Na condição de provedor de suprimentos, a máquina do governo federal, com seus órgãos, cargos e programas, em especial os de

assistência social. Se não houvesse acontecido a candidatura de Helder Barbalho em 2002, o PSDB teria conseguido emplacar três eleições em seguida como o partido mais votado. Naquele momento, das cinco prefeituras, esse partido tinha a titularidade de quatro.

Quadro 22: Volatilidade partidária na região Metropolitana

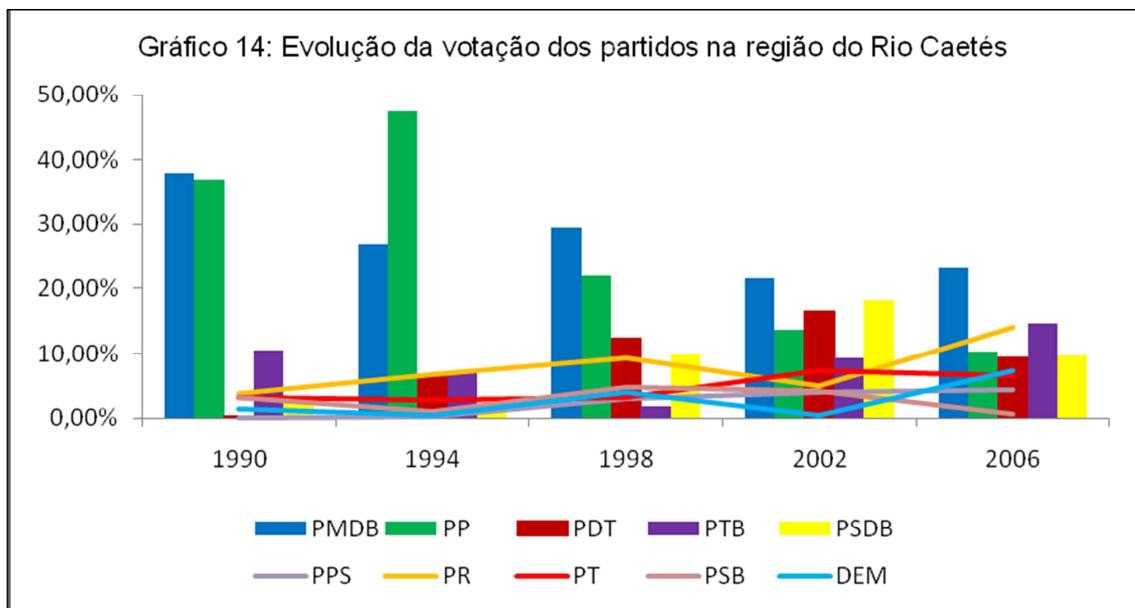
| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PP | -2,23% | -7,30% | -4,01% | -3,40% |
| PL | -0,24% | -1,15% | 0,81% | -4,18% |
| PMDB | 7,63% | -14,58% | 10,65% | -6,72% |
| PTB | -12,29% | 2,94% | 1,43% | 7,02% |
| PSB | -0,75% | 2,75% | -1,53% | -0,87% |
| PFL | -1,46% | 4,21% | -8,26% | 6,83% |
| PDT | -0,90% | 3,15% | -2,84% | 2,88% |
| PT | 7,42% | -3,98% | 5,70% | -5,54% |
| PPS | 0,93% | 2,19% | -0,47% | 2,33% |
| PSDB | 1,90% | 11,77% | -1,50% | 1,65% |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

b.8) Rio Caetés



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O Rio Caetés é uma região em que o PSDB não consegue se firmar. Aqui sua estratégia é a composição com outras forças, a fim de garantir boa votação para seus candidatos ao governo. Aqui o PSDB não tem nenhuma liderança autóctone. Por isso, a posição mediana desse partido nessa região.

O PP teve seu melhor momento nas eleições de 1994, quando teve candidato a governador com apoio do governo do Estado. A partir daí, foi decrescendo a participação eleitoral. E mais, nessa região o PP depende de única liderança para ter votos.

O PDT passa por uma situação parecida com o PP: depende de uma única liderança para ter votos.

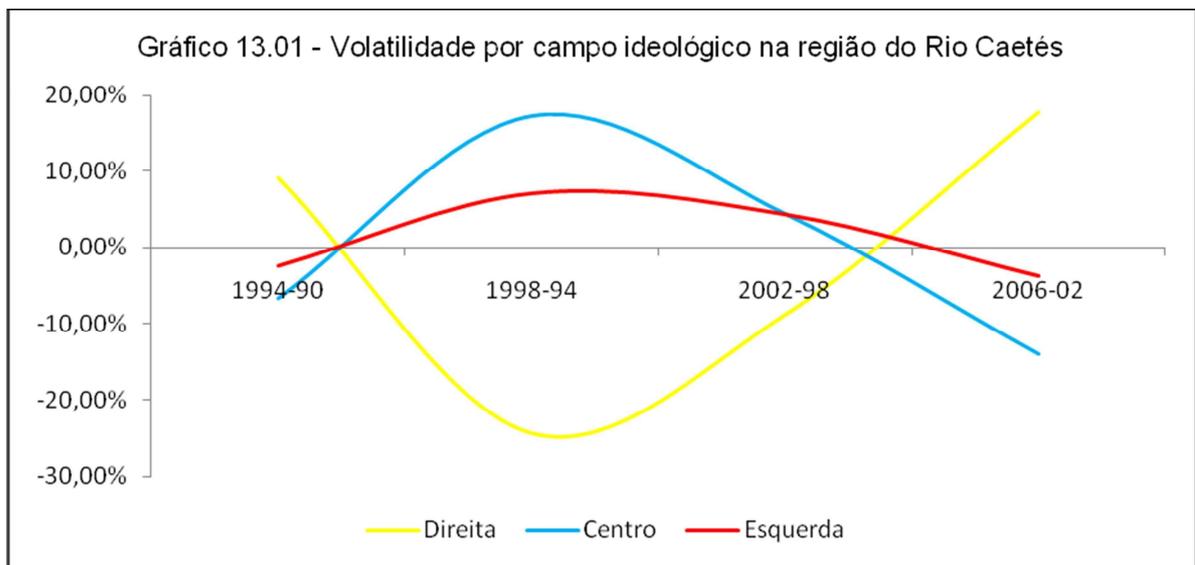
O PTB, apesar de estar na média dos mais votados, só conseguiu uma votação vistosa em 2006, graças à fusão com o PSD em 2003, o que possibilitou a adesão de lideranças da região ao partido.

O PMDB, como sempre, é vitimado pela síndrome do afastamento do governo. Mesmo contribuindo para projetar novas lideranças regionais, esse partido estagnou na faixa de 20%. Isso porque projeta as lideranças, mas não consegue mantê-las. Outros partidos, em especial o PSDB, acabam levando-as.

Quadro 21: Volatilidade partidária na região do Rio Caetés

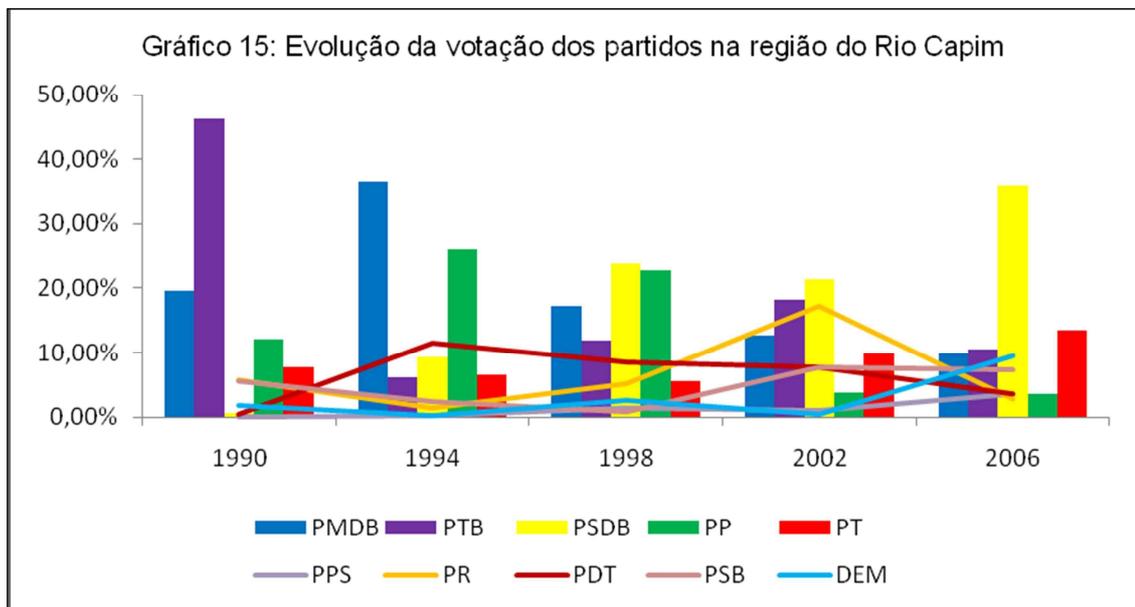
| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PP | 10,42% | -25,35% | -8,48% | -3,35% |
| PMDB | -11,05% | 2,69% | -7,87% | 1,51% |
| PSB | -2,27% | 3,80% | -0,63% | -3,47% |
| PT | -0,28% | 0,40% | 4,07% | -0,66% |
| PTB | -3,36% | -5,23% | 7,48% | 5,34% |
| PPS | 0,12% | 2,94% | 0,93% | 0,39% |
| PFL | -1,09% | 3,58% | -3,54% | 6,83% |
| PSDB | -1,63% | 8,61% | 8,27% | -8,53% |
| PDT | 6,05% | 6,02% | 4,03% | -6,96% |
| PL | 3,09% | 2,55% | -4,28% | 8,90% |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

b.9) Rio Capim



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Essa região se apresenta como “governista”. O partido que fica mais bem posicionado é aquele que está no governo ou é apoiado pelo governo estadual.

O PTB inicia a série como o mais votado na região. Em seguida, ao se apresentar como oposição ao PMDB tem uma queda abrupta e se recupera até 2006, quando volta a cair. O motivo dessa queda é a cooptação de lideranças petebistas pelo PSDB.

O PMDB primeiro cresce depois começa uma queda vertiginosa, quanto mais afastado do governo do Estado. Nessa região, o PMDB parece fadado a ir cada vez mais para uma posição secundária na política local.

O PT em 1994 e 1998 pagou o preço de não ter apoiado a eleição e reeleição de Almir Gabriel e encolhe sua participação eleitoral na região do Capim. A partir de 2002, aproveita a popularidade de Lula, as divergências na União Pelo Pará e a chegada ao poder estadual para potencializar seus votos.

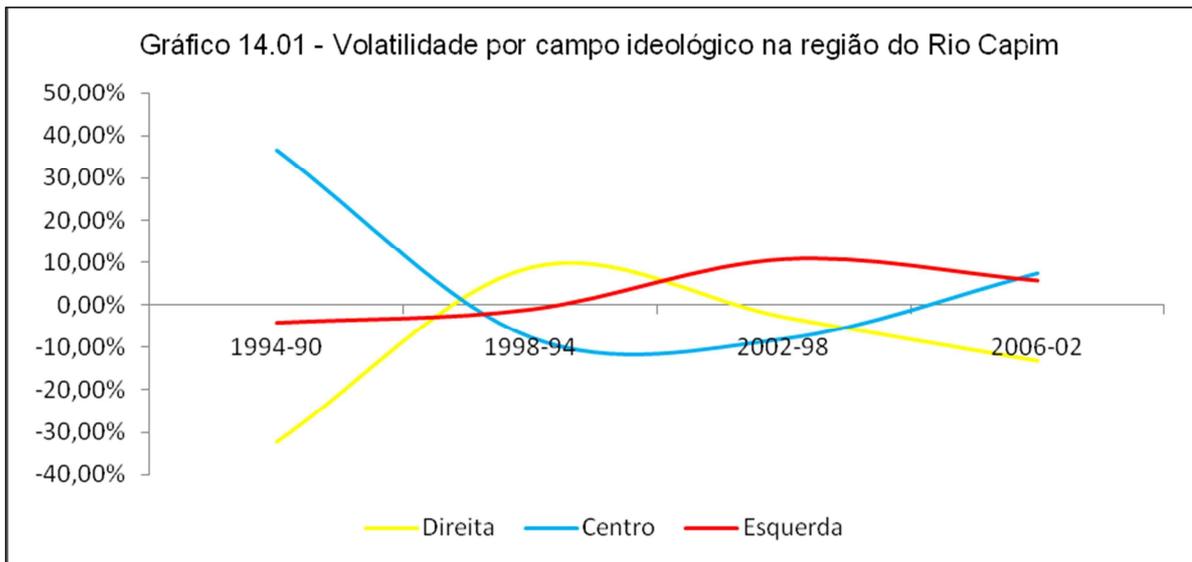
O PP, em função de, apesar de sempre governista, não tendo acesso ao núcleo de decisão do poder de Estado e sem “cabos eleitorais” fortes na região, vem perdendo eleitores e importância no Capim.

O PSDB aqui também mantém a prática de pregar as lideranças aliadas para crescer sua própria votação. A exceção foi em 2002, quando “exportou” lideranças ao PR, a fim de acomodar interesses internos e garantir seus quadros na ALEPA.

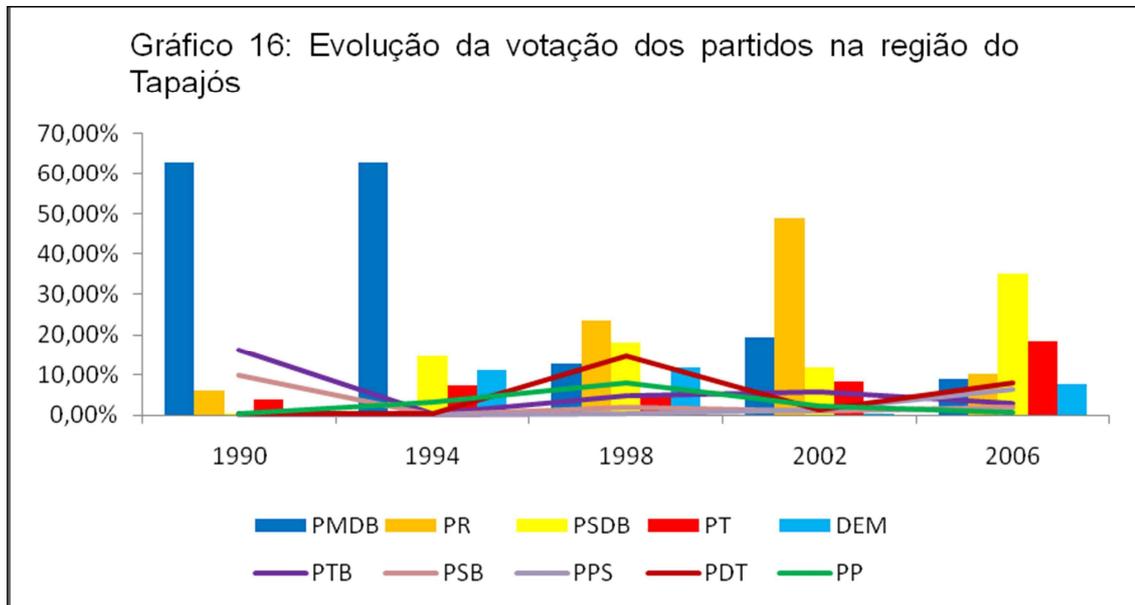
Quadro 22: Volatilidade partidária na região do Rio Capim

| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PTB | -40,15% | 5,75% | 6,39% | -7,82% |
| PMDB | 16,96% | -19,24% | -4,51% | -2,75% |
| PP | 13,86% | -3,21% | -19,02% | -0,14% |
| PL | -4,34% | 3,73% | 12,05% | -14,32% |
| PSB | -3,11% | -1,58% | 6,95% | -0,49% |
| PDT | 10,90% | -2,89% | -0,75% | -4,14% |
| PPS | 0,12% | 1,33% | -0,49% | 2,57% |
| PT | -1,33% | -0,92% | 4,33% | 3,61% |
| PFL | -1,63% | 2,42% | -2,32% | 9,13% |
| PSDB | 8,72% | 14,62% | -2,64% | 14,35% |

Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.



b.10) Tapajós



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O PMDB sustentou a maior votação na região por duas eleições seguidas, graças a uma liderança local. A partir de 1998, essa liderança emagrece politicamente em função do giro da economia local do garimpo⁸⁶ para a extração madeireira. Tal “viragem” na economia se reflete com a volta dessa liderança à disputa em 2006, mas mesmo assim o PMDB continua em escala descendente no Tapajós.

O PR inicia sua trajetória na região apoiando lideranças exógenas, o que levou ao seu desaparecimento no mapa eleitoral em 1994. A partir de 1998, lança lideranças locais, uma estratégia regionalmente bem sucedida, regionalmente. No entanto sua condição de caudatário do PSDB o impede de ascender a governos locais e o volta a encolher 2006.

Mais uma vez o PSDB se firma numa região a partir de predação de lideranças dos outros partidos. No caso em tela, as “vítimas” foram o PMDB e o PR. Nessa região, inclusive, o PSDB demorou a se firmar, tendo partido do nada à liderança, com um intervalo com porte secundário.

⁸⁶ Em reportagem especial para O Liberal em 14 de setembro de 1997 (Painel, pg 13), José Maria Piteira relata a entrada de empresas mineradoras nas áreas de garimpo e a expulsão dos garimpeiros que se utilizam da lavra manual para extração de ouro. Em “Vereadores investigam ação de mineradoras – empresas estrangeiras estariam entrando ilegalmente na Região Garimpeira do Tapajós”, Piteira reproduz a fala da presidente da CPI: “O que está em jogo são a vida e o trabalho de milhares de garimpeiros, que certamente não vão aceitar pacificamente perder seu meio de sobrevivência”. São palavras da vereadora Maria Rosa (PSDB).

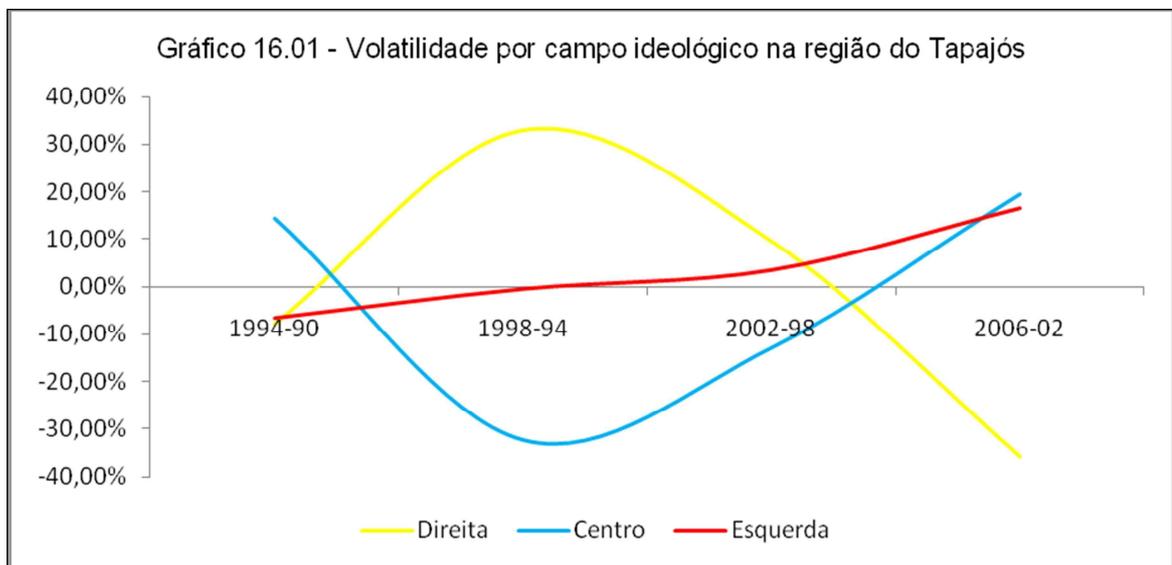
O PT em 1998 foi penalizado eleitoralmente não tendo apoiado a candidatura de Almir Gabriel à reeleição⁸⁷. No entanto, a partir de 2002, ancorado em Lula e no governo federal, esse partido volta a ser importante na região.

O DEM se comporta erraticamente. Só se destaca na região quando lança lideranças da área.

Quadro 23: Volatilidade partidária na região do Tapajós

| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PMDB | 0,04% | -50,17% | 6,84% | -10,52% |
| PTB | -15,88% | 4,55% | 1,12% | -2,91% |
| PSB | -9,87% | 1,72% | -0,89% | 1,06% |
| PP | 2,92% | 4,57% | -5,60% | -1,71% |
| PL | -5,98% | 23,29% | 25,53% | -38,87% |
| PPS | 0,00% | 0,44% | 0,72% | 5,28% |
| PFL | 11,07% | 0,45% | -11,60% | 7,61% |
| PDT | 0,00% | 14,48% | -13,59% | 6,81% |
| PT | 3,39% | -2,60% | 3,65% | 10,09% |
| PSDB | 14,31% | 3,27% | -6,19% | 23,16% |

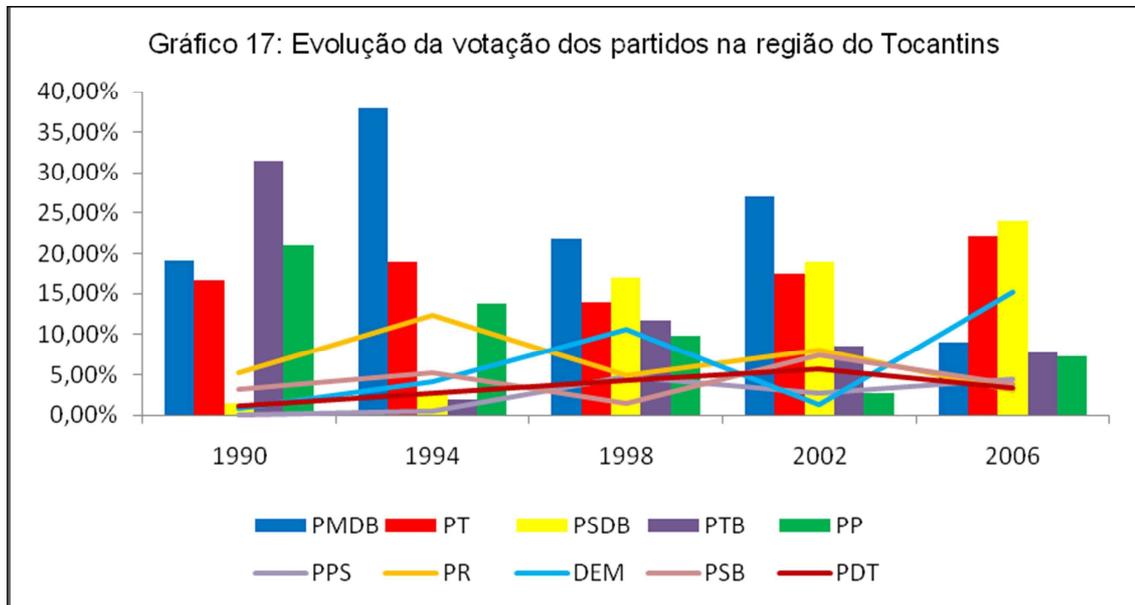
Fonte: TSE/TRE-PA. Elaboração do autor.



Fonte: TSE/TRE-PA. Elaboração do autor.

⁸⁷ - Em virtude da política levada a cabo na década de 1990, construção de um “campo democrático e popular”, o PT se aproximou de partidos como PSDB, PDT, PSB e setores do PMDB. Escudado nessa inflexão teórica, o partido integra várias administrações na região. Com as divergências levadas a cabo em 1998, os petistas têm que escolher entre o partido ou seus cargos nas prefeituras.

b.11) Tocantins



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Exceto por 2006, o PMDB é uma força decisiva nessa região. Inclusive na condição de força opositora se manteve por duas eleições como o partido mais votado. Essa performance se explica em função das ramificações municipais desse partido. Em 2006 perdeu lideranças para o PSDB e o DEM, além de já não contar com tantas prefeituras.

O PSDB foi crescendo a princípio a partir de suas próprias forças, como na região do Carajás. Depois usando a máquina do governo do Estado. Por fim, fazendo a predação pura e simples. Tanto de lideranças estaduais como de dirigentes municipais.

O bom momento do PTB na região foi em 1990, quando teve um candidato competitivo ao governo do Estado. A partir daí, encolheu e se estabilizou. Nunca teve grande presença nas máquinas municipais.

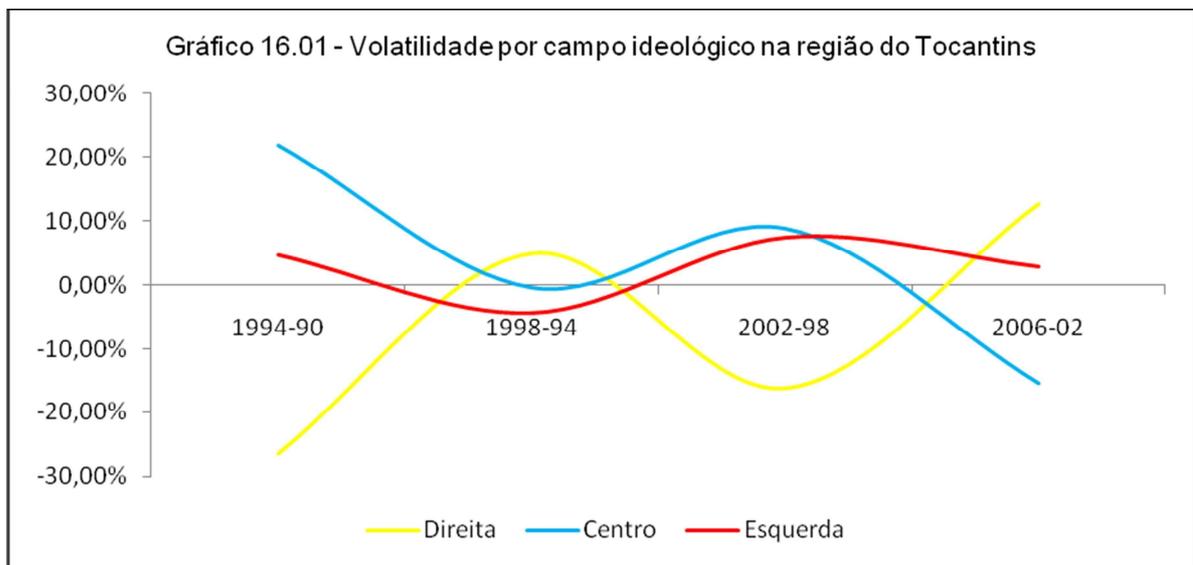
O PP vinha encolhendo e deu uma guinada em 2006. Isso pode ser atribuído à incorporação de mais lideranças da região em sua chapa, além de ter crescido nas prefeituras e câmaras municipais.

O PT teve interrompida sua trajetória ascendente em 1998 em função de não ter apoiado a candidatura de Almir Gabriel à reeleição. A partir de 2002, impulsionado pela popularidade de Lula e pelo aparelho do governo federal, esse partido volta a crescer e hoje chega a disputar a liderança regional.

Quadro 26: Volatilidade partidária na região do Tocantins

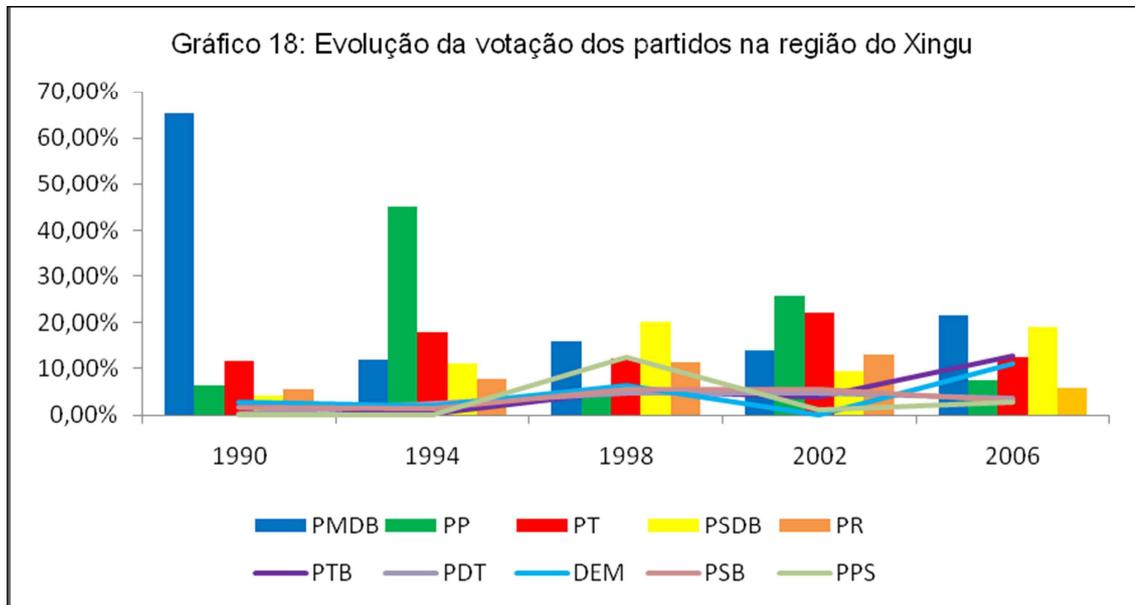
| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PTB | -29,64% | 9,88% | -3,13% | -0,78% |
| PP | -7,33% | -3,95% | -7,17% | 4,68% |
| PMDB | 18,89% | -16,07% | 5,18% | -18,11% |
| PL | 7,14% | -7,52% | 3,29% | -5,19% |
| PSB | 2,04% | -3,74% | 6,04% | -3,67% |
| PDT | 1,63% | 1,55% | 1,51% | -2,33% |
| PPS | 0,40% | 4,35% | -2,09% | 1,78% |
| PT | 2,27% | -5,04% | 3,54% | 4,76% |
| PFL | 3,28% | 6,47% | -9,29% | 13,91% |
| PSDB | 1,33% | 14,07% | 2,12% | 4,95% |

Fonte: TSE/TRE-PA



Fonte: TSE/TRE-PA. Elaboração do autor.

b.12) Xingu



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O primeiro encolhimento do PMDB se dá em função de um “fortalecimento” de partidos de sua base aliada para as eleições de 1994. Em seguida, o partido se estabiliza e tem um crescimento em 2006 em função da volta de uma liderança regional à disputa do legislativo estadual.

O PP cresce e diminui ao sabor das conveniências das lideranças locais que o usam como “ponto de passagem”. Tanto assim que os candidatos que lhe permitiram ter boas votações em 1994 e 2002 hoje estão no PSDB.

O PSDB começa crescendo a partir de suas próprias forças para em seguida cair, fruto de perdas de lideranças locais que se ausentam da disputa legislativa. Em 2006 cresce, mas sua principal votação é para candidatos de fora da região, amparados na máquina do governo estadual e nas prefeituras municipais no Xingu.

Já o PR sempre manteve sua votação na região em candidatos de fora. Como conseguiu? Basicamente candidatos com mandatos e “indicados” pelo governo do Estado. Especialmente no período 1998-2006, os prefeitos alinhados ao PSDB “reservam” um espaço da administração municipal para indicação dos deputados do PR.

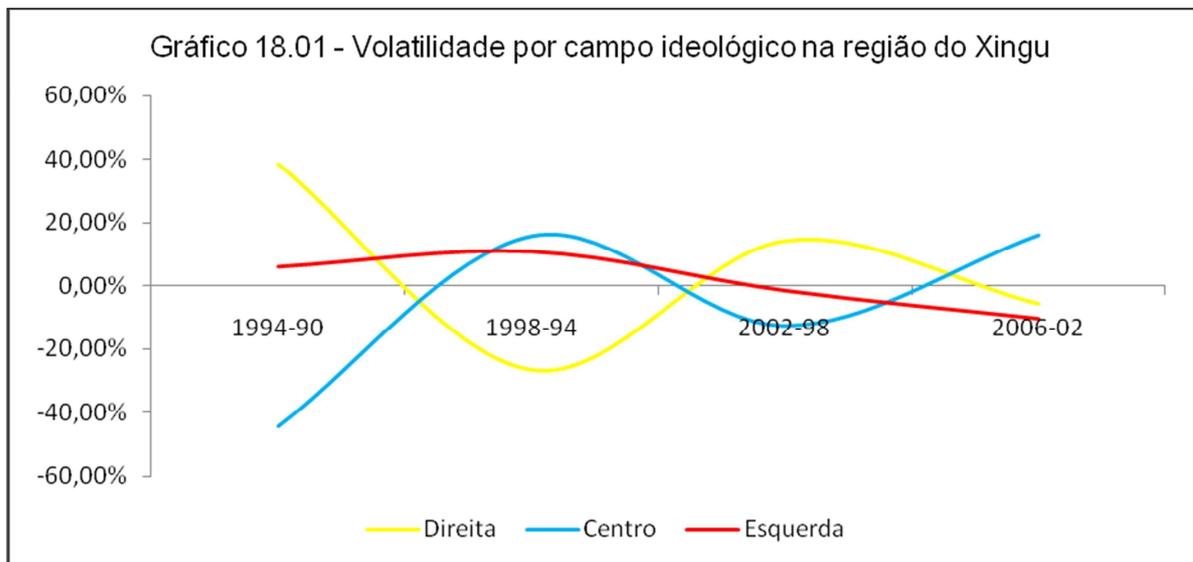
O PT paga - também nessa região - em 1998, o preço de não ter apoiado a candidatura à reeleição de Almir Gabriel. Cresce em 2002, baseado no desgaste tucano. Mas em 2006 perde significativa parcela de seus votos. Essa perda de eleitores se dá em função do partido

não ter conseguido esclarecer a política de proteção ambiental do Governo Lula. Como a economia regional é fortemente baseada na extração de madeira, disseminou-se a idéia de que as RESEX seriam um instrumento para tirar todos da terra, desde o grande latifundiário ao pequeno criador. As alterações nos projetos e na forma de tratamento do assunto não foram percebidas como fruto do diálogo entre o governo e a sociedade e sim como resultado da resistência peessedebista.

Quadro 27: Volatilidade partidária na região do Xingu

| Legenda | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|---------|---------|---------|---------|---------|
| PMDB | -53,53% | 4,07% | -1,83% | 7,44% |
| PL | 2,31% | 3,57% | 1,78% | -7,37% |
| PT | 6,17% | -5,79% | 9,95% | -9,55% |
| PP | 38,74% | -39,39% | 19,85% | -18,05% |
| PSB | -0,25% | 4,20% | 0,00% | -2,49% |
| PPS | 0,10% | 12,40% | -11,46% | 1,69% |
| PDT | 2,26% | 2,30% | -0,12% | -0,98% |
| PFL | -0,94% | 4,47% | -6,19% | 10,95% |
| PTB | -1,82% | 4,86% | -1,21% | 8,81% |
| PSDB | 6,95% | 9,32% | -10,77% | 9,54% |

Fonte: TSE/TRE-PA. Elaboração do autor.



Fonte: TSE/TRE-PA. Elaboração do autor.

c) Condensando as informações do capítulo.

c.1) Volatilidade dos blocos ideológicos.

Em primeiro lugar, é necessário discutir a volatilidade dos blocos ideológicos. A partir do que foi discutido no Capítulo V, em nossa seleção há quatro partidos de direita (PP, PTB, PR e DEM); três de centro (PDT, PMDB e PSDB) e três de esquerda (PT, PPS e PSB).

Aplicando a fórmula, podemos discorrer que há três modelos de comportamento para as orientações ideológicas.

O primeiro modelo seria os comportamentos em que duas orientações têm a mesma tendência de subir e descer juntas. A primeira consequência sobre a orientação excluída é que ela se comporta como opositora ao par, ou seja, sua curva desce quando o par sobe e sobe quando o par desce. A segunda consequência é que os pontos da orientação excluída não se põem entre as duas linhas das orientações de par.

No primeiro modelo, nas regiões do Araguaia e do Marajó, esquerda e direita fazem o par simétrico e o centro é a orientação excluída. Nessas regiões as radicalizações acabam por beneficiar ou isolar o centro. Na região Metropolitana, Rio Caetés e Tocantins, o par simétrico é formado pela esquerda e pelo centro. A interpretação que pode ser dada é que quando há movimentos sociais fortes ou distribuição de renda a direita perde espaço. Já em situações mais difíceis do ponto vista social a direita cresce.

O segundo modelo mostra a tendência de duas orientações se comportarem sempre em oposição. Ou seja, quando uma curva sobe a outra desce. Nesse caso, quando as curvas são relativamente próximas, um dos pontos da curva da orientação excluída está entre as duas curvas. Quando as curvas são distantes, toda a curva do terceiro excluído está entre as duas curvas, com tendência a se apresentar como reta.

No segundo modelo, nas regiões do Rio Guamá, Tapajós e Xingu, centro e direita fazem os pares assimétricos. Já para as regiões do Baixo Amazonas, Lago Tucuruí e Rio Capim, os pares assimétricos são a esquerda e o centro. A orientação excluída aumenta ou diminui sua volatilidade à custa de uma das orientações do par assimétrico, enquanto a outra fica relativamente estável.

O terceiro modelo é da ausência de par. Ou seja, não existe comportamento de duas orientações ideológicas terem a mesma direção de curva ou de se comportarem como curvas opostas. Não há de se falar aqui em orientação excluída.

Nesse modelo Carajás está solitário. O que talvez explique o comportamento dessa região é a sua característica de receber muitas levas migratórias, o que não estabiliza as disputas políticas e ideológicas, pois os atores estão em permanente renovação.

c.2) A volatilidade dos partidos

Estudando apenas os movimentos isolados dos partidos nas regiões, procuramos os dois partidos que tiveram as melhores médias e os dois com piores médias de volatilidade por região. Ao fazer esse estudo, constatamos que o PSB não se encontra em nenhuma dessas zonas, o que corrobora a percepção de estabilidade precária desse partido.

Entre os melhores, o PSDB só não se destaca na região do Rio Caetés. Isso demonstra, mais uma vez, a capacidade que esse partido teve de se estadualizar a partir do aparato do Estado. Em seguida vem o PT, com boa média em cinco regiões. Fazer oposição ao governo estadual rendeu frutos. Por fim, vem o PFL, com significância em quatro regiões, o que também pode ser um indicativo dos bons frutos colhidos por estar ao lado do governo.

PPS, PL, PDT e PTB, cada um surge cada uma vez. PMDB e PP não aparecem nesse grupo.

Pelos piores, quem perdeu mais espaço foi o PMDB, com destaque negativo em nove regiões. Reflexos da perda de poder. O PP vem em seguida, com queda em oito regiões. Esse partido sempre foi governista. O que talvez explique essa queda de desempenho é a predação que o PSDB fez em suas bases, especialmente a partir de 2000.

PTB, com queda em quatro regiões, PL, encolhendo em duas e o PDT com uma fecham esse grupo. Já o PSDB, PT, PFL e PPS não participam desse grupo.

c.3) A concentração dos votos

Estabelecendo um critério de concentração do voto, vemos no quadro abaixo, pouca discrepância quanto à quantidade de partidos necessários para contar com 75% (utilizando parâmetros de Jean Blondel, *apud* Nicolau, 1996; 31) dos votos em disputa:

Tabela 01: Quantidade de partidos que concentram 75% dos votos nas eleições de deputado estadual no Pará

| Região | 1990 | | 1994 | | 1998 | | 2002 | | 2006 | |
|----------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | Geral | Sel. |
| ARAGUAIA | 5 | 3 | 2 | 2 | 4 | 4 | 6 | 6 | 6 | 4 |
| BAIXO AMAZONAS | 5 | 4 | 4 | 4 | 6 | 6 | 6 | 4 | 6 | 5 |
| RIO CAETÉS | 5 | 3 | 3 | 3 | 6 | 5 | 6 | 5 | 7 | 6 |
| RIO CAPIM | 4 | 3 | 5 | 4 | 5 | 4 | 6 | 5 | 6 | 5 |
| CARAJÁS | 5 | 4 | 4 | 4 | 5 | 4 | 4 | 4 | 5 | 4 |
| GUAMÁ | 5 | 3 | 4 | 3 | 5 | 5 | 6 | 4 | 5 | 4 |
| LAGO TUCURUÍ | 4 | 3 | 4 | 3 | 3 | 3 | 5 | 5 | 6 | 5 |
| MARAJÓ | 5 | 4 | 3 | 2 | 4 | 3 | 5 | 4 | 5 | 4 |
| METROPOLITANA | 7 | 5 | 6 | 5 | 8 | 6 | 6 | 5 | 8 | 6 |
| TAPAJÓS | 3 | 2 | 4 | 2 | 5 | 5 | 3 | 3 | 5 | 5 |
| TOCANTINS | 5 | 4 | 4 | 4 | 6 | 6 | 6 | 5 | 6 | 5 |
| XINGÚ | 3 | 2 | 4 | 4 | 6 | 6 | 6 | 5 | 6 | 5 |
| Geral | 6 | 5 | 6 | 5 | 7 | 6 | 7 | 5 | 6 | 5 |

Fonte: TRE-TSE. Elaboração do autor

Por trás de uma aparente estabilidade expressa nos índices gerais, há uma clara movimentação das votações nas regiões, alterando consideravelmente a quantidade de agremiações que agregam os 75% dos votos, dispersando os 25% entre as organizações restantes. Considerando que no Pará concorreram entre 16 e 28 partidos a cada pleito e ainda assim, o número de organizações necessárias não passou de oito, conclui-se que o eleitor paraense vota de forma concentrada, com forte tendência à oligopolização.

As regiões com maior tendência à oligopolização do voto são o Tapajós, Lago Tucuruí e Marajó. Já as com maior dispersão são a Metropolitana, o Baixo Amazonas, o Rio Caetés e o Tocantins.

Na comparação partidos selecionados X geral a primeira constatação é a de que a região metropolitana desequilibra o índice geral. Os índices das demais regiões, em regra são bem menores que o índice geral, enquanto a tendência da Metropolitana é se igualar ou ser maior que o índice geral.

Um fato que chama atenção é a tendência dos índices para os partidos selecionados serem iguais ou uma unidade menor que o índice geral. Mais uma vez, está claro que os partidos selecionados abarcam a maior parte do eleitorado. As únicas regiões em não houve coincidência em nenhum momento no número de partidos que concentram o eleitorado foram o Marajó e a Metropolitana. As regiões Araguaia (duas vezes) e Metropolitana (três vezes)

foram as única em que a diferenças entre os partidos selecionados e o geral foi de duas unidades.

c.4) Os partidos efetivos

Tabela 02: Partidos efetivos por região, nas eleições ocorridas no Pará para o cargo de deputado estadual:

| Região | 1990 | | 1994 | | 1998 | | 2002 | | 2006 | |
|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Geral | Sel. |
| ARAGUAIA | 5,48 | 4,27 | 2,60 | 2,39 | 4,00 | 3,89 | 8,40 | 7,61 | 7,61 | 4,57 |
| BAIXO AMAZONAS | 6,08 | 4,56 | 4,61 | 4,17 | 7,28 | 7,19 | 6,61 | 5,01 | 8,38 | 7,20 |
| CARAJÁS | 6,40 | 4,35 | 5,48 | 4,47 | 5,32 | 4,87 | 5,75 | 5,09 | 5,74 | 4,74 |
| GUAMÁ | 6,06 | 4,41 | 4,59 | 4,03 | 6,51 | 6,00 | 8,00 | 6,13 | 7,28 | 5,86 |
| LAGO TUCURUÍ | 4,56 | 3,47 | 4,23 | 3,65 | 4,21 | 3,89 | 7,39 | 6,87 | 8,58 | 6,70 |
| MARAJÓ | 6,18 | 4,36 | 2,88 | 2,48 | 4,55 | 4,11 | 5,97 | 4,99 | 5,44 | 4,62 |
| METROPOLITANA | 9,44 | 6,85 | 7,58 | 6,06 | 9,97 | 8,12 | 8,40 | 6,40 | 9,86 | 7,34 |
| RIO CAETÉS | 5,89 | 3,39 | 4,21 | 3,21 | 6,77 | 5,69 | 8,76 | 6,89 | 9,17 | 7,41 |
| RIO CAPIM | 4,92 | 3,58 | 5,17 | 4,33 | 6,53 | 5,98 | 8,18 | 6,76 | 6,90 | 5,39 |
| TAPAJÓS | 3,14 | 2,30 | 3,15 | 2,30 | 7,18 | 6,69 | 3,48 | 3,31 | 6,17 | 5,21 |
| TOCANTINS | 6,21 | 4,72 | 5,39 | 4,54 | 7,73 | 7,31 | 7,21 | 6,09 | 7,79 | 6,47 |
| XINGÚ | 3,58 | 2,21 | 4,21 | 3,71 | 8,30 | 7,97 | 7,55 | 5,97 | 7,81 | 7,17 |
| Geral | 8,05 | 5,82 | 6,34 | 5,19 | 9,03 | 7,96 | 8,80 | 6,92 | 9,20 | 7,12 |

Fonte: TSE-TRE-Pa. Elaboração do autor.

O quadro acima demonstra claramente que de maneira geral o Pará tem um sistema altamente fragmentado, indo de 8,02 partidos efetivos em 1990 para 9,20 em 2006. Mesmo sendo um quadro altamente fragmentado, há de se concluir que ele traz uma marca de certa estabilidade, pois aumentou em apenas uma unidade a quantidade partidos efetivos.

Entretanto ao se analisar as regiões, vemos essa evolução de forma mais lenta. Apenas as regiões do Carajás, Metropolitana e a Tocantina sempre foram altamente fragmentadas. Inclusive a metropolitana teve pouca alteração de perfil, se mantendo abaixo de 10 partidos efetivos em toda a linha do tempo.

Lago Tucuruí foi a região que mais tempo permaneceu com baixa fragmentação, por três eleições em seguida, para depois “explodir” rumo à alta fragmentação.

Quando comparados os partidos efetivos num apanhado geral com os partidos efetivos selecionados, quis-se saber se haveria correspondência nos números. Quanto mais próximo o indicador geral esteve dos selecionados, mais seriam os partidos selecionados em cada região. Estabeleceu-se que a medida ideal seria uma unidade de afastamento.

No critério de proximidade, foi na eleição de 1998 na região do Baixo Amazonas que houve mais identidade. A diferença foi de 0,09. Nessa eleição os dez partidos selecionados foram os dez mais votados na região e juntos tiveram 99,39% dos votos. No entanto o Tapajós foi única região em que nas cinco eleições a diferença ficou abaixo de 1,00. O Marajó vem em seguida, com quatro eleições abaixo de 1,00. Araguaia e Lago Tucuruí fecham a lista das proximidades à unidade, com três eleições abaixo de 1,00. Entretanto a maior diferença se encontra no Araguaia, em 2006, 3,04. Os partidos selecionados representavam apenas 68,86% dos votos da região.

As regiões Metropolitana e Rio Caetés em todas as eleições tiveram as diferenças acima de 1,00. As demais regiões mantiveram com três eleições acima da unidade e duas abaixo.

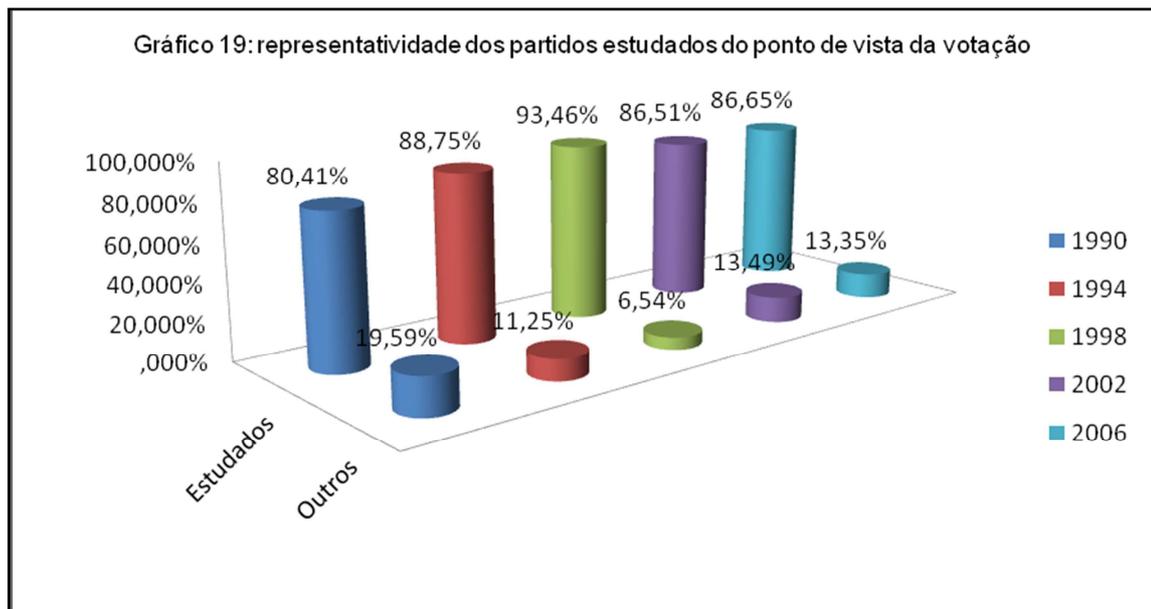
1990 foi a eleição em que todas as regiões, à exceção do Tapajós estiveram acima da unidade na diferença entre geral e selecionado. Naquele ano, partidos como o PDC e PRN tinham força em diversas regiões do Estado. 1998 apenas duas regiões estiveram acima da unidade. Foi o momento do PSD ser o diferencial.

Cruzando os dados de concentração eleitoral com fragmentação partidária, temos os sistemas regionais, tomados em sua totalidade com multipartidários, sem partido predominante, com baixa polarização e alta fragmentação (Jean Blondel e Sartori, *apud* Nicolau, 1996; 31-33).

VII – As alterações das votações partidárias nas regiões.

a) Representatividade dos partidos estudados.

Abaixo apresento a proporção dos votos entre os partidos selecionados para esse estudo e os partidos excluídos. Mesmo tendo 25 organizações partidárias fora da análise, em média temos 87% dos eleitores representados na presente dissertação.

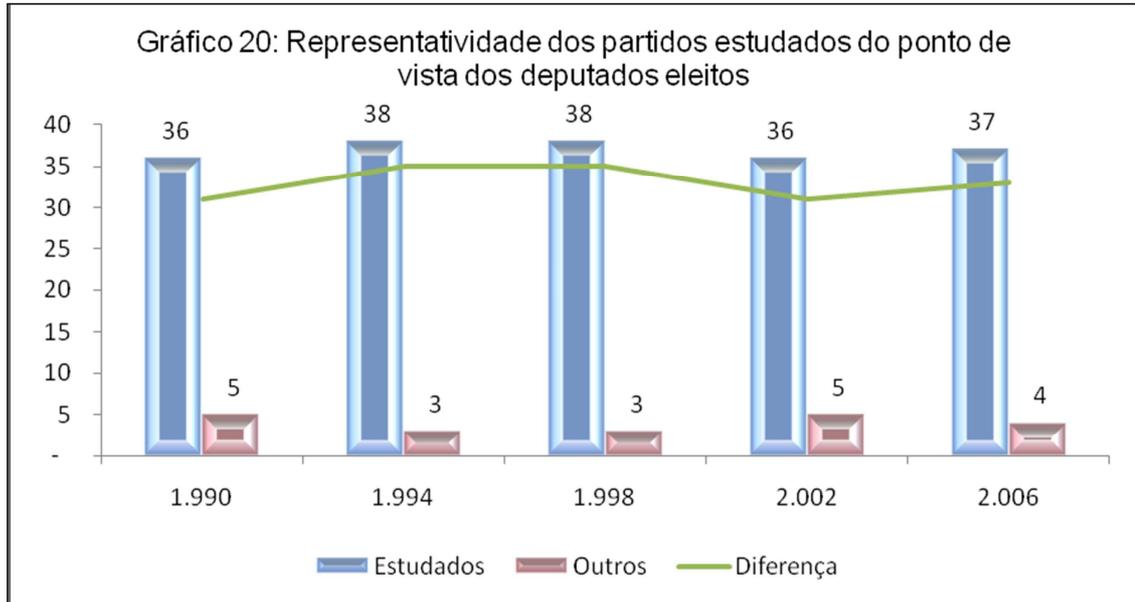


Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Quando se analisa a composição dos votos excluídos, vê-se que a maioria deles foi depositada nos partidos de direita, que se prestaram à condição de “barriga de aluguel”. Ou seja, partidos que serviram a interesses específicos, de políticos com poucas chances em agremiações maiores.

Em 1998, o recurso das legendas de aluguel praticamente não foi usado. Nessa eleição, apenas o PSD se prestou a esse papel, entre as legendas que elegeram parlamentares. As demais lideranças disputaram pelas legendas efetivamente competitivas.

Abaixo, as relações entre os deputados eleitos pelas legendas selecionadas e as excluídas. Observa-se que em média 37 parlamentares foram eleitos pelas legendas selecionadas e apenas quatro pelos partidos excluídos.

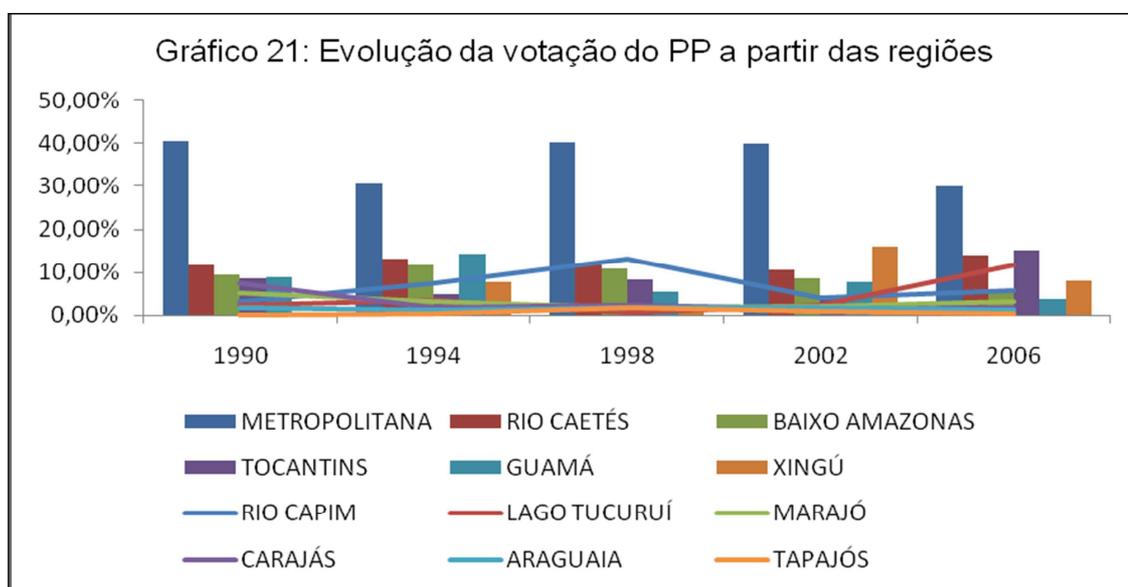


Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

b) Os partidos selecionados.

Nessa etapa, vamos analisar as alterações das composições de votos dos partidos. Para efeito da análise, selecionaremos as regiões que somam 75% da votação partidária, que estarão representados em forma de coluna. As demais regiões estão representadas em forma de linha. Para efeito de medir a irradiação da influência de cada partido, vamos considerar que têm votação concentrada aqueles em que os 75% limitam-se a três regiões. Já os que distribuem os 75% em seis regiões ou mais serão considerados com votação dispersa. Partidos com 75% dos votos em quatro ou cinco regiões serão avaliados como medianos, em termos de dispersão/concentração.

b.1) PP - Partido Progressista



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O PP começa, em 1990, a série tendo a maioria de seus votos na região metropolitana, elegendo quatro de seus sete deputados estaduais nessa região. Em 1994, apesar da queda relativa, metade de sua bancada vem, de novo, da Metropolitana. Em 1998 há o primeiro encolhimento da bancada, mas a metropolitana continua hegemônica na bancada eleita. Em 2002 e 2006, apesar de continuar sendo a maior provedora de votos do PP, a região Metropolitana já não elege deputados pela legenda.

A região do Rio Caetés além de dar contribuição importante para a composição dos votos do PP, em todos os pleitos elegeu um candidato pela legenda.

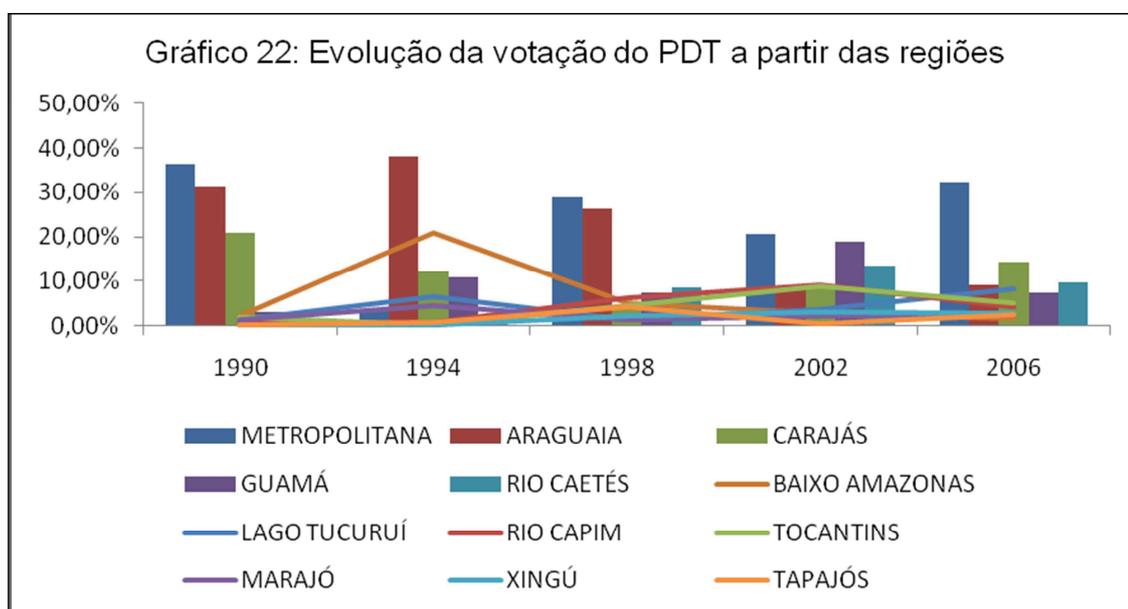
A região do Baixo Amazonas por três eleições elegeu parlamentares pela legenda. Em 2002 e 2006 essa região não conseguiu mais representantes por essa região.

O Tocantins, mesmo sendo importante na composição de votos da legenda, não conseguiu eleger um deputado pelo PP.

O Guamá tem decrescido em importância na composição de votos do PP, mas já houve um deputado dessa região eleito pela legenda.

A exemplo do Tocantins, o Tapajós ainda não conseguiu ter um deputado eleito pelo PP.

b.2) PDT – Partido Democrático Progressista



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

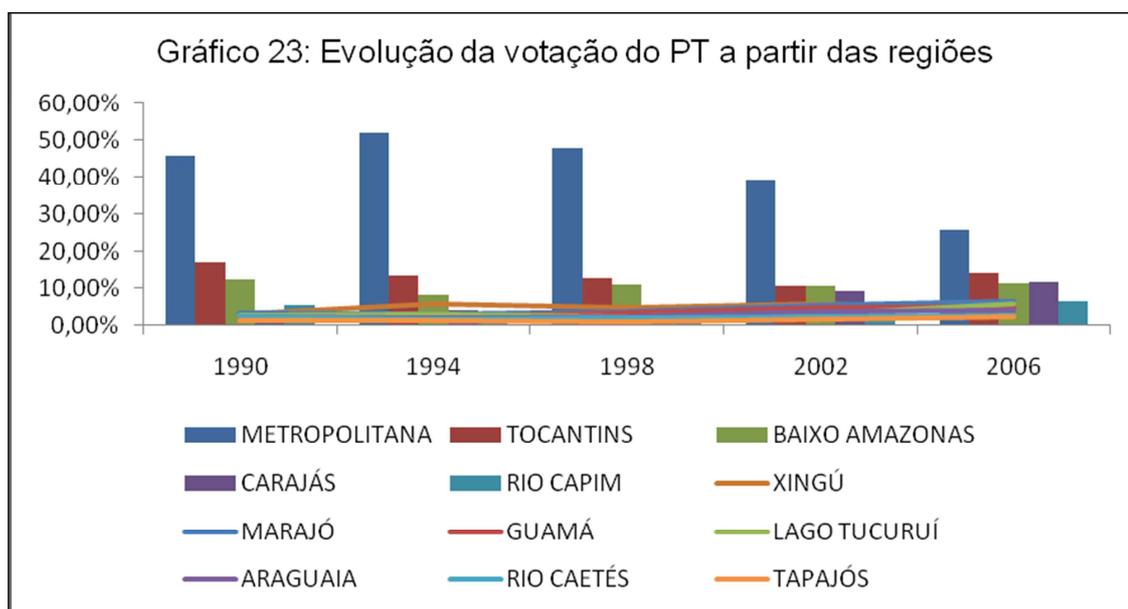
A região Metropolitana sempre foi importante provedora dos votos do PDT. No entanto, contraditoriamente, apenas em 2006 elegeu um deputado pela legenda, graças à migração de um parlamentar para esse partido. A explicação é simples: os candidatos das outras regiões também têm votos na Metropolitana. Além disso, o caráter compartilhado da votação metropolitana – em termos de PDT – acaba por impedir o acesso de lideranças partidárias.

A região Araguaia até 1998 pode ser considerada a mais importante fonte de votos do PDT, sempre elegendo deputados por essa legenda. A partir de 2002 se encolhe em importância e já não elege parlamentares pela legenda. Foi o preço que o PDT pagou em ir para a oposição ao governo Almir Gabriel.

O Rio Guamá já elegeu um parlamentar pela legenda do PDT, mas depois da saída desse deputado, essa região tem perdido importância.

O Caetés, mesmo perdendo importância relativa, tem seguidamente eleito um parlamentar pelo PDT.

b.3) PT – Partido dos Trabalhadores



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Até 2002, a região metropolitana, além de representar a maior votação do PT elegia pelo menos a metade da bancada desse partido. Em 2006 esse fato não se repetiu. Uma parte disso é explicada pelo deslocamento de lideranças para as disputas de outros cargos. O que explica a hegemonia da região metropolitana em termos de cadeiras é a organização interna em tendências transforma as demais regiões em “correia de transmissão” das candidaturas da capital, gerando capilarização das estruturas de campanha.

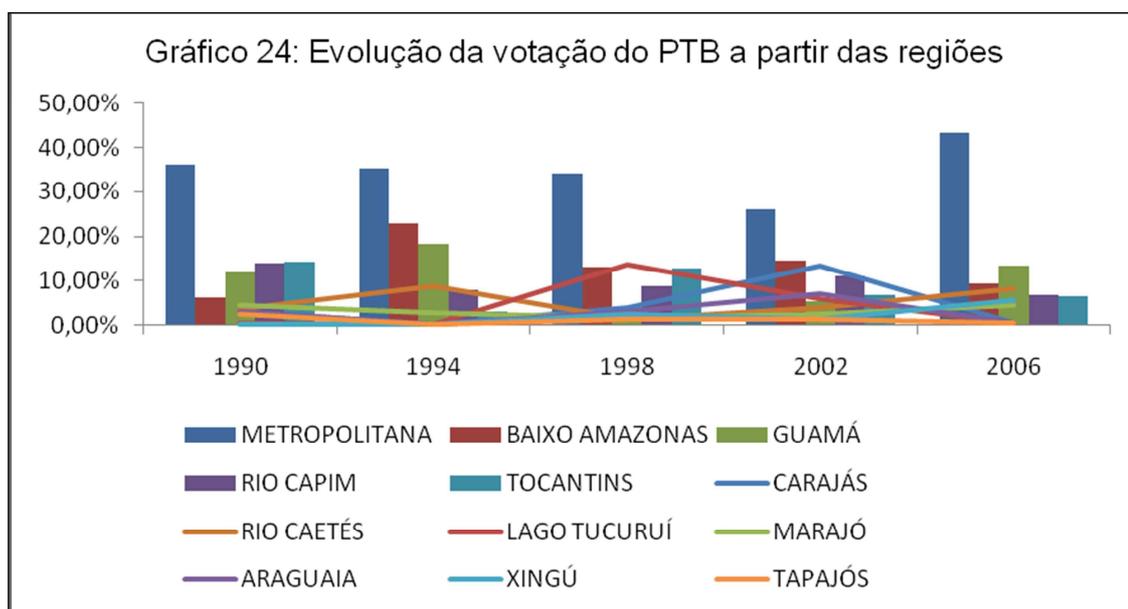
A região Tocantina esteve representada em três das cinco eleições. Retração de lideranças e desgastes municipais foram as causas do recuo do peso interno dessa região em alguns anos, recuperado em 2006.

O Baixo Amazonas sempre foi muito presente na composição dos votos do PT. Mas em duas eleições deixou de compor a bancada. Isso aconteceu em função das lideranças locais terem preferido apoiar candidatos de outras áreas e dos “dissidentes” regionais terem se fragmentado em diversas candidaturas.

A região do Carajás inicialmente foi secundária dentro do PT, adquirindo importância até chegar a compor a bancada desse partido.

A região do Rio Capim foi uma daquelas em que o PT pagou preço de não apoiar a eleição de Almir Gabriel, em seguida crescendo, até ocupar um espaço legislativo na bancada do PT.

b.4) PTB - Partido Trabalhista Brasileiro



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

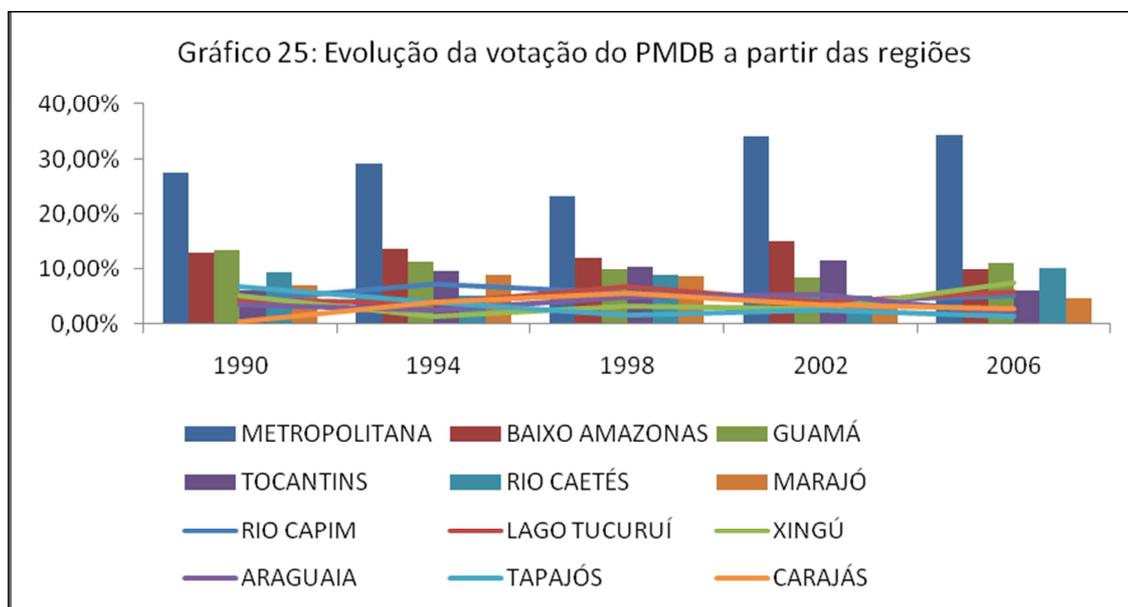
As duas melhores participações da região metropolitana nas votações do PTB ocorrem nos momentos em que este partido controla a prefeitura de Belém. Coincidentemente, nessas duas ocasiões, a região é contemplada com metade dos deputados eleitos pela legenda. A boa participação do Baixo Amazonas na composição dos votos do PTB se deve à presença dos petebistas nas prefeituras da região. Esse controle das máquinas municipais de pequeno e médio porte potencializa candidaturas locais.

A fração do PTB no Rio Guamá por duas eleições conseguiu acesso a Assembleia Legislativa. Perdeu um pouco de importância, mas recuperou-se em 2006. Mas os líderes locais reforçaram candidatos de outras regiões, o que não possibilitou a essa região voltar a ser representada na bancada petebista.

O Rio Capim além de compor uma importante porção da votação do PTB, por três legislaturas compôs a bancada desse partido na Assembleia. Em 2006, a exemplo do Rio Guamá, a militância petebista fortalece candidaturas de outras regiões e não ocupa espaço no legislativo estadual.

A região Tocantina chegou a ocupar cadeiras na Assembleia a partir da bancada do PTB. Mas apesar de ser importante na composição dos votos petebistas, a região é apenas celeiro para candidaturas de outras regiões.

b.5) PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Exceto por 1998, a representação da região Metropolitana na bancada peemedebista sempre esteve próxima à contribuição que esta região deu à votação partidária. O peso da região metropolitana na formação da votação peemedebista se dá em virtude de que esse partido mobiliza todas as lideranças dessa área (vereadores, ex-prefeitos, vice-prefeitos, etc.) para que apresentem seus nomes e assim “encher legenda”. O PMDB parece ser o partido mais cômico do peso estratégico das divisões regionais, tanto que mesmo após anos de presença política dificilmente uma liderança ultrapassa os limites de sua influência eleitoral original.

O Baixo Amazonas em todas as eleições se fez representar na bancada peemedebista. Retira sua força do binômio prefeitura X empresariado local.

Entre 1994 e 2002 o Tocantins esteve presente na bancada peemedebista. Perdeu espaço e peso eleitoral com a perda de lideranças para outras legendas. O que sustenta a votação peemedebista na região são disputas locais.

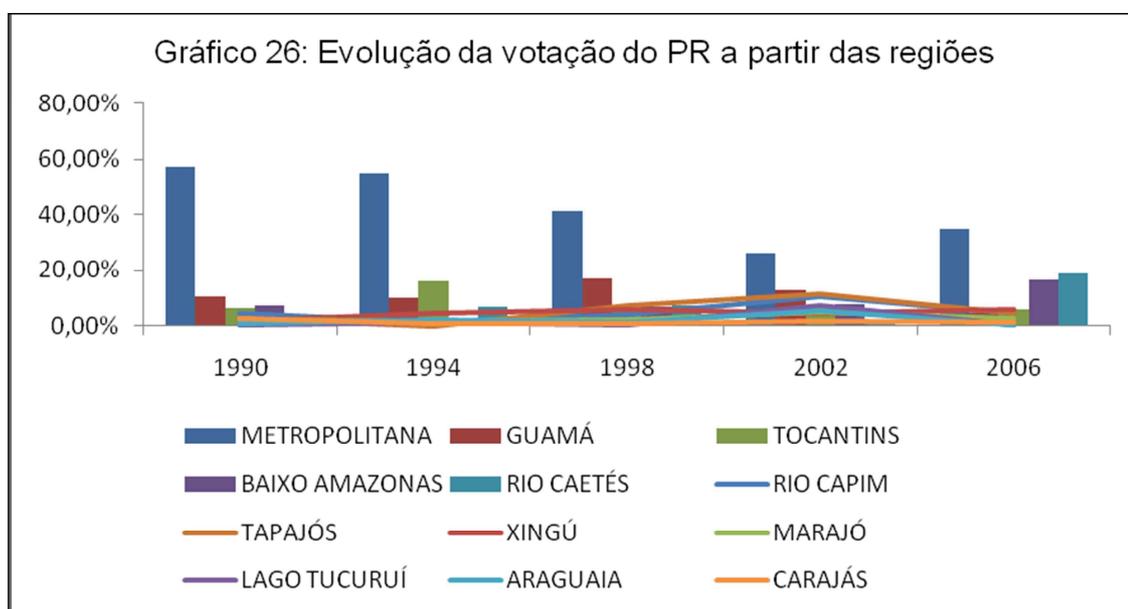
O Rio Guamá esteve representado na bancada peemedebistas até 2002. Em 2006 algumas de suas lideranças regionais ascenderam ao executivo municipal ou mudaram de partido. Outros reduziram sua votação, ao suspender relações políticas com o PSDB.

O Rio Caetés alcança participação expressiva na votação peemedebista quando alguma liderança, com densidade em algum colégio específico, se apresenta à disputa. Fora desses

períodos, a votação na região se divide entre lideranças regionais pouco expressivas ou apoio a candidatos de fora da região.

O Marajó tem uma trajetória parecida com a do Rio Guamá. Em 2006 perde sua representatividade na bancada em função de perdas de lideranças e pela opção em apoiar candidatos de outras regiões.

b.6) PR – Partido da República



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

A região Metropolitana só em 2006 não elegeu deputados pelo PR. Lideranças suas saíram da legenda para reforçar outros partidos. Além disso, houve muitos candidatos com poucos votos e muitos candidatos de outras regiões votados, alguns de forma expressiva.

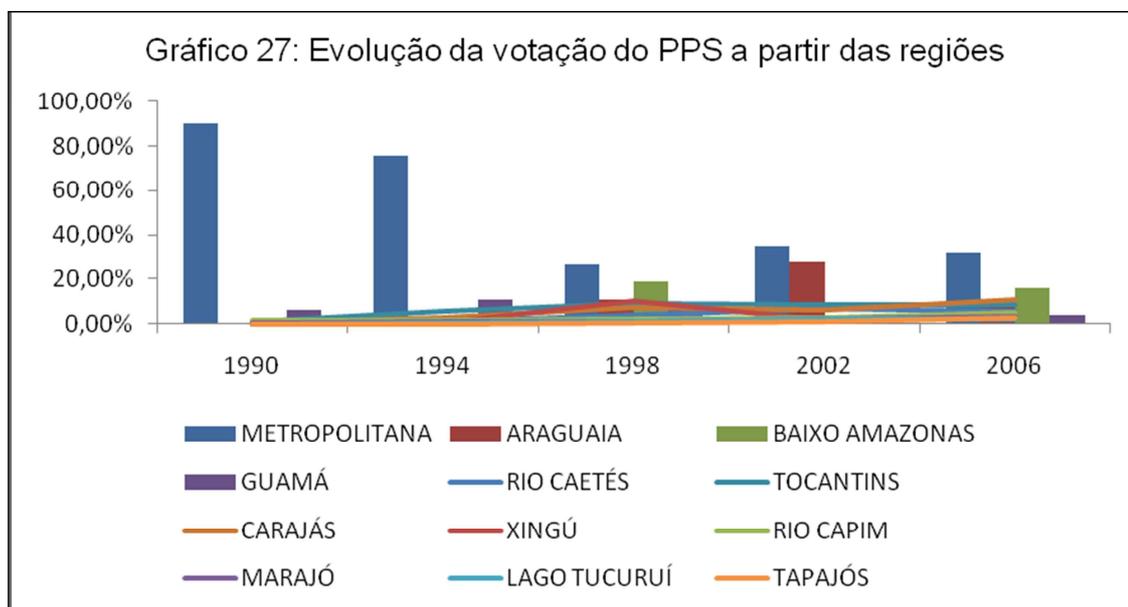
O Rio Guamá por três legislaturas esteve presente na bancada no PR. Em virtude de migrações partidárias, perdeu espaço político e peso eleitoral, dentro da composição de votos do PL.

A região do Tocantins, mesmo sendo permeável eleitoralmente ao PR, nunca elegeu um representante por essa legenda. As lideranças lançadas pela região não tinham densidade eleitoral. A maior parte dos votos era destinada a candidatos de fora da região.

O Baixo Amazonas nas duas últimas eleições esteve presente na bancada do PR. Dois fatores explicam essa importância da região: a máquina do governo do Estado e a presença nas administrações municipais.

O Rio Caetés conseguiu seu espaço na bancada do PR em 2006, graças à presença em prefeituras e câmaras da micro região do Piriá (Santa Luzia, Cachoeira e Nova Esperança).

b.7) PPS – Partido Popular Socialista



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

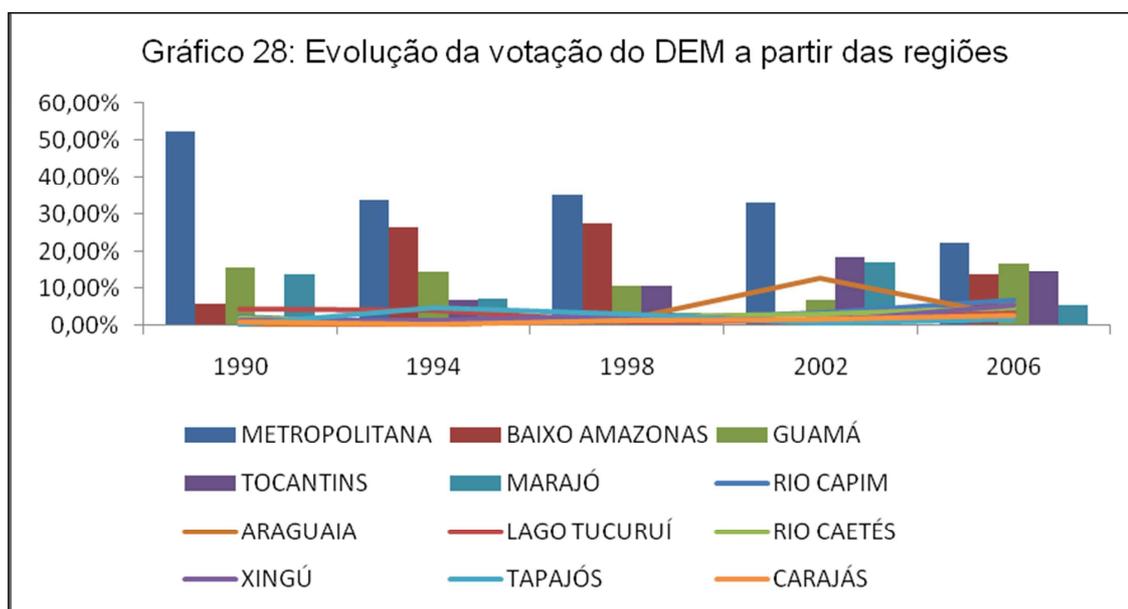
A região Metropolitana por duas eleições foi praticamente o único espaço a dar votos ao PPS. Isso decorria da tática desse partido de lançar um único candidato, dessa região. Mesmo sendo o espaço mais “tradicional” desse partido, só em 2006 a metropolitana conseguiu um assento na ALEPA pela bancada do PPS. A partir de 1998, o PPS inicia uma estratégia de ampliar participação eleitoral com uma chapa maior e saindo das coligações de centro e de esquerda e compondo pela direita. Ainda em 1998, esse partido foi “engordado” pela dissidência do PSB que não aceitou o rompimento com Almir Gabriel. O deputado eleito em 1998 era desse partido e teve sua eleição impulsionada pelo IASEP.

A região do Araguaia combina sua melhor participação, em 2002, com a eleição de um parlamentar pela legenda.

O Baixo Amazonas teve participações importantes, mas não conseguiu fazer de suas lideranças parlamentares pela legenda.

O Guamá foi a solitária exceção em termos de importância eleitoral do PPS no tempo em que a região Metropolitana dominava a cena. Tanto que foi nessa região que o primeiro deputado eleito pela legenda obteve mais votos em 1998.

b.8) DEM - Democratas



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

Nas três oportunidades em o que DEM elegeu parlamentares, a região Metropolitana esteve representada em sua bancada. Em compensação, foi perdendo a condição de partido urbano e foi se interiorizando de forma sensível.

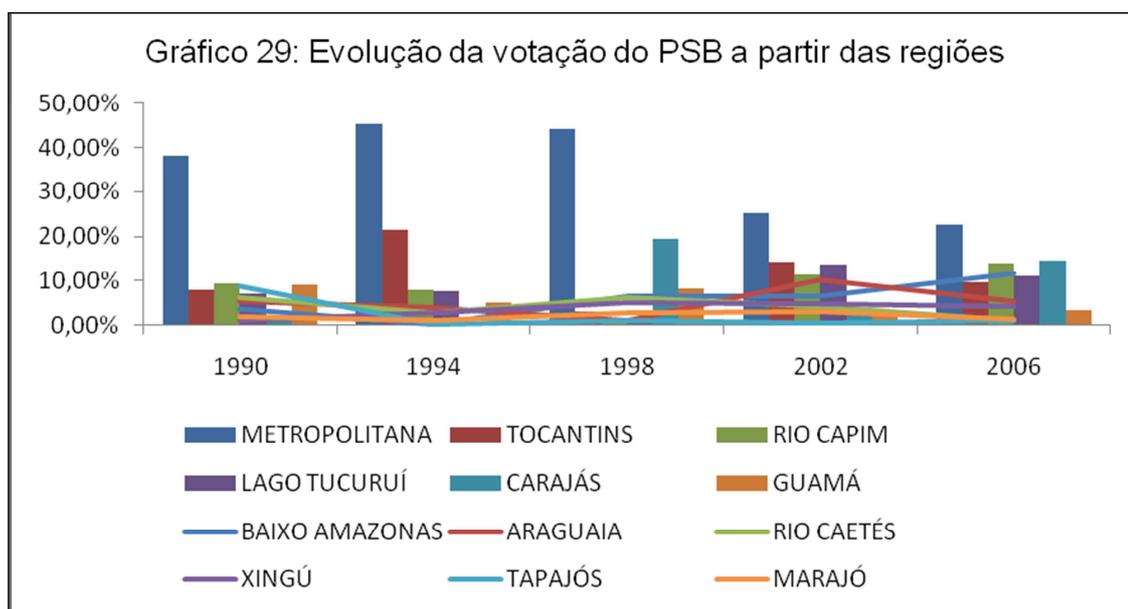
O Baixo Amazonas em duas das três eleições teve representante através do DEM. Apesar de algumas de suas lideranças locais terem se deslocado ao executivo ou a outros cargos legislativos, essa região manteve uma consistente contribuição interna à legenda.

O Rio Guamá apesar de sempre contribuir bastante na formação da composição da votação do DEM apenas em 2006 elegeu um representante pela legenda. Historicamente há uma combinação de votos em lideranças extremamente localizadas com apoios a lideranças originárias de outras regiões.

O Tocantins atingiu a ALEPA por meio do DEM duas vezes. Aqui há uma composição entre o forte apoio de prefeituras municipais a determinados candidatos e a votação em lideranças oriundas de outras áreas.

O Marajó não conseguiu elegeu representante pelo DEM. Até 1994, a votação partidária nessa região era derivada da liderança de Alacid Nunes. Curiosamente, a melhor contribuição do Marajó ao DEM ocorreu quando o coronel já não estava na legenda.

b.9) PSB: Partido Socialista Brasileiro



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

A região Metropolitana foi perdendo importância na composição interna dos votos do PSB na medida em que esse partido foi se interiorizando. Essa região, no entanto, sempre esteve presente na bancada que o PSB elegeu à Assembléia. Na última eleição vimos em funcionamento – âmbito do PSB, mais do que redutos consolidados a máquina partidária em funcionamento. Afinal, mesmo o candidato eleito tendo uma votação forte na metropolitana, dependeu dos votos “pingados” para chegar à frente do candidato que ficou em segundo lugar na coligação.

O Tocantins já elegeu um deputado pela legenda do PSB. Evoluiu de uma posição de votar em candidatos de outras regiões para apoiar os candidatos autóctones.

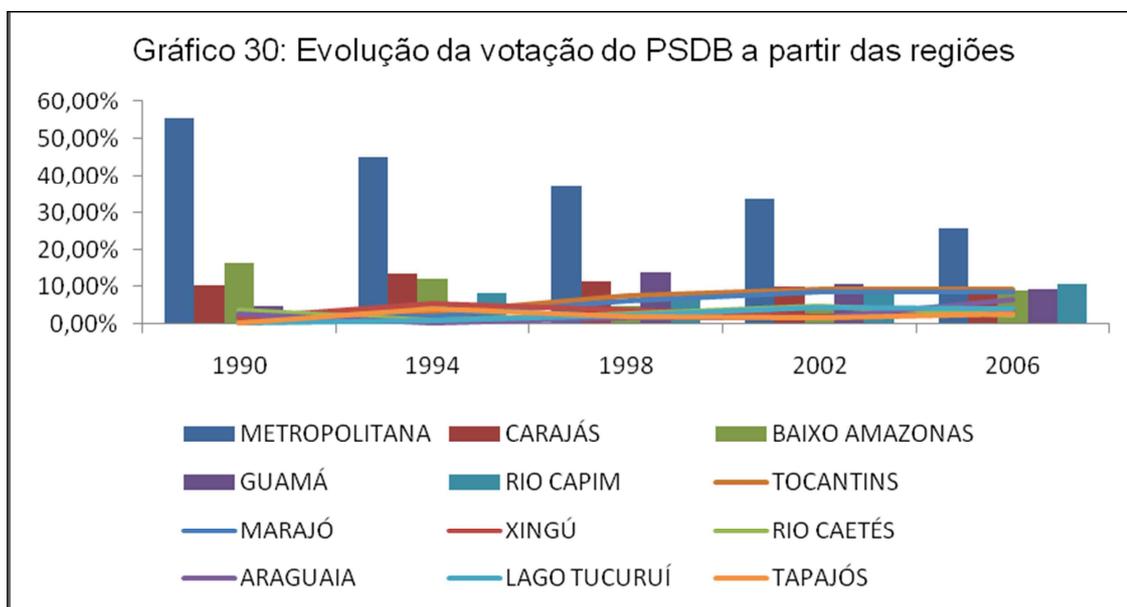
A região Guamá não tem um comportamento padrão. Oscila entre o voto em lideranças localizadas em poucos municípios da região e o apoio a lideranças de outras regiões.

O Rio Capim funciona – para o PSB – da mesma maneira que o Rio Guamá. Mas diferente daquela região, cresce sua importância para compor os votos peesebistas continuamente eleição após eleição.

O Carajás mantém uma posição firme entre as regiões que contribuem para a votação do PSB. Fruto da escolha de lideranças fortes regionalmente, mas sem densidade para disputar uma vaga na ALEPA.

O Lago Tucuruí é importante para a votação do PSB quando consegue projetar lideranças locais na disputa. Quando essa região ficou “desguarnecida” de lideranças na lista quase desapareceu da cesta de votos do PSB.

b.10) Partido da Social Democracia Brasileira



Fonte: TSE/TRE-Pa. Elaboração do autor.

O PSDB fez sua estréia eleitoral no Pará na condição de partido urbano. Mesmo as alterações advindas com a chegada desse partido ao poder e seu espraiamento pelo interior, não tiraram dessa região a condição de principal celeiro eleitoral do PSDB. Nessa situação, não é de estranhar que a metropolitana eleja deputados pela bancada do PSDB em todas as eleições estudadas.

O Carajás é uma das raras regiões onde o PSDB andou com as próprias pernas, sem precisar “predar” os aliados. O resultado político é a eleição de parlamentares por essa legenda por três eleições seguidas.

O Baixo Amazonas elegeu um parlamentar pelo PSDB. Apesar disso, por conta de lideranças locais fortes, sempre foi uma região importante para composição dos votos do PSDB.

O Rio Guamá nunca elegeu parlamentares pelo PSDB. Aqui a votação partidária é em lideranças localizadas ou em candidatos de outras regiões.

O Rio Capim elegeu parlamentares pelo PSDB em três das cinco eleições. Aqui a força partidária é oriunda das máquinas das prefeituras municipais a serviço das candidaturas tucanas.

c) Condensando as informações

. As coligações já não são parte fundamental a estratégia para a eleição dos deputados dos partidos selecionados. Os partidos selecionados ou já reúnem condições de alcançar o parlamento por meios próprios ou adquiriram força para tal (PSDB a partir de 1994, PSB a partir de 1998 e PPS em 2006). As coligações, quando acontecem para a disputa do legislativo estadual é para potencializar os apoios à chapa majoritária.

Do ponto de vista da composição da lista, há três formas principais de recrutamento de lideranças eleitorais. A primeira com membros de famílias tradicionais da região, que têm tradição em dirigir politicamente determinadas áreas (os quatro partidos de direita e o PMDB e PDT). A segunda com o lançamento de lideranças de movimentos sociais ou com destaque na comunidade intelectual e acadêmica (os partidos de esquerda). O terceiro modelo pela predação de lideranças lançadas por outras siglas (PSDB).

Nenhuma organização se utiliza apenas um modelo. As três formas se mesclam com diferentes níveis e intensidade para a construção partidária. O atual deputado estadual Carlos Martins, do PT, é oriundo de uma família de tradição conservadora. O PMDB e o PR, usando os cargos obtidos no governo do PT, disputaram as bases municipais do PSDB e DEM.

A volatilidade dos partidos se dá, também, em virtude da dinâmica das elites municipais e da migração partidária. O escopo deste trabalho não permite que se aprofunde o tema, mas é importante uma rápida abordagem.

Nos municípios a organização partidária é frouxa, formando o que se costuma designar de “grupos”. Normalmente é o “grupo do prefeito” de um lado e tantos grupos quantos forem os pretendentes à cadeira do gestor municipal de outro. Do tamanho desses grupos e da capacidade do prefeito administrar a caneta para as nomeações de assessores e prestação de serviço público vai depender a votação dos deputados.

Essas elites (ou “grupos”) municipais mudam de candidatos por três motivos. O primeiro se esse deputado não correspondeu à expectativa de sustentação financeira de suas lideranças ou falhou na articulação de políticas públicas para o município, o que daria visibilidade ao “grupo”. O segundo por divergências entre o “grupo” e o parlamentar quanto ao governo. O terceiro por o parlamentar resolver sair da política.

Quanto à migração ela serve para reduzir o peso de alguns partidos e inflar outros. O maior beneficiário dessa política é o PSDB, com sua postura de predação de lideranças de outras legendas.

Do ponto de vista do acesso a máquina governamental e isonomia na disputa eleitoral, os partidos de oposição não conseguem se impor. O PT conseguiu ficar acima de 15% nas cinco eleições (entre os selecionados) apenas no Tocantins. Ou seja, até mesmo uma organização com filtro não consegue “embairrerar” o poder de atração das máquinas públicas, passando por um processo de encolhimento em áreas específicas.

VIII – Conclusão

Quando se analisa os dados partidários sob a ótica da capilaridade entre as regiões, descobre-se que apenas dois partidos, PMDB e PSDB conseguem ficar entre os cinco mais importantes em todas as regiões. Isso explica a alternância de ambos na liderança dos votos e dos assentos na disputa da Assembléia Legislativa.

Em compensação, um desses seis partidos foi o mais votado em algum momento em alguma região: PMDB, PSDB, PP, PTB, PDT ou PR. As quatro outras agremiações, assim, têm redutos garantidores de votos para o coeficiente eleitoral.

Exceto pelo Araguaia em 1994, na composição dos votos do PDT, em todas as eleições, para todos os partidos, a região Metropolitana é a mais importante eleitoralmente.

Em nenhuma eleição todas as regiões foram representadas no parlamento estadual. Em compensação, todas as regiões já estiveram representadas na Assembléia Legislativa em algum momento. Entretanto nem sempre o fato de a região ser a maior provedora de votos para determinado parlamentar significa que ele seja oriundo da região.

Há dois tipos de votação em candidatos de fora da região: candidatos de regiões limítrofes (exemplo: Araguaia e Carajás ou Tapajós e Baixo Amazonas). O outro tipo é do político que angaria apoios de prefeitos, vereadores ou outros tipos de lideranças e “se estabelece” num nicho regional.

Feitas essas considerações, podemos responder às perguntas feitas durante a fase de justificativa desse projeto.

a) Há, em cada pleito, uma força partidária majoritária?

Em nenhuma das cinco eleições analisadas qualquer partido atingiu 50% ou mais dos votos. Em termos regionais, em apenas duas eleições um partido conseguiu ser majoritário.

b) Há, em cada pleito, uma coligação eleitoral majoritária?

O que pode se afirmar sobre bloco majoritário e que em cada eleição os partidos de cunho governista têm a maior parte dos votos. Em duas ocasiões, essa situação não se concretizou. Em 1990, o campo governista teve 49,16% dos votos, mas essa deficiência foi suprida, porque parte do PDT desde o primeiro turno já estava integrada à campanha de Xerfan. Em 2002, devido ao racha na União Pelo Pará, os governistas obtiveram 33,53%. Mas

mesmo em outro palanque, o PL apoiou o governismo. Setores do PTB e do PDT tiveram a mesma atitude, o que provavelmente elevou para acima de 50% a votação governista.

c) Qual a força eleitoral total dos partidos?

Não é possível afirmar que a votação partidária esteja consolidada. De concreto saímos de uma situação em que o PMDB e o atual PP detinham aproximadamente 45% dos votos entre os partidos selecionados para esse estudo para o atual quadro, em que o PSDB e o PT foram os mais votados. Três partidos têm questões a se defrontar no futuro.

O PMDB tem que demonstrar que o período fora do poder estadual não o desidratou de forma irreversível, como sugerem os números de 2006. O PT tem a obrigação de mostrar que entendeu o mecanismo de governo e que consegue transformar isso em força eleitoral proporcional. Já o PSDB tem como questão de vida ou morte demonstrar que não retornará ao tamanho raquítico de antes de assunção ao poder.

d) Como essa força eleitoral se revela, ao ser analisada por região?

Estudando os desdobramentos regionais chega-se a algumas conclusões importantes.

Em primeiro lugar há uma quase simetria entre metade dos partidos selecionados e os 75% de concentração de votação. Em nove regiões cinco partidos tem em média 75% dos votos regionais. Em duas regiões (Marajó e Tapajós) essa média se reduz a quatro partidos. E na região Metropolitana a tendência é de que seis partidos representem 75% de seu eleitorado. Ou seja, nessa região a tendência é a fragmentação dos votos.

Quando se estuda a composição dos votos de cada partido, vê-se que apenas o PPS tem tendência à concentração⁸⁸, sendo que seis partidos têm em média 75% de seus votos em cinco regiões e os outros cinco em seis. Um desses, por pouco não se torna um partido estilhaçado, pois a concentração em seis regiões foi de 75,14%⁸⁹.

⁸⁸ - Seus votos são essencialmente na região Metropolitana.

⁸⁹ - Trata-se do PSB. Não tem um terreno eleitoral firme.

Considerações finais

Finalizando essa pesquisa, quis-se saber se havia uma simetria entre a média histórica da composição dos votos partidários e a média histórica da composição do eleitorado paraense. Construiu-se a seguinte fórmula:

$$\text{Sim} = 1 - (M_v/M_e)$$

onde M_v é a média da composição dos votos dos partidos em cada região e M_e a média da composição do eleitorado em cada região. Lê-se a unidade menos a divisão das médias de votação pela média da população eleitoral.

Foi estabelecido um parâmetro em que uma diferença de até 0,1000 para mais ou para menos significava uma perfeita simetria. De 0,1001 a 0,2000 um desvio moderado. Acima de 0,2001 desvio exacerbado.

Apenas uma região o Araguaia, demonstrou um desvio exacerbado. O indicador obtido, -0,3782, indica que essa região adere de forma quase umbilical a alguns partidos. Esta realidade fez com que a média de participação partidária ficasse muito além da média da população eleitoral dessa região em relação ao Estado.

Em compensação, o Baixo Amazonas teve o comportamento mais plastiforme das doze regiões. Seu desvio foi de 0,0054. É como se essa região estivesse a cada momento votando por antecipação de acordo com as proporções finais dos partidos selecionados em cada pleito.

Foi feita, ainda, uma análise da correlação entre as médias históricas das votações dos partidos e a média histórica da composição do eleitorado paraense. Construiu-se a seguinte fórmula:

$$\text{SimP} = 1 - (M_{vp}/M_e)$$

onde M_{vp} é a média da composição dos votos de cada partido em cada região e M_e a média da composição do eleitorado em cada região. Lê-se a unidade menos a divisão das médias de votação de um partido pela média da população eleitoral.

Revelou-se nesse estudo que o as populações eleitorais do Xingu e do Caetés são envolvidas com as lideranças do PP. Ao mesmo tempo esse partido não consegue atrair o eleitorado das regiões Marajó, Carajás, Araguaia e Tapajós.

Por sua vez, o PDT é dissonante em praticamente todas as regiões. As regiões que mais apóiam o PDT são o Araguaia, Carajás e Lago Tucuruí. Em compensação, não consegue manter um diálogo consistente com os eleitores das seguintes regiões: Metropolitana, Tapajós, Baixo Amazonas, Rio Capim, Marajó, Tocantins e Xingu. Interessante a simetria pedetista. Suas regiões de alta adesão são o que se chamaria de agregado Sul/Sudeste (Araguaia, Carajás e Lago Tucuruí). Sua deficiência é nas regiões que se denominada agregado Oeste Paraense (Baixo Amazonas, Tapajós, Xingu).

O PT tem nas regiões Tocantins, Xingu e Metropolitana seu pote de ouro eleitoral. Já suas deficiências são nas regiões do Rio Capim, Araguaia, Tapajós, Guamá e Rio Caetés. Chama atenção a presença do Tapajós no segundo grupo porque essa região é meio de caminho entre o Xingu, uma área de alta adesão ao PT e o Baixo Amazonas, que apesar de plastiforme, tem mantido representação na bancada partidária. Indicador de que esse partido não conseguiu construir pontes eleitorais entre as duas regiões. Em compensação, no agregado Nordeste Paraense (Guamá, Rio Capim, Rio Caetés) esse partido não conseguiu estabelecer um vínculo forte com o eleitorado.

O PTB, por sua vez está muito bem posicionado nas regiões do Rio Capim e do Baixo Amazonas. Seu calcanhar de Aquiles se encontra nas regiões do Carajás, Marajó, Araguaia, Xingu e Tapajós. A região Metropolitana é de uma simetria quase perfeita, com um índice de 0,0015.

O PMDB tem seus tesouros eleitorais no Marajó, Baixo Amazonas, Lago Tucuruí e Tapajós. Já os eleitorados das regiões do Araguaia e do Carajás não são muito generosos com esse partido.

O PR tem como terras mais acolhedoras o Tapajós, o Xingu e a Metropolitana. No entanto, sofre de anemia eleitoral nas regiões do Rio Capim, Baixo Amazonas, Marajó, Lago Tucuruí, Araguaia e Carajás. Esse partido não conseguiu estabelecer contato com o eleitorado agregado Sul/Sudeste. No agregado Oeste Paraense, mesmo com boa aceitação no Xingu e no Tapajós não conseguiu ainda entrada no Baixo Amazonas.

O PPS consegue atrair seguidores em grande escala no Araguaia e na região Metropolitana. Nesses espaços suas lideranças são mais localizadas e enraizadas. Entretanto, sua pregação não consegue comover as freguesias do Tocantins, Baixo Amazonas, Guamá, Rio Caetés, Rio Capim, Marajó, Tapajós e Lago Tucuruí. O PPS sofre de falta de inserção no Nordeste Paraense.

O DEM faz seu pé-de-meia eleitoral nas seguintes regiões: Marajó, Baixo Amazonas, Guamá e Tocantins. Nessas regiões, o partido lança mais nomes fortes. No entanto, não tem

liquidez nos seguintes espaços: Lago Tucuruí, Araguaia, Xingu, Rio Capim, Rio Caetés, Carajás. O DEM é mais um partido que não consegue se estabelecer no agregado Sul/Sudeste. Em compensação, no agregado Nordeste Paraense para na porta de entrada: Só o Guamá tem relevância em sua cesta de votos.

O PSB se impõe diante dos seguintes eleitorados: Lago Tucuruí, Carajás, Tocantins e Rio Capim. No entanto, os seguintes pedaços do Pará não prestam muita atenção à pregação desse partido: Rio Caetés, Guamá, Baixo Amazonas e Marajó. Nessas regiões, faltam lideranças que abracem essa legenda, fazendo-a ser referência regional. O PSB tem em sua composição de votação duas regiões plastiformes: a Metropolitana com -0,0007 e o Xingu com 0,0055.

O PSDB tem apenas o Araguaia como platéia cativa de seus interesses eleitorais. Nessa região esse partido sempre conseguiu articular a maior parte das lideranças conservadoras. No entanto, Lago Tucuruí, Xingu, Marajó e Carajás não têm muita disposição em servir de cofre aos votos peessedebistas. Conclui-se, então que esse partido chegou à condição de mais votado Pará com apenas uma região dialogando com seu programa e interesses, e sendo plastiforme na maioria das outras.

No início dessa pesquisa partiu-se do pressuposto de que haveria um nexos necessário entre opções partidárias, votação em candidaturas e perspectivas regionais nos processos eleitorais.

O processo de desmembrar e dissecar as votações partidárias ao nível regional acabou por não corroborar esse ponto de partida.

O eleitor, ao decidir seu voto, elenca como componentes de sua escolha questões de ordem política e econômica, tais como os interesses do governo federal, estadual e municipal e, seus interesses como ente econômico e social. Ao ir à “gôndola eleitoral”, o eleitor tem uma infinidade de itens à sua escolha. Tem, então, que estabelecer critérios que sirvam para reduzir as alternativas.

Adaptando a lógica básica do voto, prescrita por Anthony Downs, em primeiro lugar o eleitor escolhe qual o candidato pelo qual tem mais simpatia. Em seguida estima as chances de seu candidato ganhar. Se houver disposição suficiente, estima as chances do candidato pelo qual tem mais antipatia vencer as eleições. Em seguida avalia se tem uma segunda opção para derrotar o candidato antipatizado, se o seu preferido não tiver chances na disputa.

Exemplificando de forma simples. Em determinada eleição há três candidatos – A, B e C - a uma vaga e os eleitores estão nos colégios eleitorais D, E e F. Supondo que um eleitor do colégio D vote no candidato A mas saiba que em seu colégio o candidato B – o qual ele

quer derrotar - tem a preferência. No entanto ele sabe que o A tem mais votos em E e C mais votos em F. Assim, ele avalia se continua investindo em A partir da análise de suas possibilidades de votações nos três colégios ou se migra para C, em virtude desse teoricamente ter mais possibilidades de derrotar B.

Desse modo, uma parte importante a respeito da decisão do voto é prever como outros cidadãos votarão, através da estimativa de suas preferências. Cada cidadão usa sua previsão para determinar se o partido que ele mais prefere é realmente parte de uma gama relevante de escolha. Se ele crê que não é, então a racionalidade ordena que ele vote em algum outro partido. (DOWNS, 1999, p. 69.)

Esse raciocínio, no entanto, só tem validade em disputas majoritárias, ou para cargo único. Para eleições proporcionais, ou com vários cargos em disputa, temos que partir de uma extensão do exemplo anterior. Imaginemos que 10 candidatos disputem cinco vagas e que o resultado final seja a somatória de votos obtida por eles em três colégios eleitorais.

Um eleitor da cidade A decide votar no candidato 1 que em seu colégio eleitoral está em terceiro, de acordo com sua previsão. Entretanto, sabe que na cidade B Candidato 1 está em oitavo lugar e não sabe o quadro na cidade C. Aqui o dilema do eleitor é permanecer fiel a um candidato que tem votos focados ou mudar para um com chances de aproveitar-lhe o voto. Para dificultar sua escolha, cada candidato tem uma votação forte numa cidade, sabe-se fraco em outra e não há informações sobre uma terceira. Nesse caso,

Na ausência de qualquer informação sobre o que os outros eleitores farão, o eleitor racional sempre vota no partido que prefere. Também o faz sempre que a informação o leva a crer que seu partido favorito tem uma chance razoável de vencer. (...) Entretanto, quanto menos chance de vencer ele acha que seu partido tem, mais provável é que mude seu voto para um partido que tem uma boa chance. (Idem, Ib).

Estudando os votos regionais dos partidos, conclui-se que não há uma verdadeira liderança regional. Nas cinco eleições, nas doze regiões, nenhum candidato logra êxito em todos os municípios ou sequer em metade dos municípios. Há casos em que um partido logra êxito na maioria dos municípios, porém, como já dito antes, não com um mesmo candidato. Quase sempre são necessários dois e às vezes três candidatos do mesmo partido para que esse alcance hegemonia regional.

Esse fenômeno é o voto em somatória. Articulam-se nomes fortes por municípios ou pequenos grupos de municípios contíguos e os candidatos mais votados se elegem. Quando o partido sai sozinho coloca todos os nomes disponíveis na disputa, para fortalecer legenda e aumentar sua bancada. Quando em coligação faz uma seleção de suas lideranças, a fim de não

favorecer seus parceiros de aliança. O PMDB é adepto da primeira estratégia. O PT usa mais a segunda, a fim de se fortalecer nas disputas majoritárias.

IX – Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carolina de Paula. Migração partidária na arena legislativa subnacional e a racionalidade do parlamentar. http://www.anpocs.org.br/portal/component/option,com_docman/task,cat_view/gid,80/dir,ASC/order,name/limit,10/limitstart,0/. Acesso em 20/01/2010.

AVELAR, Lúcia e WALTER, Maria Inez Machado Telles. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, nº 1, Maio, 2008, p. 96-122.

BAERT, P. Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. vol. 12, 1997 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300005&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20/01/2010.

BAKER, Andy *et alli*. Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil's 2002 Elections. *American Journal of Political Science*, Vol. 50, No. 2, April 2006, Pp. 382–399. Midwest Political Science Association

BARRETO, Álvaro. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004) in *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.123-148.

BOHN, R. Simone & PAIVA, Denise. **A volatilidade eleitoral nos estados. Sistema Partidário e democracia no Brasil.** *Revista Sociologia Política*, v. 17, no. 33, 2009.

BORGES, Arleth Santos. CONEXÃO ELEITORAL E ATUAÇÃO PARLAMENTAR - representantes e bases eleitorais no Maranhão. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2005.

CARREIRÃO, Yan de Souza e KINZO, Maria D'Alva. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 47, no 1, 2004, pp. 131 a 168.

CARNEIRO, Leandro Piquet e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira. In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 2, 2008, pp. 403 a 432.

CERVI, Emerson Urizzi. Comportamento eleitoral volátil e reeleição: as vitórias de Jaime Lerner no Paraná. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 19, p. 123-134, nov. 2002.

DAHL, Robert A. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DALMORO, Jefferson e FLEISCHER, David. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (org.). *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung / Editora UNESP, 2005.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

DUMONT, Patrick e CAULIER, Jean-François. The “effective number of relevant parties”: How Voting Power Improves Laakso-Taagepera’s Index. <http://ideas.repec.org/s/pramprapa.html> acesso em 20/01/2010. Dezembro 11, 2003

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos e STABILE, Max. **A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006**. *Opin. Publica* [online]. 2008, vol. 14, nº 2.

JONES, Mark P. e MAINWARING, Scott. The nationalization of parties and party systems: an empirical measure and an application to the Américas Working Paper #304 - Fevereiro 2003.

KINZO, Maria D’Alva. OS PARTIDOS NO ELEITORADO: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 20 n.º. 57 fevereiro/2005. p 65-81*.

LAMONIER, Bolivar. Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira. São Paulo; Augurium Editora; 2005.

LIMONGI, Fernando e MESQUITA, Lara. As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. In NOVOS ESTUDOS 81 JULHO 2008.

MACHADO, Aline. A lógica das coligações no Brasil. In: KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (org.). *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung / Editora UNESP, 2005.

MAINWARING, Scott and Torcal, Mariano **Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização**. *Opin. Publica*, Out 2005, vol.11, no. 2, p.249-286. ISSN 0104-6276

MARCHETTI, Vitor. Governança Eleitoral: o modelo brasileiro de Justiça Eleitoral. *Dados*, 51, 4: 865-893. 2008

MANIN, Bernard e PRZEWORSKI, Adam e STOKES, Susan C. Eleições e representação. In Lua Nova, São Paulo, 67: 105-138, 2006.

MENEGHELLO, Rachel. Partidos e governos no Brasil contemporâneo. (1985/1997). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. MACHADO, Carlos. (2007), Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). *Dados*, v. 50, nº 4. Rio de Janeiro, pp. 757-93.

MORO, Eduardo João. A Teoria da Escolha Racional e a Explicação do Voto. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, vol.1, no. 1, pp.6 -21, 2009.

NICOLAU, Jairo Marconi. Sistema eleitoral e reforma política. Rio de Janeiro: Foglio Editora, 1993.

_____. Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996. 128p.

_____. Sistemas eleitorais. 5ª Edição, revista e atualizada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. In *Dados*, vol.49, no. 4, p.689-720. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

PAIVA, Denise, BRAGA, Maria do Socorro S. e PIMENTEL Júnior, Jairo Tadeu Pires. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. In *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, p.388-408.

RICCI, Paolo. Em que Ponto Estamos? Sessenta Anos de Reformas Institucionais na Itália (1946-2005). In *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 49, no 4, 2006, pp. 751 a 793.

SANTANA, Raimundo Rodrigues. Reforma política, representação popular e o voto distrital misto. Monografia em Ciência Política. Disponível em www.tj.pa.gov.br, acesso em 12.agosto.2008.

SANTOS, André Marenco dos. Regras eleitorais importam? Modelos de Listas Eleitorais e seus efeitos sobre a competição partidária e o desempenho institucional. In *Dados*, vol. 49, no. 4, p.689-720. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

SANTOS, Roberto Ramos. Partidos e eleições na Amazônia: o sistema partidário de Roraima em perspectiva comparada. *Amazônia: Ciência& Desenvolvimento*, Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006. p 189-211.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

_____. *Engenharia Constitucional*. Brasília: Ed. UnB, 1996.

SILVA, Cleber de Deus Pereira da. *O Novo Arranjo Federativo Brasileiro, O Regime Multipartidário e a Competição Política Municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004*. Tese apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

SILVA, Hudson Marcelo da. *Comentários sobre uma teoria econômica da Democracia*. Disponível: <http://www.caput.pro.br/docs/e4da3b7fbbce2345d7772b0674a318d5.pdf>. Acesso em agosto de 2009.

TAVARES, José Antonio Giusti. *Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições, estratégia*. Rio de Janeiro. Relume-Dumara, 1994. 396 p.

TELLES, Helcimara de Souza e SIMAS, Marcelo Caetano. *Determinantes do desempenho dos blocos ideológicos – direita, centro e esquerda – nas disputas eleitorais*. http://www.opiniaopublica.ufmg.br/biblioteca/Artigo_Souza%20Telles_Simas_20_09_07.pdf Acesso em 20/01/2010.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ. *Resultado das eleições Gerais no Pará*. Belém: Realce Editora. 2009.

TULLOCK, Gordon. *A teoria da escolha pública*. In *Falhas de governo: uma introdução à teoria da escolha pública*. SELDON, Arthur *et alli*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2005.
URBINATI, Nadia. *O que torna a representação democrática?* In *Lua Nova*, São Paulo, 67: 191-228, 2006.

VEIGA, Edir. *Formato e Evolução do Sistema Partidário Eleitoral e Parlamentar do Pará– Uma Análise Comparada: 1945 – 62 e 1986 – 98*. Tese de mestrado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

Anexo 01 – Volatilidade dos partidos nas regiões de integração

Quadro 26: Volatilidade regional do PP

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| METROPOLITANA | -9,99% | 9,55% | -0,01% | -10,05% |
| CARAJÁS | -5,73% | 0,59% | -0,95% | 0,25% |
| GUAMÁ | 5,57% | -8,94% | 2,38% | -4,07% |
| BAIXO AMAZONAS | 2,23% | -0,85% | -2,40% | -3,40% |
| MARAJÓ | -1,88% | -1,46% | 0,47% | 0,91% |
| ARAGUAIA | -0,74% | 0,56% | 0,20% | -0,50% |
| TAPAJÓS | 0,25% | 1,39% | -0,74% | -0,72% |
| RIO CAETÉS | 1,32% | -1,29% | -1,28% | 3,48% |
| RIO CAPIM | 4,28% | 5,60% | -9,01% | 1,62% |
| TOCANTINS | -3,56% | 3,21% | -4,46% | 11,39% |
| XINGÚ | 7,07% | -5,70% | 14,04% | -8,08% |
| LAGO TUCURUÍ | 1,18% | -2,69% | 1,76% | 9,17% |

Quadro 27: Volatilidade regional do PDT

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| ARAGUAIA | 6,96% | -11,97% | -17,65% | 0,57% |
| CARAJÁS | -10,19% | -6,64% | 4,04% | 6,03% |
| METROPOLITANA | -15,67% | 8,11% | -8,39% | 11,86% |
| BAIXO AMAZONAS | -1,47% | 4,13% | -2,02% | -1,18% |
| MARAJÓ | -1,13% | 1,15% | 0,88% | 0,32% |
| TAPAJÓS | -0,07% | 4,02% | -3,59% | 2,00% |
| XINGÚ | 1,48% | 0,61% | 0,92% | -0,21% |
| TOCANTINS | 1,75% | 0,99% | 4,13% | -3,51% |
| RIO CAPIM | 11,62% | -5,85% | 2,68% | -4,78% |
| GUAMÁ | 1,48% | 2,87% | 11,62% | -11,75% |
| LAGO TUCURUÍ | -0,75% | 0,52% | 2,50% | 4,51% |
| RIO CAETÉS | 6,00% | 2,06% | 4,87% | -3,86% |

Quadro 28: Volatilidade regional do PT

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| METROPOLITANA | 6,24% | -4,03% | -8,79% | -13,14% |
| TOCANTINS | -3,79% | -0,49% | -2,37% | 3,45% |
| BAIXO AMAZONAS | -4,37% | 3,07% | -0,52% | 0,66% |
| RIO CAETÉS | -0,98% | 0,39% | 0,46% | 0,38% |
| XINGÚ | 2,85% | -1,20% | 1,06% | -1,78% |
| TAPAJÓS | -0,09% | -0,18% | 0,35% | 0,92% |
| RIO CAPIM | -1,68% | -0,11% | 1,01% | 1,93% |
| ARAGUAIA | -0,40% | 0,21% | 1,52% | 0,40% |
| GUAMÁ | 0,28% | 0,82% | 1,36% | 0,47% |
| MARAJÓ | -0,37% | 0,72% | 1,49% | 1,29% |
| LAGO TUCURUÍ | 0,17% | -0,63% | 0,70% | 2,92% |
| CARAJÁS | 2,14% | 1,43% | 3,74% | 2,48% |

Quadro 29: Volatilidade regional do PTB

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| TOCANTINS | -11,32% | 9,76% | -5,86% | -0,31% |
| RIO CAPIM | -5,97% | 0,89% | 2,38% | -4,51% |
| ARAGUAIA | -2,98% | 2,94% | 4,21% | -6,70% |
| CARAJÁS | -2,77% | 3,60% | 9,55% | -12,82% |
| TAPAJÓS | -2,45% | 1,25% | 0,05% | -0,87% |
| MARAJÓ | -1,51% | -1,29% | 0,88% | 2,01% |
| LAGO TUCURUÍ | -0,24% | 13,42% | -7,61% | -5,41% |
| GUAMÁ | 6,43% | -14,41% | 1,28% | 8,20% |
| BAIXO AMAZONAS | 16,68% | -9,64% | 1,35% | -4,99% |
| RIO CAETÉS | 5,08% | -7,50% | 2,76% | 4,13% |
| XINGÚ | 0,03% | 2,12% | -0,99% | 4,11% |
| METROPOLITANA | -0,97% | -1,14% | -8,02% | 17,14% |

Quadro 30: Volatilidade regional do PMDB

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| TAPAJÓS | -2,77% | -2,42% | 0,90% | -1,18% |
| BAIXO AMAZONAS | 0,65% | -1,76% | 3,00% | -5,03% |
| MARAJÓ | 1,77% | -0,14% | -3,97% | -0,04% |
| GUAMÁ | -1,97% | -1,45% | -1,49% | 2,70% |
| ARAGUAIA | -0,84% | 2,26% | 0,47% | -3,45% |
| TOCANTINS | 3,56% | 0,88% | 1,20% | -5,51% |
| RIO CAETÉS | -4,09% | 3,80% | -3,89% | 5,30% |
| RIO CAPIM | 3,23% | -1,65% | -1,44% | 0,98% |
| LAGO TUCURUÍ | -0,63% | 2,91% | -2,90% | 1,91% |
| CARAJÁS | 3,38% | 1,67% | -2,22% | -0,72% |
| XINGÚ | -3,75% | 1,78% | -0,55% | 4,77% |
| METROPOLITANA | 1,46% | -5,89% | 10,90% | 0,27% |

Quadro 31: Volatilidade regional do PR

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| METROPOLITANA | -2,74% | -13,39% | -15,25% | 8,47% |
| GUAMÁ | -0,61% | 6,95% | -4,14% | -8,15% |
| CARAJÁS | -1,90% | 0,11% | 0,79% | -0,57% |
| TOCANTINS | 9,40% | -10,03% | 0,63% | -0,35% |
| ARAGUAIA | 1,25% | -0,68% | 3,95% | -4,73% |
| RIO CAPIM | -3,25% | 2,78% | 6,15% | -5,86% |
| LAGO TUCURUÍ | 0,97% | -0,89% | 6,79% | -6,96% |
| MARAJÓ | -0,44% | 0,61% | 2,35% | -2,03% |
| TAPAJÓS | -2,55% | 7,14% | 4,10% | -7,00% |
| XINGÚ | 2,96% | 1,04% | -1,20% | 1,50% |
| BAIXO AMAZONAS | -6,08% | 5,83% | 0,76% | 8,93% |
| RIO CAETÉS | 3,01% | 0,53% | -4,93% | 16,74% |

Quadro 32: Volatilidade regional do PPS

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| METROPOLITANA | -14,39% | -49,04% | 8,21% | -2,92% |
| GUAMÁ | 4,87% | -1,13% | -6,35% | 0,08% |
| LAGO TUCURUÍ | 0,20% | 0,54% | 1,09% | 0,43% |
| TAPAJÓS | 0,00% | 0,21% | 0,89% | 1,40% |
| XINGÚ | 0,60% | 9,35% | -8,47% | 1,14% |
| MARAJÓ | 0,55% | 0,24% | 1,15% | 1,26% |
| RIO CAPIM | 0,24% | 0,26% | 0,57% | 2,66% |
| RIO CAETÉS | 0,97% | 2,44% | 3,31% | -1,55% |
| TOCANTINS | 4,29% | 3,57% | -0,30% | -0,31% |
| ARAGUAIA | 0,02% | 10,61% | 17,16% | -19,95% |
| CARAJÁS | 2,64% | 4,28% | -1,26% | 5,03% |
| BAIXO AMAZONAS | 0,00% | 18,66% | -16,00% | 12,73% |

Quadro 33: Volatilidade regional do DEM

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| METROPOLITANA | -18,45% | 1,05% | -2,06% | -10,36% |
| MARAJÓ | -6,53% | -3,85% | 14,02% | -11,76% |
| LAGO TUCURUÍ | -0,21% | -3,22% | 0,49% | 1,86% |
| GUAMÁ | -1,56% | -3,80% | -3,51% | 9,92% |
| TAPAJÓS | 4,60% | -1,75% | -2,53% | 1,09% |
| CARAJÁS | -0,62% | 0,84% | 0,36% | 1,14% |
| ARAGUAIA | -0,01% | 1,35% | 11,02% | -10,05% |
| RIO CAETÉS | -1,63% | 2,01% | 0,66% | 1,44% |
| XINGÚ | 0,14% | 1,19% | -1,83% | 4,62% |
| RIO CAPIM | -1,96% | 1,50% | 1,68% | 3,47% |
| BAIXO AMAZONAS | 20,92% | 1,05% | -26,28% | 12,45% |
| TOCANTINS | 5,30% | 3,63% | 7,98% | -3,82% |

Quadro 34: Volatilidade regional do PSB

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| METROPOLITANA | 7,20% | -1,40% | -18,96% | -2,43% |
| TAPAJÓS | -8,64% | 0,87% | -0,46% | 0,51% |
| GUAMÁ | -3,90% | 3,05% | -5,10% | 0,10% |
| RIO CAETÉS | -3,40% | 3,43% | -2,07% | -3,22% |
| MARAJÓ | -0,81% | 1,55% | 0,34% | -1,65% |
| ARAGUAIA | -1,25% | -3,08% | 9,21% | -4,83% |
| TOCANTINS | 13,69% | -18,61% | 11,43% | -4,83% |
| XINGÚ | 1,78% | 2,15% | -0,26% | -0,68% |
| LAGO TUCURUÍ | 0,69% | -6,03% | 11,95% | -2,41% |
| RIO CAPIM | -1,23% | -6,84% | 10,30% | 2,61% |
| BAIXO AMAZONAS | -3,21% | 6,21% | -0,06% | 5,25% |
| CARAJÁS | -0,92% | 18,70% | -16,32% | 11,56% |

Quadro 35: Volatilidade regional do PSDB

| Regiões | 1994-90 | 1998-94 | 2002-98 | 2006-02 |
|----------------|---------|---------|---------|---------|
| METROPOLITANA | -10,47% | -8,02% | -3,14% | -8,03% |
| BAIXO AMAZONAS | -4,55% | -7,02% | 0,22% | 3,62% |
| RIO CAETÉS | -2,50% | 1,67% | 2,04% | -2,35% |
| CARAJÁS | 3,34% | -2,38% | -1,28% | -0,68% |
| XINGÚ | 3,98% | -1,84% | -1,69% | 1,68% |
| TAPAJÓS | 3,79% | -1,99% | -0,32% | 1,07% |
| ARAGUAIA | -2,47% | 1,56% | -0,13% | 4,65% |
| LAGO TUCURUÍ | 0,66% | 1,57% | 2,08% | -0,64% |
| GUAMÁ | 0,25% | 8,97% | -3,22% | -1,44% |
| MARAJÓ | -0,13% | 4,04% | 2,66% | -0,23% |
| TOCANTINS | 0,72% | 4,32% | 1,95% | -0,13% |
| RIO CAPIM | 7,38% | -0,88% | 0,82% | 2,46% |

Anexo 02 – Volatilidade dos partidos nos agregados regionais

